



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

julho de 2015

PEDIDO DE ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E CANCELAMENTO DO ATUAL ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO, COMUNICADO DE IMPRENSA E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto do pedido de um acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) e cancelamento do atual acordo ao abrigo da ECF, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 13 de julho de 2015, após as discussões concluídas em 7 de maio de 2015 com as autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi concluído em 24 de junho de 2015, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho.
- **Declaração do Administrador do FMI** para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Memorando Técnico de Entendimento*

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com

International Monetary Fund • Publication Services

PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090

Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201

E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PEDIDO DE ACORDO DE TRÊS ANOS AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E CANCELAMENTO DO ATUAL ACORDO

24 de junho de 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto: O desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe é condicionado pela sua insularidade e fragilidade, pelos recursos limitados e pela sua baixa capacidade decorrentes do seu estatuto de pequeno estado insular. O atual acordo ECF expira em 19 de julho de 2015, com quatro avaliações pendentes. O desempenho do programa foi satisfatório no primeiro ano e meio de implementação, mas sofreu um desvio no início de 2014 com a contração de um empréstimo que resultou no não cumprimento do critério de desempenho relativo à dívida não concessional; derrapagens nas despesas no período que antecedeu as eleições contribuíram para atrasar a retomada do programa. Entretanto, os principais pressupostos do quadro macroeconómico do atual programa mudaram significativamente devido à menor probabilidade de produção comercial de petróleo.

Facilidade de Crédito Alargado. As autoridades são-tomenses solicitaram um acordo de três anos ao abrigo da ECF em montante equivalente a DSE 4.440.000 (60% da quota) para repor as reservas e catalisar o financiamento em apoio ao seu programa de reforma económica de médio prazo. O programa atual seria cancelado.

Principais elementos do programa. O programa procura tratar a elevada vulnerabilidade da dívida e, paralelamente, criar as condições para o crescimento sustentado, ancorado na ENRP II. Isto envolve reformas para:

- Fortalecer a mobilização de receita interna, a racionalização das despesas, a gestão da dívida pública e a gestão das finanças públicas para restaurar a disciplina orçamental e reduzir o risco de sobre-endividamento.
- Introduzir um plano abrangente para eliminar o stock de atrasados e prevenir a acumulação de novos atrasados.
- Aprimorar a capacidade de instituições-chave do governo através de assistência técnica (AT) adequadamente concebida.
- Melhorar a estabilidade do sector financeiro através do reforço dos quadros de supervisão, regulamentação, e de gestão de crises e resolução bancária.

- Melhorar o ambiente de negócios (inclusivamente através de melhorias específicas das infraestruturas físicas) para impulsionar o crescimento.

Riscos. Os riscos para o programa incluem a implementação demorada ou parcial de políticas, inclusivamente no próximo ano, no período que antecede as eleições presidenciais, as vulnerabilidades do sector financeiro e a persistência de crescimento mais lento na Europa.

O corpo técnico apoia o pedido das autoridades de um novo acordo ECF.

Aprovado Por
David Owen (AFR) e
Chris Lane (SPR)

As conversações sobre o programa económico e financeiro das autoridades ocorreram em Washington (14 a 19 de abril) e em São Tomé (24 de abril a 7 de maio). A equipa do FMI incluiu Maxwell Opoku-Afari (chefe), Paulo Lopes, Dalmacio F. Benicio, Albert Touna Mama e George Rooney (todos do AFR). Esta equipa reuniu-se com o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, o Ministro das Finanças e da Administração Pública Américo Ramos, a Governadora do Banco Central Maria do Carmo Silveira, o Ministro da Presidência Afonso Valera, o Ministro da Economia Agostinho Fernandes, o Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais Carlos Vila Nova, outros quadros superiores do governo, representantes do sector privado e representantes da comunidade de doadores. Bakar Ould Abdallah e Estanislao Rengifo contribuíram, respetivamente, com assistência de investigação e administrativa na preparação do relatório.

SUMÁRIO

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	6
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	12
A. Quadro Macroeconómico de Médio Prazo	12
B. Política Orçamental e Sustentabilidade da Dívida	13
C. Política Monetária e Estabilidade Financeira	15
D. Reformas Estruturais	16
ESTATÍSTICAS	20
MODALIDADES, SALVAGUARDAS E RISCOS DO PROGRAMA	20
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	22
CAIXA	
1. Atrasados Internos	18
FIGURAS	
1. Evolução Macroeconómica Recente	8
2. Indicadores Orçamentais, 2008–14 (Porcentagem do PIB)	9
3. Evolução Monetária e do Crédito, 2008–14	10
4. Evolução do Sector Externo, 2008–14	11

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2012–18 (Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)	24
2. Operações Financeiras do Governo Central, 2012–18 (Mil milhões de Dobras)	25
3. Operações Financeiras do Governo Central, 2012–18 (Percentagem do PIB)	26
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2012–18 (Mil milhões de Dobras)	27
5. Síntese Monetária, 2012–18 (Mil milhões de Dobras)	28
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2012–14	29
7. Balança de Pagamentos, 2012–18 (Milhões de USD)	30
8. Balança de Pagamentos, 2012–18 (Percentagem do PIB)	31
9. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2012–18 (Milhões de USD)	32
10. Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18	33
11. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2015–27	34
12. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	35

APÊNDICE

I. Carta de Intenções	36
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2015–18	38
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	53

CONTEXTO

1. **A maioria parlamentar absoluta do governo após as eleições nacionais de 2014 representa uma oportunidade para consolidar os ganhos conquistados nas reformas ao longo da última década.** No dia 12 de outubro de 2014, o principal partido da oposição (Acção Democrática Independente – ADI), liderado pelo antigo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, obteve maioria parlamentar absoluta e regressou ao poder. É a primeira vez, em mais de uma década, que um governo consegue uma maioria parlamentar para garantir um mandato completo de quatro anos. Esta estabilidade representa uma oportunidade clara para realizar reformas profundas e catalisar o apoio de doadores.
2. **O desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe é condicionado pela sua insularidade e fragilidade, pelos recursos limitados e pela sua baixa capacidade como pequeno estado insular.** A sua base de exportação não é diversificada e basicamente inclui o cacau e uma indústria do turismo incipiente que ainda está por realizar todo o seu potencial. Com a agora incerta produção de petróleo, após a retirada da Total Oil Company das atividades de exploração na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) partilhada com a Nigéria, a política fiscal deverá caminhar numa linha ténue entre a consolidação orçamental aprofundada para conter a dívida e eliminar os atrasados e a criação de espaço para despesas promotoras do crescimento de modo a resolver de vez o desemprego generalizado e os prolongados desequilíbrios externos (grandes défices da conta corrente e endividamento elevado).
3. **A implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de 2012 (ENRP II) tem sido priorizada, mas a taxa de pobreza mantém-se alta, em 66%.** No recém-publicado relatório de avaliação da implementação da ENRP II de 2012–13, o governo reconhece que a redução das taxas de pobreza desde 2000 foi marginal e o crescimento económico ficou aquém da taxa anual de 6%, considerada mínima para uma melhoria significativa das condições sociais. A deficiente implementação da ENRP II foi atribuída sobretudo à falta de recursos financeiros, que não se materializaram como previsto, e à instabilidade governamental. Atualmente, o governo está a trabalhar numa estratégia de desenvolvimento nacional atualizada para substituir a ENRP II após o seu termo, em 2016.

Avaliação do Último Programa Apoiado pela ECF

4. **O acordo ECF (com nível de acesso de 35% da quota) aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 20 de julho de 2012 expira em 19 de julho de 2015.** Inicialmente, o desempenho do programa foi satisfatório, com as primeiras duas avaliações concluídas com êxito, mas derrapou em março de 2014 quando as autoridades contraíram um empréstimo de USD 40 milhões (11% do PIB) com Angola, com um nível de concessionalidade bem abaixo do limite mínimo (piso) de 50% previsto no programa. Apesar da renegociação bem-sucedida para atribuir ao empréstimo condições quase concessionais, a derrapagem das despesas no período que antecedeu as eleições nacionais atrasou ainda mais o recomeço do programa. Entretanto, os principais pressupostos no

âmbito do programa mudaram significativamente em especial a menor probabilidade de produção comercial de petróleo.

5. O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF em 2014 foi variável (Tabelas 1 e 2 do Anexo I). Enquanto a meta de reservas internacionais líquidas foi facilmente atingida, o limite máximo (teto) ajustado da variação do crédito bancário líquido ao governo central não foi cumprido, o défice primário ultrapassou em 0,3 pontos percentuais (p.p.) do PIB a meta do programa para o final do ano e foram acumulados atrasados significativos numa base líquida, devido ao não pagamento das contas de energia e comunicações por parte dos órgãos do governo.

6. A implementação das reformas estruturais registou atrasos. Algumas medidas fundamentais não foram tomadas, em particular a eliminação dos atrasados tripartidos entre o Tesouro, a ENCO e a EMAE e a aplicação de um novo Índice de Preços no Consumidor. Houve avanços nas áreas de gestão das finanças públicas e da dívida externa, mas a implantação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE-e) não foi além das fases piloto devido a problemas técnicos, limitações de capacidade e atrasos na assistência técnica.

7. São Tomé e Príncipe continua a depender de assistência técnica. Foram realizadas 26 missões de assistência técnica (AT) no total ao abrigo do programa apoiado pela ECF aprovado em 2012 (ver Anexo Informativo). Estas AT foram bem formuladas e os ganhos obtidos foram expressivos, sobretudo na GFP, na supervisão bancária (incluindo a recém-aprovada Lei de Resolução Bancária) e em operações monetárias. Foi aplicado um número considerável de recomendações, nomeadamente a introdução do mercado monetário interbancário e do mercado interno de Bilhetes do Tesouro, mas os recursos humanos limitados retardaram a implementação completa das recomendações.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

8. O desempenho macroeconómico foi positivo, mas continua demasiado fraco para apoiar a redução da pobreza (Figura 1 e Tabela 1). A atividade económica registou uma ligeira aceleração para 4,5% em 2014 (4,2% em 2013). Sustentada pelo regime de câmbio fixo (que tem sido muito adequado para São Tomé e Príncipe), a inflação alcançou um mínimo anual histórico de 6,4% ao final de 2014 e deverá cair ainda mais, para 5,2%, em 2015.

9. A consolidação orçamental continuou a representar um desafio em 2014 (Figura 2 e Tabelas 2 e 3). O défice primário interno, que tinha caído para 0,8% em 2013 (abaixo do previsto), aumentou drasticamente para 3,4% do PIB em 2014, devido ao fraco desempenho das receitas (não pagamento de direitos de importação por parte da ENCO, a principal importadora de petróleo) e derrapagens das despesas durante a campanha para as

eleições gerais de outubro de 2014. Também houve um acumulação líquida de atrasados do governo numa base líquida, apesar dos esforços para os liquidar.

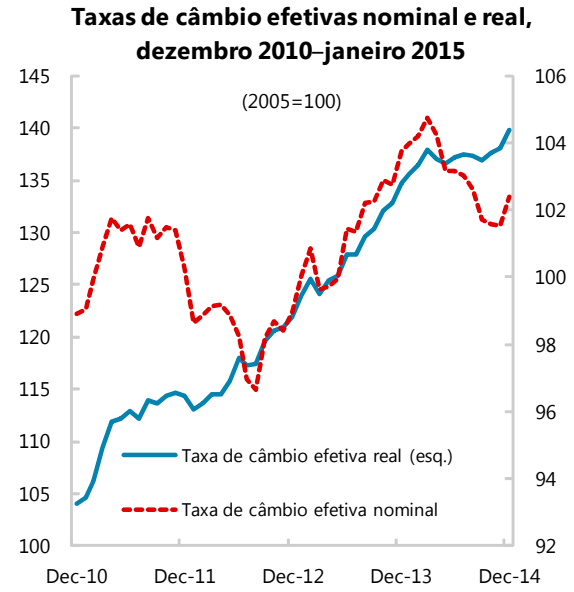
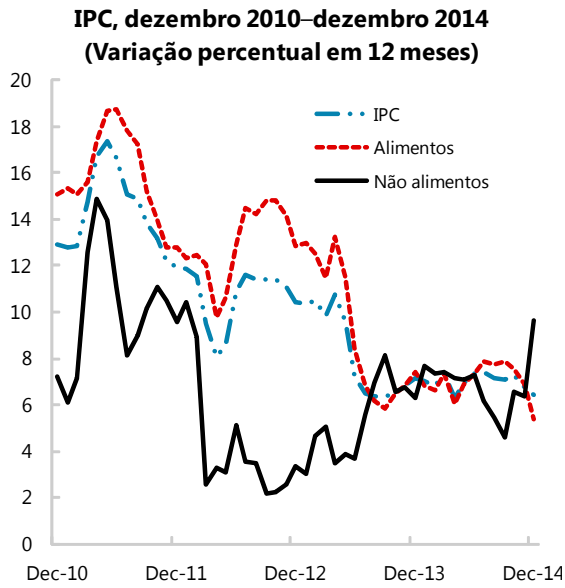
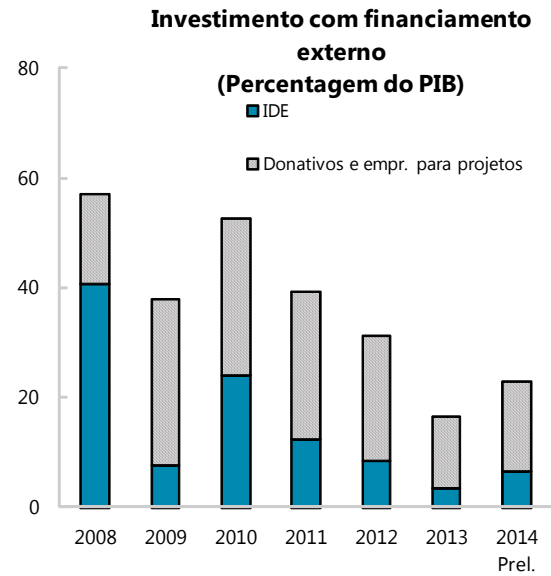
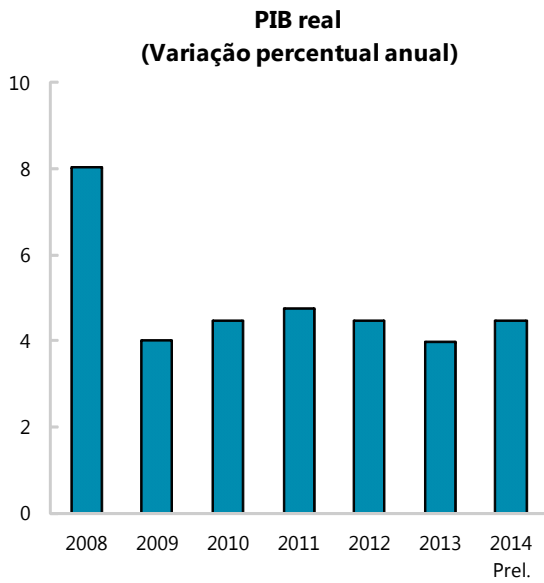
10. O crescimento da massa monetária foi moderado, conforme previsto (Figura 3 e Tabelas 4 e 5). Deverá desacelerar ainda mais, para 15% em 2015, em linha com a previsão de crescimento dos ativos externos líquidos (AEL). Contudo, o crédito bancário ao sector privado tem vindo a sofrer uma retração desde 2013, devido ao corte de novos empréstimos a empresas e famílias sobre-endividadas, enquanto os bancos enfrentam dificuldades com os empréstimos malparados e a carência de projetos viáveis para financiar.

11. A posição externa tem vindo a melhorar (Figura 4 e Tabelas 7 e 8). Apesar da recente desvalorização do euro, o défice da conta corrente (menos as transferências oficiais) melhorou em 1,2% do PIB, cifrando-se em 36,6% do PIB em 2014 devido ao aumento das exportações de cacau. O grosso deste défice foi financiado por transferências, empréstimos a projetos e investimento direto estrangeiro (IDE). As reservas internacionais do Banco Central ficaram em 3,8 meses de importações em 2014, ainda abaixo dos 5 a 6 meses de cobertura das importações considerados suficientes para uma pequena economia exportadora de produtos de base, com um regime câmbio fixo.

12. A primeira parcela do empréstimo de Angola foi totalmente gasta em 2014 e o novo governo levantou a segunda parcela em março de 2015. O governo cessante gastou a primeira parcela do empréstimo de Angola (USD 17 milhões) sobretudo em projetos de investimento e cerca de USD 4,3 milhões em despesas correntes, antes das eleições de 2014. A segunda parcela de USD 23 milhões foi desembolsada em março de 2015, vinculada ao programa de investimento público (MPEF §17).

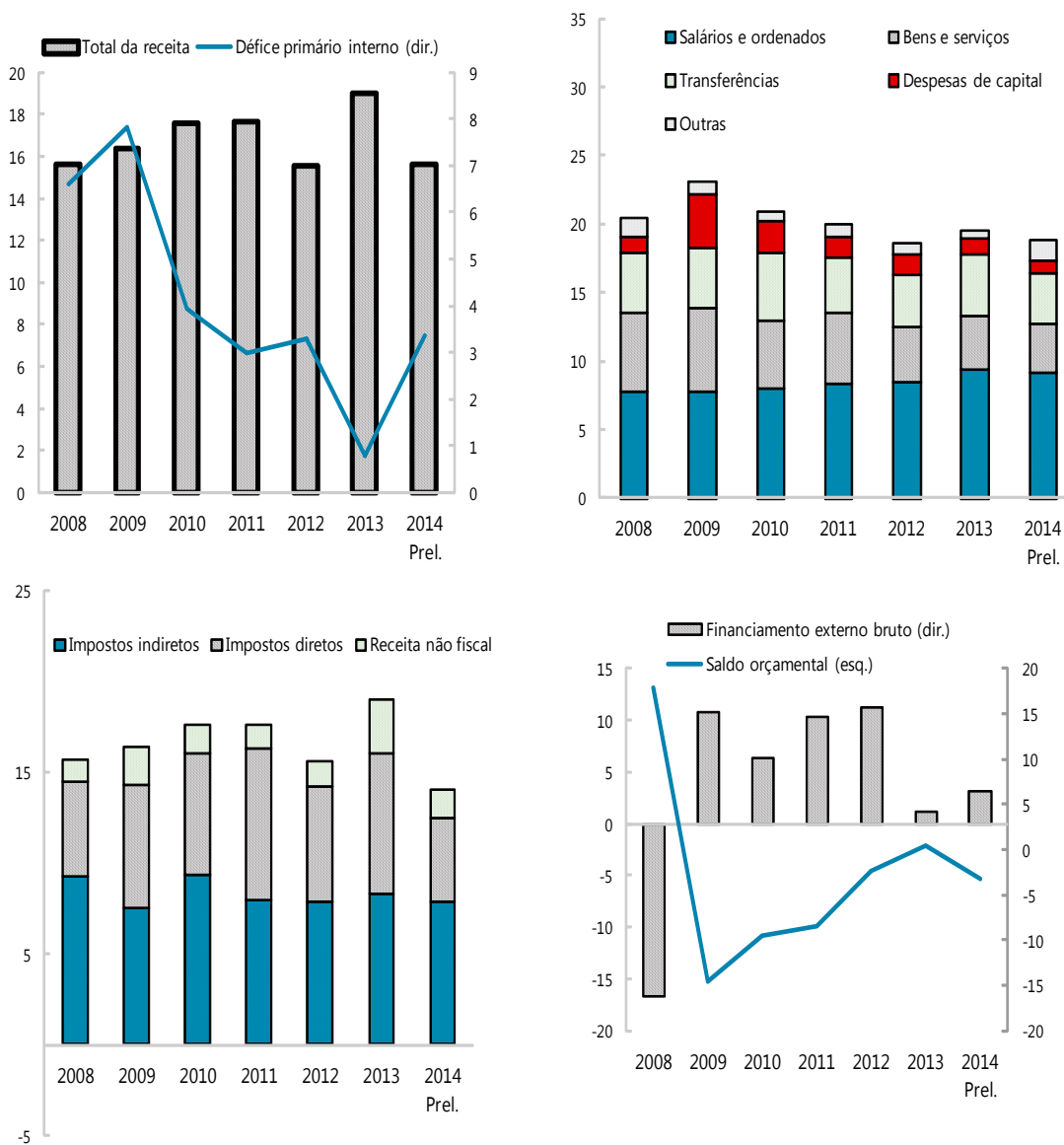
13. O sistema financeiro está a sentir uma certa pressão devido a práticas de concessão de empréstimos pouco rigorosas e supervisão deficiente. Embora a maioria dos bancos cumpra o rácio mínimo de fundos próprios ponderados pelo risco de 12%, o rácio médio de adequação dos fundos próprios tem vindo a cair devido a uma série de perdas no sector. Apesar do excesso de liquidez no sistema, as atividades de crédito foram restringidas, devido sobretudo aos elevados riscos de crédito e porque os bancos estão sobrecarregados com crédito malparado nos seus balanços (aumento de 18% em 2014), reflexo de práticas de concessão de empréstimos nocivas e gestão de riscos deficiente.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Evolução Macroeconómica Recente



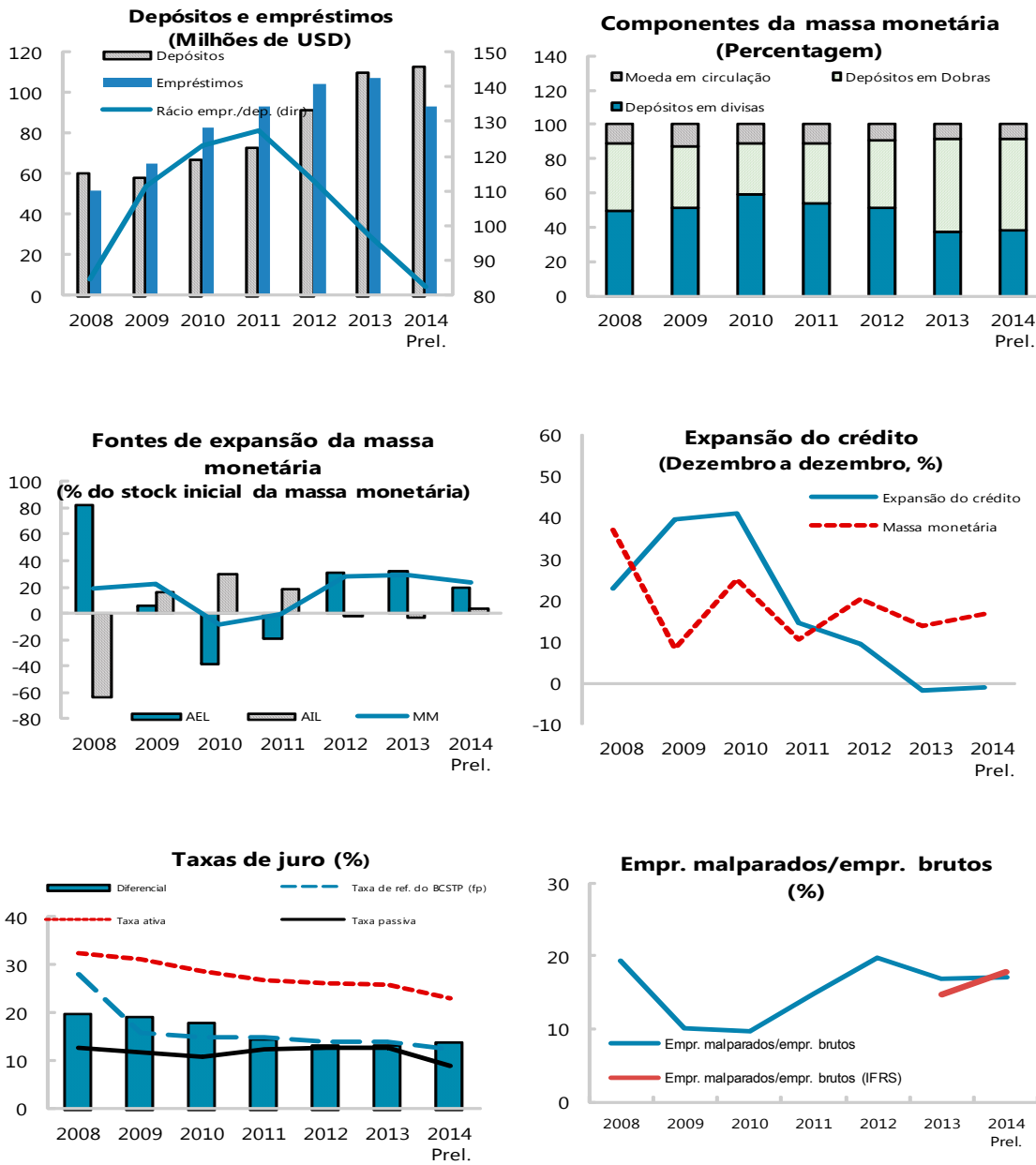
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores Orçamentais, 2008–14
(Percentagem do PIB)



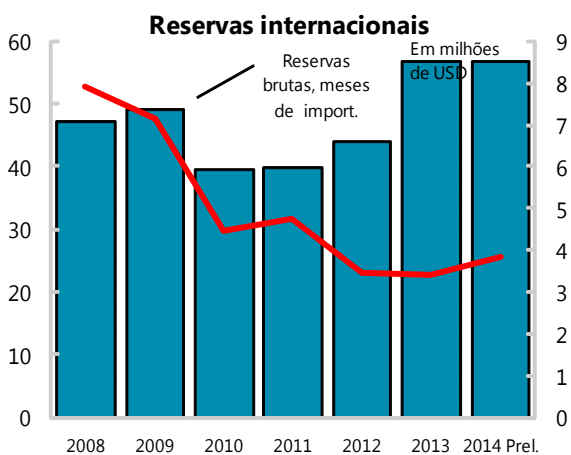
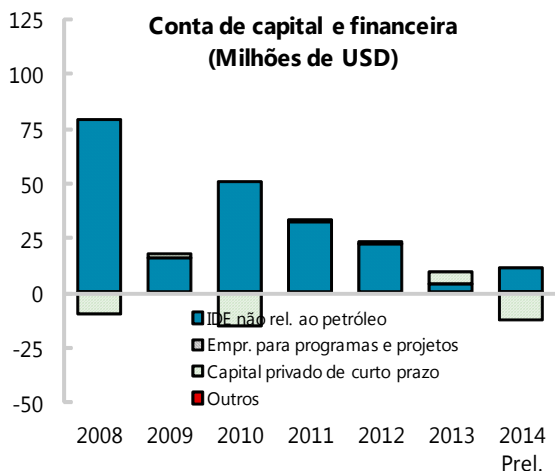
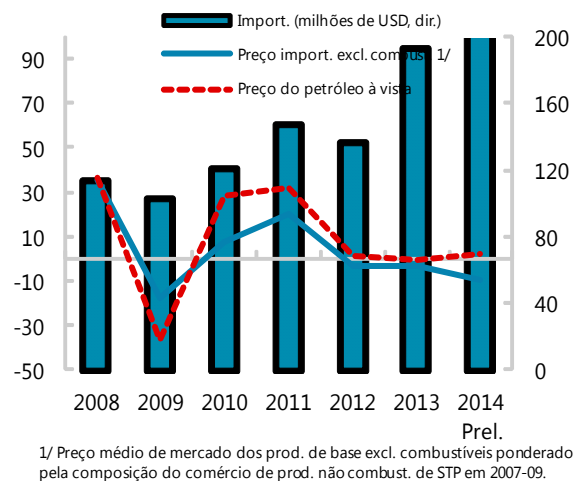
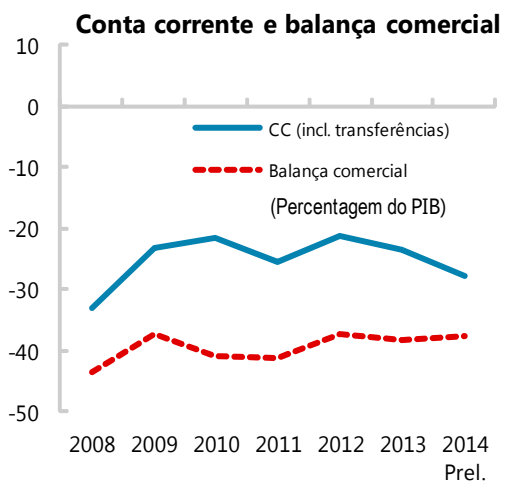
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Evolução Monetária e do Crédito, 2008–14



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Evolução do Sector Externo, 2008-14



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

A. Quadro Macroeconómico de Médio Prazo

14. O quadro macroeconómico de médio prazo subjacente ao acordo ECF é coerente com o cenário não petrolífero da atual ENRP II. A agenda de reformas do governo centra-se na manutenção da dívida numa trajetória sustentável através da consolidação orçamental contínua, enquanto cria espaço para despesas de investimento promotoras do crescimento. O objetivo do programa do governo é promover a estabilidade macroeconómica e financeira, inclusivamente com o alcance e a manutenção de um défice primário interno baixo para assegurar que a dívida se manterá numa trajetória sustentável, e aplicar um conjunto abrangente de medidas estruturais para diversificar e alargar a base de exportações, promover o crescimento liderado pelo sector privado e assegurar a estabilidade social garantindo as despesas prioritárias.

- As perspetivas de crescimento para 2016–18 baseiam-se no aumento do investimento em infraestruturas e na expansão do turismo e da agricultura. Por conseguinte, o crescimento deverá acelerar para 5,5% em 2017. Esta projeção para o médio prazo poderá ser maior se forem implantados todos os projetos promotores de crescimento planeados.
- A inflação deverá continuar a baixar e eventualmente convergir para a inflação da zona do euro até 2018, em linha com o regime de câmbio fixo e apoiada na melhoria da gestão da liquidez por parte do banco central.
- O défice da conta corrente poderá ficar num nível ligeiramente superior ao de 2014 à medida que haja uma recuperação das importações no médio prazo em função da subida dos preços dos produtos de base e do aumento das importações financiadas por doadores. A cobertura das reservas, contudo, deverá aumentar para 5 meses de importações até 2018.

15. Para se chegar a estes resultados são necessárias amplas reformas.

Especificamente para: i) resolver o problema do aumento dos atrasados internos, que têm impedido a consolidação orçamental; ii) melhorar a mobilização de receita interna e a gestão das finanças públicas, de modo a criar espaço para o aumento das despesas de investimento e sociais; iii) promover reformas do sector financeiro para melhorar o seu papel na promoção do crescimento liderado pelo sector privado; e iv) introduzir reformas na agricultura, além de outras reformas destinadas a melhorar o ambiente de negócios e a promover o investimento privado para ampliar a base de exportações.

16. Existem riscos de curto prazo. Os principais decorrem das incertezas que atingem a Europa, onde uma nova retração na atividade económica poderá reduzir o comércio e diminuir a procura pelas exportações de São Tomé e Príncipe, inclusivamente o turismo.

Em relação às políticas internas, serão necessárias medidas para assegurar que as metas orçamentais serão atingidas, mas também será essencial uma implementação criteriosa da resolução dos bancos insolventes (p. ex., o Banco Equador) de modo a salvaguardar a estabilidade do sector financeiro.

B. Política Orçamental e Sustentabilidade da Dívida

17. O ajustamento orçamental continua a ser essencial para manter a dívida numa trajetória sustentável. A análise atualizada da sustentabilidade da dívida (ASD) confirma que o risco de sobre-endividamento continua elevado. Qualquer derrapagem no programa fiscal — permitindo que o défice primário mantenha a sua trajetória histórica — reverteria a trajetória descendente da dívida, abaixo do valor de base. Comparado como a última ASD no relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV, o indicador do rácio entre a dívida e as exportações, que é a principal fonte de vulnerabilidade, melhorou significativamente devido à melhoria do registo dos serviços (viagens e turismo) e o recente bom desempenho da produção de cacau.

18. O orçamento aprovado de 2015 estabelece os fundamentos para estabilizar a dívida e criar espaço para despesas de investimento promotoras do crescimento.

Atingir esse equilíbrio continua a ser crucial para assegurar um crescimento partilhado e a redução da pobreza (MPEF §14–15). O contínuo declínio do défice primário interno¹ para 1,5% do PIB até 2018 e a sua posterior estabilização em cerca de 1,2% do PIB deverá estar em linha com a queda do rácio VA da dívida/PIB para perto de um limiar sustentável até 2020 e, simultaneamente, criar algum espaço para o aumento da despesa de investimento e a eliminação dos atrasados internos.

- Do lado da receita, o orçamento de 2015 visa a recuperação parcial dos níveis de receita de 2013 através de uma administração tributária mais rigorosa. Serão tomadas medidas decisivas para impulsionar a mobilização da receita interna em 2,5% do PIB até 2018 (MPEF §24). As autoridades pretendem conseguir-lo resolvendo o problema dos atrasados cruzados com a ENCO e começando a cobrar direitos sobre as importações de petróleo (que representam mais de 1% do PIB ao ano). Um conjunto de medidas adicionais, incluindo a recém-concluída Operação Inclusão Fiscal, que acrescentou 16 mil novos contribuintes à base, e o Plano de Maximização Fiscal (desenvolvido ao abrigo da operação de crédito PAGEF do BAfD), deverão impulsionar a cobrança de impostos no médio prazo.
- As autoridades pretendem finalizar planos, dentro do prazo do programa, para introduzir um regime de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e uma tributação presumida

¹ Definido como receita não petrolífera menos despesas correntes não relativas a juros e despesa de investimento financiada internamente.

mínima, com a assistência técnica de parceiros de desenvolvimento, incluindo o FMI (MPEF §24).

- Do lado da despesa, há a necessidade de conter as transferências e os relativamente altos custos do funcionalismo público, em particular a remuneração não salarial, reduzindo-os em 0,6 p.p. do PIB para a média histórica de 8,5% do PIB. Contudo, as despesas sociais estarão salvaguardadas, uma vez que o alinhamento orçamental com a ENRP II do governo continua a ser crucial para o cumprimento dos ODM. Neste contexto, as autoridades estão empenhadas em aumentar as despesas sociais tanto em 2015 como em 2016 (MPEF §14).

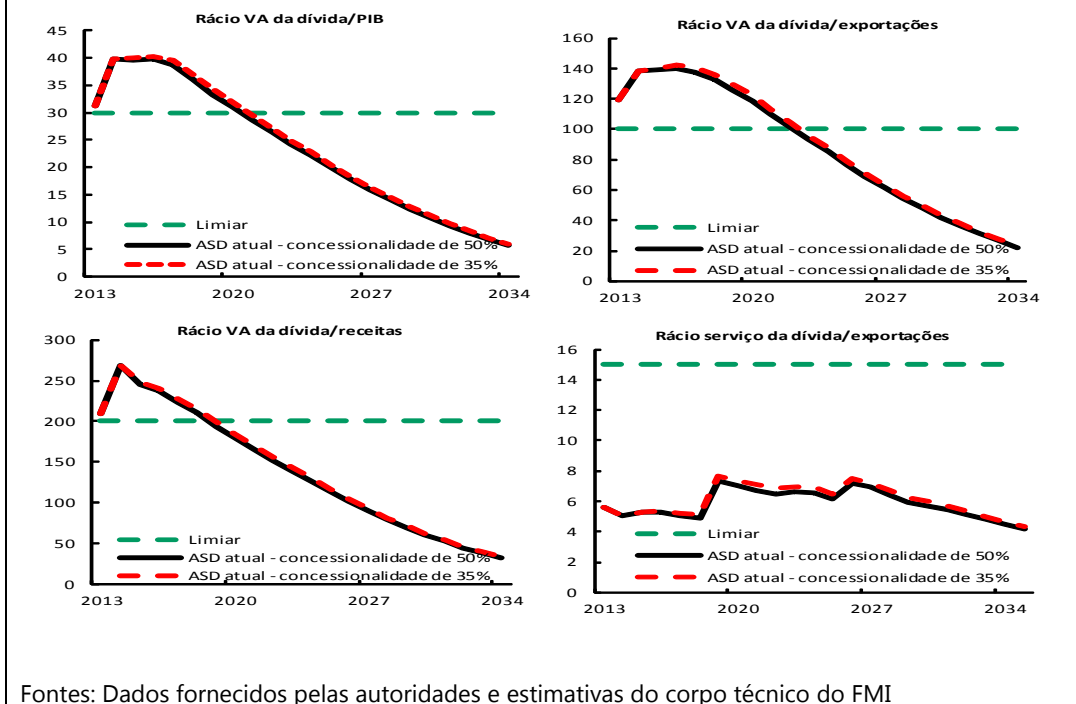
19. O orçamento de 2015 está totalmente financiado e as perspectivas de financiamento do restante do prazo do programa são boas. Foi identificado apoio ao orçamento no montante de USD 10 milhões para 2015 na forma de donativos (Banco Mundial, UE e fundos de contrapartida do Japão). As autoridades, contudo, estão prontas para cortar despesas caso qualquer compromisso não se materialize. O corpo técnico prevê donativos adicionais de cerca de USD 30 milhões em 2016–18. A planeada conferência de doadores a ser organizada em São Tomé no mês de setembro de 2015, em resposta ao programa apoiado pelo FMI, poderá assegurar mais apoio ao orçamento em 2016–18, para apoiar os programas sociais e de investimento público do governo.

Políticas de Contratação de Empréstimos

20. Devido às elevadas vulnerabilidades da dívida, as autoridades deverão continuar a suprir as necessidades de financiamento sobretudo com donativos e empréstimos externos concessionais (MPEF §38). Todavia, com a improbabilidade de produção de petróleo por muitos anos, há a necessidade de explorar opções alternativas para financiar o programa de investimento público (PIP) das autoridades. A ASD atualizada sugere que há espaço para algum crédito concessional, de cerca de 6,6% do PIB em média, por ano, ao longo do programa de três anos apoiado pela ECF.

21. As melhorias na ASD e os investimentos promotores do crescimento de médio prazo explicitamente identificados apoiam um limiar de concessionalidade mais baixo, sem colocar em risco a sustentabilidade da dívida. Em particular, a redução do elemento concessional para os supostos 35% e a limitação do montante de empréstimos concessionais não altera significativamente a dinâmica da dívida em relação ao cenário com um elemento de 50% (Gráfico de Texto 1). Esta redução continuará a fixar a dívida numa trajetória sustentável e, simultaneamente, criará espaço para despesas promotoras do crescimento e tornará a contratação de empréstimos concessionais (de outras fontes que as instituições multilaterais) menos onerosa para as autoridades para o apoio ao PIP.

Gráfico de Texto 1. Comparação de Indicadores do Rácios da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, Concessionalidade de 50% x 35%



22. Para reforçar ainda mais a sustentabilidade orçamental e da dívida, o corpo técnico apelou ao fortalecimento da capacidade de gestão da dívida. O corpo técnico saúda os avanços na atualização da estratégia de gestão da dívida a médio prazo, que será aprovada pelo Conselho de Ministros antes do final de junho de 2016 (MPEF §39). A melhoria da capacidade de gestão da dívida é crucial para o apoio ao objetivo de redução da dívida previsto no programa. O corpo técnico identificará medidas claras a monitorizar como parte do programa assim que a estratégia for aprovada.

C. Política Monetária e Estabilidade Financeira

23. Gerir o excesso de liquidez em apoio ao crescimento continua a ser um desafio central na condução da política monetária. O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) reconhece que a absorção do excesso de liquidez é crucial para a manutenção do regime de câmbio fixo convencional e está a dar resposta a este desafio. O BCSTP criou um mercado monetário interbancário para formalizar a troca de liquidez entre os bancos e também lançou uma operação de mercado aberto onde os recém-criados Bilhetes e Títulos do Tesouro serão utilizados para absorver liquidez (MPEF §19). Contudo, o BCSTP terá de apresentar uma solução de longo prazo para o excesso de liquidez que resolva as causas dos elevados riscos de crédito, sobretudo, práticas de concessão de empréstimos nocivas e gestão de riscos deficiente.

24. O sector bancário enfrenta algumas pressões. Embora a maioria dos bancos atinja o rácio mínimo de fundos próprios ponderados pelo risco de 12%, o rácio médio de adequação dos fundos próprios tem vindo a cair devido a uma série de perdas no sector. Apesar do excesso de liquidez no sistema, as atividades de crédito foram restringidas porque os bancos estão sobrecarregados com crédito malparado, um reflexo de práticas negligentes de concessão de empréstimos e da gestão de riscos deficiente.

25. Para salvaguardar a estabilidade financeira, o BCSTP fortalecerá a sua fiscalização regulamentar e começará a aplicar requisitos prudenciais para lidar com as restantes debilidades no sistema financeiro (MPEF §21–22). As inspeções diretas foram concluídas em todos os bancos e uma nova ronda de inspeções está marcada para este ano, nos dois maiores bancos; três bancos receberam um prazo até ao final de junho deste ano para aumentarem os seus fundos próprios acima do nível mínimo exigido para operar em São Tomé e Príncipe. Ademais, em janeiro deste ano o BCSTP colocou um banco (Banco Equador) sob intervenção, enquanto aguarda a sua resolução, por não atingir repetidamente o nível mínimo de fundos próprios. O Projeto de Lei de Resolução Bancária (elaborado com a assistência do MCM e do LEG) permitirá, assim que for aprovado na Assembleia Nacional, uma resolução de bancos rápida e ordenada.

D. Reformas Estruturais

Fortalecer a Gestão das Finanças Públicas

26. A adoção de um novo sistema de gestão da informação — SAFE-e — tem sido a peça central dos esforços para modernizar e melhorar a GFP (MPEF §29–30). Até agora, a fase piloto de implementação cobriu quatro ministérios, mas ficou aquém do objetivo inicial de consolidar e produzir relatórios anuais de execução orçamental. Assim que os restantes problemas de processamento e segurança da informação forem resolvidos, o governo deverá estar apto a utilizar o SAFE-e para gerar as contas finais do governo e alargar o sistema a todos os ministérios e órgãos públicos, a a partir do orçamento de 2016. Para além da melhoria das capacidades de monitorização do SAFE-e, terá de haver um reforço dos controlos das despesas para assegurar que não serão incorridas despesas não orçamentadas, sobretudo em relação a remunerações não salariais, como horas extraordinárias e ajudas de custo, que nos últimos anos excederam os montantes anuais orçamentados.

27. As autoridades estão igualmente empenhadas em aplicar as recomendações do PEFA de 2013, no sentido de um quadro orçamental de médio prazo, e em fortalecer a gestão da dívida (MPEF §32). As autoridades pedirão a assistência dos parceiros de desenvolvimento para formular um plano abrangente para a aplicação das principais recomendações do mais recente relatório sobre Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA), inclusivamente a criação duma agência de contratação pública. Com base nas recomendações de uma missão recente de AT do FAD, as autoridades pretendem adotar gradualmente um quadro orçamental de médio prazo adaptado à capacidade existente. A capacidade de gestão da dívida será fortalecida, a começar pelas funções administrativas

(*back office*), como monitorização e registo da dívida e avaliação das implicações de empréstimos futuros sobre a sustentabilidade da dívida.

Eliminação de Atrasados Internos

28. Os créditos não auditados da ENCO (devido ao subsídio implícito aos combustíveis) e de fornecedores nacionais elevaram o stock de atrasados internos do governo para cerca de 16% do PIB no final de março de 2015, consideravelmente acima do conhecido até à data (Caixa 1). Novas informações foram disponibilizadas sobre os créditos da ENCO (o principal importador de combustíveis do país) sobre o governo motivados pelos prejuízos operacionais incorridos na venda de produtos petrolíferos abaixo do custo desde 2010 (13% do PIB). Ademais, as autoridades começaram a pagar contas de serviços públicos e comunicações (2% do PIB) e atrasados a fornecedores nacionais (0,7% do PIB) que datam de 2012. A empresa estatal de eletricidade e águas (EMAE) também começou a acumular atrasados de contas não pagas à ENCO, estimadas em cerca de 12% do PIB.

29. O governo está empenhado em resolver o problema dos atrasados internos de longa data. Uma equipa ministerial nomeada pelo governo em abril de 2015 irá auditar e confirmar os créditos dos credores como parte da elaboração de um plano abrangente que irá eliminar o stock remanescente de atrasados nos próximos cinco anos através da combinação de pagamentos em dinheiro e a possível titularização dos atrasados à ENCO (ação prévia, MPEF §25). Está previsto o reembolso de cerca de 2,5% do PIB em atrasados durante o prazo do programa e a eliminação do restante com base no plano que será acordado após a auditoria e a negociação com a ENCO e a EMAE. O quadro macroeconómico e a sustentabilidade da dívida serão ajustados a tempo da primeira avaliação, se necessário, de modo a refletir o plano de eliminação após a auditoria e a negociação do stock de atrasados. O governo também está empenhado em acelerar a eliminação de atrasados à medida que os esforços de geração de receitas se revelem frutuosa.

Caixa 1. São Tomé e Príncipe: Atrasados Internos

O grosso dos atrasados internos em São Tomé e Príncipe relaciona-se ao sector energético, (a companhia de electricidade e águas, EMAE e a importadora e distribuidora de petróleo, ENCO).¹ Como resultado, a eliminação destes atrasados é importante para o fornecimento de energia e, de um modo geral, para a atividade económica. Existem três causas principais para estes atrasados:

- i) O governo não compensou a ENCO pelo subsídio implícito decorrente do diferencial entre os preços a retalho e os reais custos de fornecimento dos combustíveis. Os preços a retalho foram fixados e não foram alterados pelo governo desde 2010 e, até ao final de 2014, ficaram abaixo dos níveis de custo para todos os tipos de combustível. Apenas em março 2015 a queda dos preços internacionais dos combustíveis permitiu a recuperação de custos aos preços de retalho vigentes. A ENCO reivindica os atrasados de “diferencial de preço” acumulados desde 2011, equivalentes a 13% do PIB.
- ii) A companhia estatal de electricidade EMAE não pagou à ENCO o gásóleo fornecido e utilizado na geração de energia. A capacidade de pagamento da EMAE está comprometida pelos prejuízos financeiros acumulados, equipamentos de geração e distribuição obsoletos e o consumo ilegal. Como resultado, os preços da electricidade, que também são fixados pelo governo, estão bem abaixo do custo. No final de março de 2015, os atrasados da EMAE à ENCO pelo fornecimento de combustíveis eram equivalentes a 12% do PIB.
- iii) No último ano, o governo acumulou cerca de 3% do PIB em atrasados relacionados com contas por pagar em comunicações e aos fornecedores internos. Todavia, o governo começou a pagar os fornecedores.

As preocupações políticas com os efeitos inflacionários da alta dos preços do petróleo e os fortes laços com o fornecedor do produto, Angola, permitiram a manutenção de preços abaixo do custo durante anos. Apesar dos preços fixos da energia, a paraestatal de petróleo angolana, Sonangol, que é acionista tanto da ENCO como da EMAE, continuou a fornecer produtos petrolíferos com prejuízo através da ENCO. Contudo, em meados de 2014, a ENCO parou de pagar os direitos de importação para cobrir as perdas acumuladas, o que resultou na queda das receitas internas e na escalada do problema dos atrasados. A situação de atrasados cruzados dificultou o esforço de consolidação orçamental do governo.

Para resolver o problema dos atrasados de longa data, o novo acordo ECF prevê, como medida prévia, a conclusão do plano de eliminação e prevenção de atrasados que deveria ter sido finalizado até 2013 ao abrigo do primeiro programa ECF. O fio condutor do plano é a realização de uma auditoria abrangente de todos os atrasados internos (incluindo credores para além da ENCO) com vista à sua titularização e eventual anulação, a acordar com os credores. Para prevenir a repetição de atrasados relacionados ao petróleo, o plano inclui a introdução de um mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis a partir de 2016 e um plano de reestruturação empresarial para a EMAE, a implantar com o apoio de doadores.

¹ Tanto a ENCO (Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos, S.A.R.L.) como a EMAE (Empresa de Água e Electricidade) são empresas de capital misto, com participação da paraestatal angolana Sonangol, que detém uma participação maioritária na ENCO, enquanto na EMAE, a participação maioritária é detida pelo governo.

30. A recente queda dos preços internacionais do petróleo representa uma oportunidade para resolver a acumulação de subsídios ao petróleo não pagos e definir uma tarifação para a recuperação total do custo dos produtos petrolíferos (MPEF §26).

Como parte do plano de eliminação de atrasados e de prevenção da sua repetição, o governo adotará um mecanismo de preço automático até ao final de junho de 2016

(indicador de referência estrutural) depois de receber assistência técnica do Fundo. Entretanto, o governo está empenhado em garantir que a partir de agora os preços dos produtos petrolíferos não serão inferiores ao custo e solicitará assistência técnica para definir o mecanismo de ajuste automático de preços. O governo irá avaliar as implicações sociais da alta dos preços de retalho para os mais pobres, de forma a fornecer uma rede de segurança para a população pobre e vulnerável.

31. O governo também está empenhado em tomar medidas rápidas para reduzir ineficiências na EMAE, apoiadas em reformas de fundo (MPEF §27–28). O plano de reforma da EMAE e os ajustamentos tarifários, em discussão desde 2013, serão finalizados e considerados para implementação na primeira avaliação. Ademais, as autoridades estão empenhadas em aplicar medidas imediatas para acabar com as ligações ilegais de eletricidade e água, instalando contadores para aumentar receitas e prevenir o desperdício por quem paga valores fixos e substituindo os velhos equipamentos de geração de energia para reduzir custos. O Banco Mundial e a UE estão a prestar assistência para resolver os problemas estruturais na EMAE e garantir a recuperação total do custo através da tarifação da energia e da água e da geração de fluxos de caixa para financiar reparos e a modernização da rede no médio prazo.

Melhorar o Ambiente de Negócios para a Diversificação das Exportações e o Desenvolvimento do Sector Privado

32. O governo introduzirá reformas estruturais mais centradas para diversificar as exportações e estimular o investimento do sector privado através da melhoria do ambiente de negócios (MPEF §33–34). As principais iniciativas incluirão melhorias bem orientadas das infraestruturas físicas (portos e aeroportos), reformas legislativas e administrativas fundamentais para promover a facilitação comercial, fortalecer os direitos de propriedade e do investidor, aumentar o acesso ao crédito e simplificar os processos empresariais e o pagamento de impostos. O governo irá desenvolver e apresentar à Assembleia Nacional uma estratégia e um plano de ação de diversificação das exportações nacionais, orientados para o sector do turismo e a produção hortícola de alto valor, que são reconhecidos como tendo o maior potencial.

33. O BCSTP reformará o funcionamento da Central de Risco de Crédito para assegurar a eficiência na avaliação e no apreçamento de riscos e melhorar o acesso a financiamentos por parte de pequenas e médias empresas (MPEF §35). O BCSTP instituiu a Central de Risco de Crédito (CRC) em 2011 para assegurar a disponibilidade de informações fiáveis e abrangentes sobre o crédito em apoio à avaliação e ao apreçamento de riscos. Contudo, o sistema de informações de crédito não está a ser plenamente utilizado pelos bancos devido à cobertura deficiente e à fraca qualidade dos dados. O BCSTP comprometeu-se a investir recursos adicionais (em infraestruturas materiais e imateriais) para alargar a cobertura da CRC e difundir a sua utilização. No futuro, o BCSTP aplicará com rigor a exigência de que as instituições financeiras prestem informações relevantes, precisas, completas e atempadas à CRC e aplicará as devidas sanções, se for o caso.

34. Estes esforços serão complementados pela abordagem dos desafios no sistema judiciário para aperfeiçoar a execução de garantias (MPEF §36). Os bancos atribuem a lenta recuperação do crédito ao sector privado à falta de execução de garantias e aos longos atrasos no sistema judiciário para lidar com incumprimentos. O BCSTP, com a ajuda do Banco Mundial, montou um plano de desenvolvimento do sector financeiro (PDSF), que, entre outros aspetos, propõe reformas do sistema judiciário, incluindo a opção de se criar um tribunal comercial para estimular a execução de garantias e a formação e a melhoria das condições de trabalho dos juízes.

ESTATÍSTICAS

35. As autoridades visam avançar no fortalecimento do sistema estatístico. O Instituto Nacional de Estatística (INE) está a tomar medidas, com a AT do FMI e de doadores, para melhorar o IPC e as contas nacionais. O inquérito aos agregados familiares concluído em 2011 servirá de base para a reponderação das componentes do IPC e a introdução de novos bens e serviços no cabaz (que foi atualizado pela última vez há 20 anos). O novo IPC e as contas nacionais revistas serão publicados no final de 2015, depois da conclusão de duas missões AT de apoio. (MPEF §40).

MODALIDADES, SALVAGUARDAS E RISCOS DO PROGRAMA

36. As autoridades solicitam o cancelamento do acordo ECF aprovado pelo Conselho de Administração em julho de 2012 e, em apoio aos objetivos revistos, solicitaram um novo programa apoiado pela ECF, cifrado em DSE 4.440.000 (60% da quota). Este nível de acesso, dividido em sete parcelas iguais (Tabela 10), baseia-se na avaliação do corpo técnico em relação às perspetivas, necessidades projetadas de financiamento da balança de pagamentos (incluindo a necessidade de acumulação de reservas equivalentes a 5 a 6 meses de importações recomendados para exportadores de produtos de base de baixos rendimentos com uma regime de câmbio fixo convencional)^{2,3} e ao grau de solidez das políticas de ajustamento contidas no programa. O financiamento do acordo ECF complementarará a atual linha de crédito com Portugal⁴ para assegurar que as reservas ficarão em níveis confortáveis para sustentar o regime de câmbio fixo convencional.

² Ver [Relatório do Corpo Técnico sobre Consultas de 2013 ao Abrigo do Artigo IV](#) de São Tomé e Príncipe para uma análise sobre a adequação das reservas para países de baixo rendimento exportadores de matérias-primas com um regime de câmbio fixo convencional.

³ Dabla-Norris, Era, et al., "Optimal Precautionary Reserves for Low-Income Countries: A Cost Benefit Analysis", Documento de Trabalho do FMI 11/249.

⁴ O acordo com Portugal fornece ao banco central recursos adicionais para o apoio ao câmbio fixo, se necessário, na forma de uma linha de crédito de até 25 milhões de euros.

A primeira data de teste do programa será o final de dezembro de 2015, com metas indicativas definidas para o final de setembro de 2015.

37. Condicionalidade do programa. São definidas metas quantitativas para o saldo primário interno, o financiamento bancário líquido do governo central, as reservas internacionais, a contratação e a garantia de dívida externa não concessional, o stock da dívida externa e os atrasados externos (Tabela 3 do Anexo I). Devido ao risco elevado de sobre-endividamento, o programa prevê um limite zero de empréstimos em condições não concessionais. O limiar de concessionalidade é de 35%, abaixo dos 50% previstos no programa anterior, sem aumentar a pressão sobre a ASD. Ademais, a contratação de dívida externa não concessional é monitorizada numa rubrica por memória para ajudar a formar capacidade de acompanhamento da dívida. Os indicadores de referência estruturais propostos são adequados às prioridades macroeconómicas e às restrições de capacidade, centrando-se na implantação de instituições básicas nas áreas de mobilização de receitas tributárias, GFP, gestão monetária, estabilidade financeira, ambiente de negócios e estatísticas (Tabela 4 do Anexo I). Uma ação prévia para apresentar ao corpo técnico um plano abrangente que defina as medidas e o calendário de redução do stock de atrasados internos dará uma garantia inicial sobre o empenho em resolver o problema dos atrasados internos de longa data.

38. São Tomé e Príncipe dispõe de capacidade suficiente para honrar as obrigações do serviço da dívida com o FMI (Tabela 11). Ademais, a ASD atualizada indica que, apesar do risco de sobre-endividamento permanecer elevado, os indicadores de dívida melhoram ao longo do programa. O país tem um bom historial de pagamento atempado das obrigações da dívida externa, inclusivamente ao FMI.

39. Foi iniciada uma atualização da avaliação de salvaguarda de 2013, que será concluída antes da primeira avaliação do programa. A avaliação anterior identificou várias restrições de capacidade enfrentadas pelo BCSTP, inclusivamente a falta de fiscalização independente. As auditorias externas realizadas por firmas de auditoria idóneas continuou a servir como salvaguarda crucial e a avaliação recomendou o fortalecimento da articulação das auditorias por parte da direção do BCSTP, para que sejam tomadas medidas corretivas atempadas com base nas conclusões das auditorias. Outras recomendações incluem o fortalecimento da função de auditoria interna e a implementação de políticas formais de investimento. O BCSTP tomou medidas para abordar estas questões e o corpo técnico avaliará o progresso alcançado durante a atualização da avaliação.

40. O programa envolve riscos económicos, institucionais e políticos consideráveis.

- O ajustamento orçamental continua a ser essencial para manter a dívida numa trajetória sustentável. Isto realça o risco elevado de derrapagens na aplicação da política fiscal.
- Um período prolongado de crescimento reduzido na Europa poderá diminuir consideravelmente as exportações, o turismo e o IDE e os fluxos de ajuda.

- Prevê-se uma disputa acirrada na eleição presidencial de 2016. No passado, os esforços de consolidação orçamental foram postos em causa durante eleições.
- No lado positivo, existe a possibilidade de uma das pequenas operadoras que ainda não abandonou a exploração encontrar petróleo com viabilidade comercial.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

41. O desempenho de São Tomé e Príncipe no âmbito do programa anterior apoiado pela ECF foi variável. Apesar dos importantes ganhos macroeconómicos alcançados no primeiro ano e meio do programa, ocorreram derrapagens em 2014. O esforço de consolidação orçamental sofreu um revés, com o défice primário a ultrapassar a meta do programa para o final do ano e a acumulação de novos atrasados numa base líquida. A implementação das reformas estruturais sofreu atrasos e algumas medidas fundamentais não foram tomadas, em particular a eliminação dos atrasados tripartidos entre o Tesouro, a ENCO e a EMAE.

42. O corpo técnico saúda o empenho das autoridades na resolução das derrapagens identificadas no atual programa apoiado pela ECF. O orçamento de 2015 do governo, aprovado pela Assembleia Nacional, e o quadro macroeconómico de médio prazo apoiam-se nos recentes esforços de reforma. A implementação vigorosa e sustentada do programa é crucial para consolidar a estabilidade macroeconómica em apoio ao crescimento sustentado de bases amplas e à redução da pobreza.

43. O governo reconhece a importância de alargar a mobilização de receita interna em apoio das tão necessárias despesas promotoras do crescimento. Serão necessárias medidas decisivas, inclusivamente a possível introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) durante o prazo do programa, para impulsionar a mobilização de receita interna, que representou um enorme entrave à consolidação orçamental. Enquanto implanta, oportunamente, medidas para aumentar a mobilização de receitas tributárias, o governo deverá evitar derrapagens nas políticas e estar pronto para tomar medidas adicionais que mantenham o défice primário interno no bom caminho e a dívida numa trajetória descendente.

44. Tendo em conta as elevadas vulnerabilidades da dívida de São Tomé e Príncipe, o governo deverá continuar a suprir as necessidades de financiamento com donativos e empréstimos externos concessionais. O corpo técnico também apoia a avaliação de que reduzir o limiar de concessionalidade de 50%, aplicado no atual programa apoiado pela ECF, para 35% continuará a ancorar a dívida e, ao mesmo tempo, a tornar menos onerosa a contratação de empréstimos concessionais em apoio das despesas promotoras do crescimento.

45. É importante que o governo cumpra o plano de eliminação de atrasados de modo a manter a sustentabilidade orçamental e da dívida. O plano de eliminação dos atrasados do governo fornece uma base sólida para resolver o grande stock de atrasados internos e prevenir o acumulação de novos. Para que o plano seja sustentável, a EMAE também terá de ser reformada para melhorar a sua eficiência e assegurar a recuperação total de custos. Ademais, o governo terá de avançar com a adoção de um mecanismo de reajuste automático do preço dos combustíveis para evitar um nova acumulação de atrasados devido aos diferenciais de preço.

46. O programa mantém a coerência com a ENRP II. O corpo técnico saúda o empenho do governo em aproveitar as lições tiradas durante a implementação da ENRP II para a conceção do novo Documento de Estratégia Nacional após o termo da ENRP II em 2016. O novo Documento de Estratégia Nacional dará sustentação ao restante do programa. O orçamento de 2015 e o quadro macroeconómico de médio prazo acordado sublinham o compromisso do governo com os programas sociais e a despesa a favor dos pobres.

47. São necessárias medidas para aumentar o papel do sector financeiro no apoio ao crescimento. O maior desafio para a aplicação da política monetária é a gestão eficaz do excesso de liquidez no sistema bancário, que continua a crescer à medida que os bancos aumentam o rigor da sua política de crédito na sequência do aumento dos créditos malparados. Os atuais esforços do BCSTP para criar um mercado monetário interbancário e um mercado interno de Bilhetes do Tesouro deverão aumentar o papel do sector financeiro na intermediação do excesso de liquidez no sistema e no apoio ao crescimento. Resolver a situação de excesso de liquidez é crucial para reduzir os riscos à manutenção do regime de câmbio fixo convencional, que tem sido muito útil a São Tomé e Príncipe.

48. A persistente debilidade no sector bancário exige vigilância constante para assegurar a estabilidade financeira. As autoridades deverão garantir que o BCSTP dispõe de poderes de resolução suficientes para sanear bancos em dificuldades rápida e ordenadamente, em particular, o Banco Equador, que está atualmente sob intervenção. Para salvaguardar a estabilidade, o BCSTP deverá fortalecer a supervisão bancária e aplicar requisitos prudenciais em todo o sistema bancário, incluindo a aplicação rigorosa do rácio fundos próprios mínimos/ativos ponderados pelo risco.

49. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades de um acordo três anos ao abrigo da ECF, com nível de acesso de 60% da quota.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2012–18
 (Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2012	2013	2014		2015		2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Preliminar	Segunda aval. ECF	Proj.	Projeções		
Rendimento nacional e preços									
PIB a preços constantes	4,5	4,0	5,0	4,5	5,5	5,0	5,2	5,5	5,5
Preços no consumidor									
Fim do período	10,4	7,1	6,0	6,4	4,0	5,2	4,0	3,0	3,0
Média do período	10,6	8,1	7,1	7,0	5,0	5,8	4,6	3,5	3,0
Comércio externo									
Exportações de bens e serviços não factoriais	12,5	48,0	7,0	80,8	10,2	5,8	8,5	6,9	6,9
Importações de bens e serviços não factoriais	-7,3	40,8	9,1	25,7	7,5	-8,3	15,5	9,1	8,5
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ²	18.585	17.776		20.148
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	5,1	9,5	...	7,0
Moeda e crédito									
Base monetária	28,6	29,4	10,0	23,2	9,0	14,6	11,1	7,1	8,0
Massa monetária (M3)	20,3	13,9	13,1	16,8	9,5	15,1	11,4	6,6	7,5
Crédito à economia	9,6	-1,7	9,9	-1,0	10,2	-0,7	1,6	3,4	5,3
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,8	2,7	2,8	2,7	2,7	2,6	2,4	2,4	2,4
Taxa de juros de referência do banco central (%)	14,0	14,0	...	12,0
Taxa dos empréstimos bancários (percentagem)	26,2	25,9	...	15,4
Taxa dos depósitos bancários (percentagem)	12,9	12,6	...	8,9
Finanças públicas (em percentagem do PIB)									
Total de receita, doações e bônus de assinatura do petróleo	34,0	33,5	31,9	25,9	32,7	31,8	33,9	34,9	35,6
<i>Do qual:</i> receitas fiscais	14,2	16,0	15,3	14,1	15,6	15,0	15,5	16,0	16,5
Receitas não fiscais	1,4	3,0	1,3	1,5	1,3	1,7	1,7	1,7	1,7
Donativos	17,7	12,9	15,3	10,3	15,8	15,1	16,6	17,1	17,3
Bônus de assinatura do petróleo	0,8	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	44,9	31,6	38,9	31,5	38,6	40,6	36,2	36,9	35,9
Custos com pessoal	8,5	9,3	8,2	9,1	8,1	8,8	8,7	8,6	8,5
Juros devidos	0,6	0,5	0,6	0,7	0,6	0,4	0,4	0,7	0,7
Despesa corrente excl. juros e salários	8,6	9,1	9,2	8,8	9,2	8,7	8,7	8,4	8,2
Despesas de investimento custeadas pelo Tesouro	1,5	1,1	1,7	0,9	1,7	0,9	1,0	1,9	2,5
Despesas de investimento custeadas por doadores	25,5	11,3	18,6	11,8	18,6	20,8	16,6	16,6	15,5
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,3	0,3	0,5	0,2	0,5	1,0	0,9	0,6	0,6
Saldo primário interno ³	-3,3	-0,8	-3,0	-3,4	-2,6	-2,7	-2,0	-1,8	-1,5
Saldo global (base de compromissos)	-10,9	1,9	-7,0	-5,5	-6,0	-8,8	-2,3	-2,0	-0,4
Sector externo									
Saldo de conta corrente (percentagem do PIB)									
Incl. transferências oficiais	-21,3	-23,4	-15,9	-27,7	-14,5	-12,4	-15,2	-16,4	-17,0
Excl. transferências oficiais	-39,7	-38,3	-32,0	-36,6	-31,0	-28,5	-32,7	-34,3	-35,1
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	30,7	27,0	30,4	30,1	28,0	32,5	32,5	32,0	31,7
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	7,3	9,5	15,0	5,0	13,6	4,8	4,2	3,9	3,7
Export. de bens e serviços não factoriais (milhões de USD)	33,0	48,9	36,6	88,3	40,3	93,5	101,5	108,4	115,9
Reservas internacionais brutas ⁵									
Milhões de USD	43,8	56,5	59,0	56,5	65,2	66,9	80,5	97,7	102,7
Meses de import. de bens e serv. não factoriais ⁶	3,5	3,4	5,7	3,9	6,0	4,0	4,5	5,1	5,1
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	9,0	12,2	9,9	9,9	8,0	8,0	6,5	5,3	4,3
Por memória									
PIB									
Mil milhões de dobras	4.952	5.582	6.524	6.237	7.064	7.171	7.790	8.251	8.820
Milhões de USD	259,7	302,6	359,1	337,8	393,9	325,6	356,3	381,8	412,9

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Valores do programa revistos, acordados durante a missão de março de 2014.

² O ponto médio da taxa do BCSTP.

³ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2012–18
 (Mil milhões de Dobras)

	2012	2013	2014		2015			2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Efetivo	Segunda aval. ECF	Projeto de orçamento	Proj.	Projeções		
Total da receita e donativos	1685	1869	2079	1618	2308	2280	2279	2638	2878	3137
Total da receita	771	1061	1081	973	1193	1196	1196	1343	1464	1610
Receitas fiscais	704	895	998	879	1102	1073	1073	1209	1323	1458
Receitas não fiscais	67	166	83	94	90	123	123	134	142	152
Donativos	876	720	998	645	1115	1084	1083	1295	1413	1527
Donativos a projetos	730	509	705	500	848	730	730	989	1114	1235
Donativos não destinados a projetos	119	173	246	103	218	220	220	219	216	214
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	28	38	46	42	49	134	133	87	83	78
Bónus de assinatura do petróleo	38	89	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da despesa	2225	1763	2535	1962	2730	2909	2910	2818	3043	3169
<i>D/q</i> : Despesa primária interna	934	1105	1280	1184	1377	1386	1387	1497	1614	1743
Despesas correntes	875	1056	1178	1159	1261	1284	1284	1381	1463	1530
Custos com pessoal	419	521	535	569	575	631	631	676	708	748
Juros devidos	30	28	40	44	39	31	31	29	60	59
Bens e serviços	198	216	262	223	277	229	229	248	263	281
Transferências	190	256	300	230	326	315	315	342	343	346
Outras despesas correntes	39	34	41	94	44	78	78	85	90	96
Despesa de investimento	1336	690	1326	793	1434	1556	1556	1369	1528	1590
<i>D/q</i> : custeadas pelo Tesouro	74	60	111	58	120	63	64	78	158	223
Custeadas por fontes externas	1262	630	1215	735	1314	1493	1493	1291	1370	1367
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	14	17	31	10	35	70	70	68	52	49
Saldo primário interno¹	-163	-44	-198	-210	-184	-190	-190	-154	-149	-133
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-540	106	-456	-344	-422	-629	-631	-180	-166	-33
Variação líquida no atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -)	87	-81	0	138	0	-63	-62	-61	-36	-52
Atrasados externos	0	0	0	11	0	0	-11	0	0	0
Atrasados internos	33	-43	0	35	0	-63	-51	-61	-36	-52
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	54	-38	0	91	0	0	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-119	25	-456	-207	-422	-692	-692	-241	-202	-84
Financiamento	453	-25	456	207	422	692	692	241	202	84
Externo líquido	558	67	411	199	410	651	651	206	175	63
Desembolsos (projetos)	532	121	511	236	466	763	763	302	256	132
Financiamento programático (empréstimos)	75	37	0	80	0	0	0	0	0	0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-49	-91	-99	-117	-56	-112	-112	-96	-81	-69
Variação nos atrasados (capital)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reescalamento bilateral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Economias de fluxos da HIPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interno líquido	-104	-92	45	7	12	41	42	35	27	21
Crédito bancário líquido ao governo	-104	-92	45	7	12	41	42	35	27	21
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-66	-37	0	-37	-23	0	0	0	-1	-2
<i>D/q</i> : Conta de privatização	0	-13	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	-38	-55	45	44	35	41	42	35	28	23
Financiamento não bancário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	334	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:										
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	9,0	12,2	9,9	9,9	8,0	8,0	8,0	6,5	5,3	4,3

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2012–18
 (Percentagem do PIB)

	2012	2013	2014		2015			2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Efetivo	Segunda aval. ECF	Projeto de orçamento	Proj.	Projeções		
Total da receita e donativos	34,0	33,5	31,9	25,9	32,7	31,8	31,8	33,9	34,9	35,6
Total da receita	15,6	19,0	16,6	15,6	16,9	16,7	16,7	17,2	17,7	18,3
Receitas fiscais	14,2	16,0	15,3	14,1	15,6	15,0	15,0	15,5	16,0	16,5
Receitas não fiscais	1,4	3,0	1,3	1,5	1,3	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Donativos	17,7	12,9	15,3	10,3	15,8	15,1	15,1	16,6	17,1	17,3
Donativos a projetos	14,7	9,1	10,8	8,0	12,0	10,2	10,2	12,7	13,5	14,0
Donativos não destinados a projetos	2,4	3,1	3,8	1,7	3,1	3,1	3,1	2,8	2,6	2,4
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	1,9	1,9	1,1	1,0	0,9
Bónus de assinatura do petróleo	0,8	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da despesa	44,9	31,6	38,9	31,5	38,6	40,6	40,6	36,2	36,9	35,9
<i>D/q</i> : Despesa primária interna	18,9	19,8	19,6	19,0	19,5	19,3	19,3	19,2	19,6	19,8
Despesas correntes	17,7	18,9	18,1	18,6	17,9	17,9	17,9	17,7	17,7	17,3
Custos com pessoal	8,5	9,3	8,2	9,1	8,1	8,8	8,8	8,7	8,6	8,5
Juros devidos	0,6	0,5	0,6	0,7	0,6	0,4	0,4	0,4	0,7	0,7
Bens e serviços	4,0	3,9	4,0	3,6	3,9	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
Transferências	3,8	4,6	4,6	3,7	4,6	4,4	4,4	4,4	4,2	3,9
Outras despesas correntes	0,8	0,6	0,6	1,5	0,6	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Despesa de investimento	27,0	12,4	20,3	12,7	20,3	21,7	21,7	17,6	18,5	18,0
<i>D/q</i> : custeadas pelo Tesouro	1,5	1,1	1,7	0,9	1,7	0,9	0,9	1,0	1,9	2,5
Custeadas por fontes externas	25,5	11,3	18,6	11,8	18,6	20,8	20,8	16,6	16,6	15,5
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,3	0,3	0,5	0,2	0,5	1,0	1,0	0,9	0,6	0,6
Saldo primário interno¹	-3,3	-0,8	-3,1	-3,4	-2,6	-2,6	-2,7	-2,0	-1,8	-1,5
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-10,9	1,9	-7,0	-5,5	-6,0	-8,8	-8,8	-2,3	-2,0	-0,4
Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -)	1,8	-1,5	0,0	2,2	0,0	-0,9	-0,9	-0,8	-0,4	-0,6
Atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos	0,7	-0,8	0,0	0,6	0,0	-0,9	-0,7	-0,8	-0,4	-0,6
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	1,1	-0,7	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-2,4	0,4	-7,0	-3,3	-6,0	-9,6	-9,7	-3,1	-2,4	-1,0
Financiamento	9,1	-0,4	7,0	3,3	6,0	9,6	9,7	3,1	2,4	1,0
Externo líquido	11,3	1,2	6,3	3,2	5,8	9,1	9,1	2,6	2,1	0,7
Desembolsos (projetos)	10,7	2,2	7,8	3,8	6,6	10,6	10,6	3,9	3,1	1,5
Financiamento programático (empréstimos)	1,5	0,7	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-1,0	-1,6	-1,5	-1,9	-0,8	-1,6	-1,6	-1,2	-1,0	-0,8
Variação nos atrasados (capital)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reescalamento bilateral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Economias de fluxos da HIPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interno líquido	-2,1	-1,7	0,7	0,1	0,2	0,6	0,6	0,4	0,3	0,2
Crédito bancário líquido ao governo	-2,1	-1,7	0,7	0,1	0,2	0,6	0,6	0,4	0,3	0,2
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-1,3	-0,7	0,0	-0,6	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>D/q</i> : Conta de privatização	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo	-0,8	-1,0	0,7	0,7	0,5	0,6	0,6	0,4	0,3	0,3
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:										
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	9,0	12,2	9,9	9,9	8,0	8,0	8,0	6,5	5,3	4,3
PIB nominal (mil milhões de USD)	4.952	5.582	6.524	6.237	7.064	7.171	7.171	7.790	8.251	8.820

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2012–18
(Mil milhões de Dobras)

	2012	2013	2014		2015	2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Preliminar		Projeções		
Ativos externos líquidos	1.062	1.292	1.347	1.474	1.805	2.011	2.384	2.432
Crédito a não residentes	1.385	1.611	1.682	1.795	2.175	2.418	2.773	2.845
Reservas internacionais oficiais	1.136	1.355	1.450	1.482	1.834	2.080	2.440	2.516
Outros ativos externos	249	256	232	313	340	338	333	330
Passivos com não residentes	-324	-319	-335	-321	-370	-407	-389	-414
Passivos de curto prazo com não residentes	-121	-125	-138	-114	-144	-183	-168	-195
Outros passivos externos	-203	-194	-197	-207	-226	-224	-221	-218
Ativos internos líquidos	-349	-370	-227	-338	-503	-565	-835	-759
Crédito interno líquido	71	54		117	164	198	225	246
Crédito a outras sociedades de depósitos	41	72	72	106	106	106	106	106
Crédito líquido ao governo central	-30	-101	-45	-84	-41	-10	14	33
Crédito ao governo central	233	244	227	255	276	274	271	269
<i>D/q: uso de DSE/ facilidade PRGF</i> ¹	186	198	181	207	225	223	221	218
Passivos com o governo central	-263	-345	-272	-339	-317	-284	-257	-236
Depósitos do governo central	-4	-11	-4	-18	-18	-18	-19	-20
Recursos de contrapartida	-65	-91	-65	-93	-93	-93	-93	-93
Depósitos em divisas	-194	-242	-203	-228	-206	-173	-145	-123
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-168	-218	-178	-200	-175	-142	-114	-92
Crédito a outros sectores	60	83	80	95	99	102	104	107
Outras rubricas (líquido)	-421	-424	-334	-455	-667	-763	-1.060	-1.005
Base monetária	712	922	1.120	1.136	1.302	1.446	1.549	1.672
Emissão monetária	217	226	188	267	286	333	356	385
Reservas bancárias	495	695	932	869	1.016	1.114	1.193	1.288
<i>D/q: moeda nacional</i>	399	582	780	704	826	936	1.003	1.083
<i>D/q: moeda estrangeira</i>	97	113	152	165	189	177	190	205
Por memória:								
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ²	43,8	56,5	59,0	56,5	66,9	80,5	97,7	102,7
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ³	3,5	3,4	5,7	3,9	4,0	4,5	5,1	5,1
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁴	37,3	49,5	51,3	50,9	60,3	63,9	81,0	83,9
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ³	3,0	3,0	4,9	3,5	3,6	3,6	4,2	4,1
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	9,0	12,2	9,9	9,9	8,0	6,5	5,3	4,3
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	5,2	6,4	8,4	8,2	8,6	8,2	8,8	9,7
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Base monetária (variação percentual anual)	28,6	29,4	10,0	23,2	14,6	11,1	7,1	8,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A cifra de dezembro de 2012 reflete uma pequena correção no registo dos empréstimos do FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

³ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁴ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2012–18
(Mil milhões de Dobras)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Preliminar	Projeções			
Ativos externos líquidos	1.630	1.648	1.947	2.230	2.535	2.767	3.160	3.219
Ativos externos líquidos do BCSTP	1.062	1.292	1.347	1.474	1.805	2.011	2.384	2.432
Ativos externos líquidos das outras soc. de depósitos	568	356	600	756	730	756	776	787
Ativos internos líquidos	250	493	422	270	342	439	258	455
Crédito interno líquido	1.810	1.651	2.087	1.630	1.624	1.685	1.978	2.100
Crédito líquido ao governo central	-123	-250	-237	-252	-245	-214	14	33
Crédito ao governo central ¹	236	246	229	258	280	278	271	269
Passivos com o governo central	-359	-496	-466	-510	-526	-492	-257	-236
Depósitos orçamentais	-4	-11		-18	-18	-18	-19	-20
Recursos de contrapartida	-65	-91	-65	-93	-93	-93	-93	-93
Depósitos em divisas	-290	-394	-397	-399	-415	-382	-145	-123
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-168	-218	-178	-200	-175	-142	-114	-92
Crédito a outros sectores	1.934	1.902	2.325	1.882	1.869	1.899	1.963	2.067
D/q: crédito em moeda estrangeira	1.162	896	1.235	766	788	916	837	882
(Em milhões de USD)	63	50	68	38	36	42	39	42
Outras rubricas (líquido)	-1.561	-1.159	-1.665	-1.360	-1.282	-1.245	-1.719	-1.645
Massa monetária (M3)	1.879	2.140	2.369	2.500	2.877	3.206	3.418	3.674
Passivos em moeda nacional incluídos na massa monetária (M2)	913	1.355	1.427	1.563	1.799	2.004	2.137	2.297
Moeda (M1)	734	1.059	993	1.106	1.273	1.419	1.513	1.626
Moeda fora de sociedades de depósitos	173	187	170	222	256	285	289	303
Depósitos transferíveis em Dobras	561	872	823	884	1.017	1.134	1.224	1.323
Outros depósitos em Dobras	180	297	435	456	525	585	624	671
Depósitos em divisas	966	785	942	937	1.078	1.202	1.281	1.377
Por memória:								
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2,8	2,7	2,8	2,7	2,6	2,4	2,4	2,4
Multiplicador monetário (M3/M0)	2,6	2,3	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	28,6	29,4	10,0	23,2	14,6	11,1	7,1	8,0
Crédito a outros sectores residentes (taxa de cresc. em 12 meses)	9,6	-1,7	9,9	-1,0	-0,7	1,6	3,4	5,3
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	20,3	13,9	13,1	16,8	15,1	11,4	6,6	7,5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A cifra de dezembro de 2012 reflete uma pequena correção no registo dos empréstimos do FMI.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2012–14

	2012	2013	2013	2013	2013	2014	2014	2014	2014
	Dezembro	Março	Junho ¹	Setembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
(em percentagem, salvo indicação em contrário)									
Adequação dos fundos próprios									
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco									
Percentagem de bancos com capital igual ou superior a 10%	87,50	87,50	75,00	87,50	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00
Percent. de bancos com capital inferior a 10% e superior ao mínimo de 6%	n.a.	n.a.	12,50	0,00	12,50	12,50	12,50	12,50	0,00
Percentagem de bancos com capital inferior ao mínimo de 6%	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	25,00
Capital (património líquido)/ativos	24,39	22,46	20,40	19,59	18,43	18,04	20,54	19,48	20,82
Depósitos nos bancos com capital inferior a 6% (em mil milhões de Dobras)	83,21	n.d.	60,36	60,36	58,96	58,96	58,55	57,89	319,24
Qualidade dos ativos									
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	57,91	54,73	49,82	51,11	53,89	53,31	49,00	44,80	46,48
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	66,68	n.d.	30,66	29,41	30,42	32,98	31,67	36,05	36,52
Empréstimos mal parados/Total do crédito	19,79	24,47	25,94	22,90	23,90	24,90	25,90	26,90	26,90
Empréstimos mal parados/Crédito (Definição do IFRS)	19,79	n.d.	12,55	14,77	16,86	17,19	18,34	17,70	17,61
Empréstimos sob supervisão	51,26	n.d.	18,25	14,83	13,56	15,79	13,33	18,35	18,91
Provisão como percentagem dos empréstimos vencidos	39,43	52,64	41,69	47,45	56,48	47,21	44,12	41,96	44,60
Lucros e rentabilidade									
Rendibilidade dos ativos	-0,04	0,00	-0,47	-1,27	-2,10	-1,40	-1,53	-1,93	-2,90
Rendibilidade do capital	-0,16	-0,02	-2,06	-5,48	-9,34	-6,18	-6,94	-9,04	-14,58
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	97,84	102,89	398,81	442,22	471,09	231,71	159,74	156,17	155,78
Liquidez									
Ativos líquidos/total do ativo	36,25	38,00	39,33	42,55	40,82	38,43	40,96	43,87	46,24
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	55,89	57,00	59,76	64,31	68,85	59,27	65,51	69,92	72,72
Empréstimos/total do passivo	135,82	143,58	61,62	59,43	56,29	53,89	53,87	51,96	48,05
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	58,46	59,61	28,41	53,76	26,95	28,57	26,37	28,37	28,76
Empréstimo/depósitos	102,11	100,06	98,42	91,86	85,75	81,62	81,17	77,61	69,73
Sensibilidade ao risco de mercado									
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	141,06	150,45	110,87	220,61	119,31	129,77	102,04	117,27	109,40

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FML.

¹ A partir de junho de 2013, os dados baseiam-se na metodologia melhorada e não são rigorosamente comparáveis com os dados anteriores.

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2012–18
(Milhões de USD)

	2012	2013	2014		2015	2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Efetivo		Projeções		
Balança comercial	-96,6	-115,8	-114,0	-127,4	-102,3	-139,1	-152,8	-166,7
Exportações, FOB	15,1	12,9	15,2	17,2	18,8	22,3	24,5	26,6
<i>D/q: petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	5,3	5,4	6,2	9,1	10,6	11,3	11,1	11,8
Reexportação	8,8	5,9	9,0	7,0	7,1	9,8	11,5	13,1
Importações, FOB	-111,7	-128,6	-129,2	-144,6	-121,1	-161,4	-177,3	-193,3
<i>D/q: alimentos</i>	-33,5	-38,4	-35,6	-35,6	-31,5	-38,7	-40,9	-43,0
Produtos petrolíferos	-27,2	-38,2	-26,7	-41,1	-30,6	-52,7	-59,0	-64,1
Bens de investimento	-35,0	-38,5	-40,5	-41,1	-40,9	-50,2	-59,1	-66,8
Bens de investimento rel. ao sector petrolífero	0,0	0,0		0,0	-2,1	-2,1	-2,1	-2,1
Serviços e rendimentos (líquido)	-11,4	-24,7	-12,3	-19,7	-17,2	-6,4	-8,9	-11,1
Exportações de serviços não factoriais	17,9	36,0	21,4	71,1	74,7	79,2	84,0	89,3
<i>D/q: viagens e turismo</i>	12,6	30,6	16,5	57,3	60,3	64,0	68,0	72,5
Importações de serviços não factoriais	-24,6	-63,3	-30,7	-96,5	-100,1	-94,1	-101,5	-109,1
Serviços factoriais (líquido)	-4,7	2,6	-2,9	5,8	8,3	8,5	8,6	8,7
<i>D/q: relacionados ao petróleo</i>	1,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Transferências privadas (líquido)	4,9	24,6	11,5	23,3	26,8	29,2	30,9	33,0
Transferências oficiais (líquido)	47,9	44,9	57,7	30,1	52,2	62,2	68,4	74,5
<i>D/q: Donativos a projetos</i>	38,7	29,4	41,4	27,9	39,2	49,2	55,4	61,5
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1,4	1,9	2,6	0,8	6,0	4,0	3,8	3,6
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-55,2	-70,9	-57,0	-93,6	-40,5	-54,2	-62,5	-70,3
Excl. transferências oficiais	-103,1	-115,9	-114,7	-123,7	-92,7	-116,4	-130,9	-144,8
Conta de capital e financeira	64,3	34,3	60,8	44,9	48,5	64,6	78,9	73,9
Transferências de capital ¹	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	64,3	34,3	60,8	44,9	48,5	64,6	78,9	73,9
Investimento estrangeiro direto	21,7	10,2	25,1	22,0	16,8	23,1	29,6	36,8
<i>D/q: Bónus de assinatura do petróleo</i>	2,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	0,0	6,6	0,0	11,2	3,1	3,2	3,2	3,2
Recuperação das desp. de invest. relac. ao petróleo	0,0	-6,6	0,0	-11,2	-3,1	-3,2	-3,2	-3,2
Investimento de carteira (líquido)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	42,7	24,1	35,7	23,0	31,7	41,5	49,3	37,0
Ativos	26,9	16,1	12,5	7,3	7,3	7,4	7,5	7,6
Sector público (líquido)	15,2	3,1	23,4	28,2	32,8	10,8	8,8	2,8
Empréstimos a projetos	20,1	10,2	28,1	27,2	34,6	13,8	11,8	6,2
Empréstimos para programas	1,4	0,0	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-6,9	-7,7	-4,7	-2,1	-1,8	-1,8	-1,8	-2,0
Outros investimentos	0,6	0,6	0,0	-1,3	-0,1	-1,2	-1,3	-1,4
<i>D/q: transferências para a ADC</i>	-0,4	-0,3	0,0	-0,3	-0,5	-0,5	-0,6	-0,6
Sector privado (líquido)	0,6	5,0	-0,2	-12,5	-8,3	23,3	33,0	26,6
Bancos comerciais	-11,0	10,6	-1,5	-17,5	-4,2	1,5	1,4	0,9
Capital privado de curto prazo	11,7	-5,6	1,3	5,0	-4,1	21,8	31,7	25,7
Erros e omissões	-10,3	48,1	0,0	55,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-1,2	11,6	3,8	7,0	8,0	10,4	16,4	3,5
Financiamento	1,2	-11,6	-3,8	-7,0	-8,0	-10,4	-16,4	-3,5
Varição nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	1,4	-9,1	-6,4	-8,6	-10,0	-13,1	-18,9	-5,9
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,6	0,7	0,2	-0,7	0,1	1,2	1,3	1,4
Compras	0,6	1,1	1,1	0,0	0,9	1,8	1,8	1,9
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	-0,4	-1,0	-0,7	-0,8	-0,6	-0,6	-0,5
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,8	-3,2	2,4	2,3	1,9	1,4	1,2	1,0
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Saldo de conta corrente (percentagem do PIB)								
Antes das transferências oficiais	-39,7	-38,3	-32,0	-36,6	-28,5	-32,7	-34,3	-35,1
Depois das transferências oficiais	-21,3	-23,4	-15,9	-27,7	-12,4	-15,2	-16,4	-17,0
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ²	7,3	9,5	15,0	5,0	4,8	4,2	3,9	3,7
Reservas internacionais brutas ³								
Milhões de USD	43,8	56,5	59,0	56,5	66,9	80,5	97,7	102,7
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁴	3,5	3,4	5,7	3,9	4,0	4,5	5,1	5,1

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC.

² Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

³ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁴ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2012–18
(Percentagem do PIB)

	2012	2013	2014		2015	2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Prog.	Efetivo	Projeções			
Balança comercial	-37,2	-38,3	-31,7	-37,7	-31,4	-39,0	-40,0	-40,4
Exportações, FOB	5,8	4,3	4,2	5,1	5,8	6,3	6,4	6,4
<i>D/q</i> : petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	2,0	1,8	1,7	2,7	3,2	3,2	2,9	2,9
Reexportação	3,4	2,0	2,5	2,1	2,2	2,7	3,0	3,2
Importações, FOB	-43,0	-42,5	-36,0	-42,8	-37,2	-45,3	-46,4	-46,8
<i>D/q</i> : alimentos	-12,9	-12,7	-9,9	-10,5	-9,7	-10,9	-10,7	-10,4
Produtos petrolíferos	-10,5	-12,6	-7,4	-12,2	-9,4	-14,8	-15,5	-15,5
Bens de investimento	-13,5	-12,7	-11,3	-12,2	-12,6	-14,1	-15,5	-16,2
Bens de investimento rel. ao sector petrolífero	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-0,6	-0,6	-0,5
Serviços e rendimentos (líquido)	-4,4	-8,2	-3,4	-5,8	-5,3	-1,8	-2,3	-2,7
Exportações de serviços não factoriais	6,9	11,9	5,9	21,1	22,9	22,2	22,0	21,6
<i>D/q</i> : viagens e turismo	4,8	10,1	4,6	17,0	18,5	18,0	17,8	17,6
Importações de serviços não factoriais	-9,5	-20,9	-8,6	-28,6	-30,8	-26,4	-26,6	-26,4
Serviços factoriais (líquido)	-1,8	0,9	-0,8	1,7	2,5	2,4	2,3	2,1
<i>D/q</i> : relacionados ao petróleo	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências privadas (líquido)	1,9	8,1	3,2	6,9	8,2	8,2	8,1	8,0
Transferências oficiais (líquido)	18,4	14,9	16,1	8,9	16,0	17,5	17,9	18,0
<i>D/q</i> : Donativos a projetos	14,9	9,7	11,5	8,2	12,0	13,8	14,5	14,9
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,5	0,6	0,7	0,2	1,9	1,1	1,0	0,9
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-21,3	-23,4	-15,9	-27,7	-12,4	-15,2	-16,4	-17,0
Excl. transferências oficiais	-39,7	-38,3	-32,0	-36,6	-28,5	-32,7	-34,3	-35,1
Conta de capital e financeira	24,8	11,4	16,9	13,3	14,9	18,1	20,7	17,9
Transferências de capital ¹	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	24,8	11,4	16,9	13,3	14,9	18,1	20,7	17,9
Investimento estrangeiro direto	8,3	3,4	7,0	6,5	5,1	6,5	7,8	8,9
<i>D/q</i> : Bónus de assinatura do petróleo	0,8	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	0,0	2,2	0,0	3,3	1,0	0,9	0,8	0,8
Recuperação das desp. de capital relac. ao petróleo	0,0	-2,2	0,0	-3,3	-1,0	-0,9	-0,8	-0,8
Investimento de carteira (líquido)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	16,4	8,0	10,0	6,8	9,7	11,6	12,9	9,0
Ativos	10,3	5,3	3,5	2,2	2,2	2,1	2,0	1,8
Sector público (líquido)	5,8	1,0	6,5	8,4	10,1	3,0	2,3	0,7
Empréstimos a projetos	7,7	3,4	7,8	8,1	10,6	3,9	3,1	1,5
Empréstimos para programas	0,5	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-2,7	-2,6	-1,3	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5
Outros investimentos	0,2	0,2	0,0	-0,4	0,0	-0,3	-0,3	-0,3
<i>D/q</i> : transferências para a ADC	-0,2	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,1	-0,1
Sector privado (líquido)	0,2	1,7	-0,1	-3,7	-2,6	6,5	8,7	6,4
Bancos comerciais	-4,2	3,5	-0,4	-5,2	-1,3	0,4	0,4	0,2
Capital privado de curto prazo	4,5	-1,8	0,4	1,5	-1,3	6,1	8,3	6,2
Erros e omissões	-4,0	15,9	0,0	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-0,5	3,8	1,1	2,1	2,5	2,9	4,3	0,9
Financiamento	0,5	-3,8	-1,1	-2,1	-2,5	-2,9	-4,3	-0,9
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	0,5	-3,0	-1,8	-2,6	-3,1	-3,7	-4,9	-1,4
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,2	0,2	0,0	-0,2	0,0	0,3	0,3	0,3
Compras	0,2	0,4	0,3	0,0	0,3	0,5	0,5	0,5
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	-0,1	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,3	-1,1	0,7	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2
Financiamento excecional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ²	7,3	9,5	15,0	5,0	4,8	4,2	3,9	3,7
Reservas internacionais brutas ³								
Milhões de USD	43,8	56,5	59,0	56,5	66,9	80,5	97,7	102,7
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁴	3,5	3,4	5,7	3,9	4,0	4,5	5,1	5,1

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹Inclui o alívio da dívida HIPC.

²Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

³As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁴Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2012–18
 (Milhões de USD)

	2012		2013		2014		2015	2016	2017	2018
	Efetivo	Segunda aval. ECF	Efetivo	Prog.	Efetivo	Projeções				
Necessidades brutas de financiamento	-108,0	-120,7	-132,5	-126,8	-136,4	-105,4	-133,1	-153,4	-154,5	
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-103,1	-105,9	-115,9	-114,7	-123,7	-92,7	-116,4	-130,9	-144,8	
Exportações, FOB	15,1	15,1	12,9	15,2	17,2	18,8	22,3	24,5	26,6	
Importações, FOB	-111,7	-119,1	-128,6	-129,2	-144,6	-121,1	-161,4	-177,3	-193,3	
Serviços e rendimentos (líquido)	-11,4	-11,0	-24,7	-12,3	-19,7	-17,2	-6,4	-8,9	-11,1	
Transferências privadas	4,9	9,0	24,6	11,5	23,3	26,8	29,2	30,9	33,0	
Conta financeira	-6,3	-8,1	-7,5	-5,6	-4,1	-2,7	-3,6	-3,6	-3,8	
Amortização programada ¹	-6,9	-8,6	-7,7	-4,7	-2,1	-1,8	-1,8	-1,8	-2,0	
Reembolsos ao FMI	0,0	-0,6	-0,4	-1,0	-0,7	-0,8	-0,6	-0,6	-0,5	
Outros fluxos do sector público (líquido)	0,6	1,1	0,6		-1,3	-0,1	-1,2	-1,3	-1,4	
Variação nas reservas externas (- = aumento)	1,4	-6,7	-9,1	-6,4	-8,6	-10,0	-13,1	-18,9	-5,9	
Financiamento disponível	108,0	120,7	132,5	126,8	136,4	105,4	133,1	153,4	154,5	
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	1,2	1,7	1,6	2,4	2,3	1,9	1,4	1,2	1,0	
Bónus de assinatura do petróleo	2,0	4,9	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	-0,8	-3,2	-3,2	2,4	2,3	1,9	1,4	1,2	1,0	
Desembolsos previstos	69,4	78,4	55,2	85,8	61,7	86,8	76,0	80,2	80,7	
Assistência intercalar multilateral HIPC	1,4	1,7	1,9	2,6	0,8	6,0	4,0	3,8	3,6	
Transferências de capital ¹	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Donativos ²	46,5	41,4	43,0	55,1	29,3	46,1	58,3	64,6	70,8	
Empréstimos concessionais	21,5	35,3	10,2	28,1	31,6	34,6	13,8	11,8	6,2	
Empréstimos a projetos	20,1	32,1	10,2	28,1	27,2	34,6	13,8	11,8	6,2	
Empréstimos para programas	1,4	3,3	0,0	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	
Sector privado (líquido)	36,8	39,4	74,6	37,4	72,4	15,7	53,8	70,1	71,0	
FMI	0,6	1,1	1,1	1,1	0,0	0,9	1,8	1,8	1,9	
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC.

² Inclui a receita do programa petrolífero com a Nigéria.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18

Data	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota
13/7/2015	Aprovação do acordo pelo Conselho.	634.285	8,57
15/4/2016	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2015 e conclusão da primeira avaliação.	634.285	8,57
17/10/2016	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2016 e conclusão da segunda avaliação.	634.285	8,57
17/4/2017	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2016 e conclusão da terceira avaliação.	634.285	8,57
16/10/2017	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2017 e conclusão da quarta avaliação.	634.285	8,57
16/4/2018	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2017 e conclusão da quinta avaliação.	634.285	8,57
15/6/2018	Observância dos CD contínuos e para o fim de março de 2018 e conclusão da sexta avaliação.	634.290	8,57
	Total	4.440.000	60

Fonte: FMI

Tabela 11. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2015–27

	Projeções												
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)													
Capital	0,53	0,61	0,44	0,39	0,33	0,26	0,22	0,22	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (milhões de DSE)													
Capital	0,53	0,61	0,44	0,39	0,33	0,26	0,41	0,67	0,81	0,89	0,89	0,70	0,44
Encargos e juros	0,05	0,05	0,05	0,05	0,23	0,22	0,21	0,19	0,16	0,13	0,10	0,07	0,06
Obrigações totais com base no crédito existente e potencial													
Milhões de DSE	0,58	0,66	0,49	0,44	0,56	0,48	0,62	0,86	0,97	1,02	0,99	0,77	0,50
Milhões de USD	0,81	0,93	0,70	0,63	0,81	0,70	0,90	1,25	1,41	1,48	1,44	1,12	0,73
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,87	0,92	0,64	0,54	0,66	0,53	0,63	0,82	0,86	0,85	0,77	0,56	0,34
Porcentagem do serviço de dívida ¹	18,24	21,71	16,45	14,50	10,60	8,97	11,46	15,50	16,73	17,18	16,68	13,61	9,25
Porcentagem da quota	7,84	8,92	6,62	5,95	7,57	6,49	8,38	11,62	13,11	13,78	13,38	10,41	6,76
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	1,08	1,05	0,65	0,56	0,63	0,51	0,62	0,82	0,87	0,86	0,79	0,58	0,35
Saldo em dívida com o FMI													
Milhões de DSE	3,2	3,9	4,7	5,6	5,3	5,0	4,6	3,9	3,1	2,2	1,3	0,6	0,2
Milhões de USD	4,5	5,5	6,7	8,0	7,6	7,3	6,7	5,7	4,5	3,2	1,9	0,9	0,3
Porcentagem das exportações de bens e serviços	4,8	5,4	6,2	6,9	6,2	5,5	4,7	3,7	2,8	1,8	1,0	0,5	0,1
Porcentagem do serviço de dívida ¹	101,2	127,6	157,8	184,2	99,4	93,2	84,6	70,7	53,6	37,4	22,4	11,1	3,5
Porcentagem da quota	43,5	52,4	63,5	75,5	70,9	67,4	61,9	53,0	42,0	30,0	18,0	8,5	2,6
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	6,0	6,2	6,3	7,1	5,9	5,3	4,6	3,7	2,8	1,9	1,1	0,5	0,1
Por memória:													
Exportações de bens e serviço (milhões de USD)	93,5	101,5	108,4	115,9	122,8	131,9	142,4	152,7	163,6	175,4	188,0	201,5	216,0
Serviço da dívida (milhões de USD)	4,5	4,3	4,2	4,3	7,6	7,8	7,9	8,1	8,4	8,6	8,6	8,2	7,9
Quota (milhões de DSE)	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Reservas internacionais brutas ²	75,5	88,6	106,5	112,4	127,8	135,8	144,3	152,4	161,2	172,2	182,5	193,5	205,6
PIB (milhões de USD)	326	356	382	413	453	500	546	588	631	677	726	779	835

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Após o alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui recompras e reembolsos ao FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

Tabela 12. São Tomé e Príncipe: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome						
População que vive com menos de USD 1 por dia (PPC), (%)	--	--	28,2 ^{5/}	--	--	--
População que vive abaixo da linha de pobreza nacional, total (%)	--	--	53,8 ^{5/}	--	66,2 ^{11/}	--
Hiato de pobreza a USD 1 por dia (PPC) (%)	--	--	7,9 ^{5/}	--	--	--
Parcela do rendimento ou consumo detida pelo quintil mais pobre (%)	--	--	5,2 ^{5/}	--	--	--
Rácio emprego/população, ambos os sexos (%)	42,9 ^{1/}	--	40,6	--	--	--
Proporção de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores familiares em termos do total de emprego, ambos os sexos	0,8 ^{3/}	--	--	--	--	--
Crianças menores de 5 anos moderada ou gravemente abaixo do peso normal (%)	--	--	10,1	8,0 ^{8/}	14,4 ^{11/}	--
População subnutrida (%)	22,6 ^{1/}	24	14,8	8,9	7,5	7,7 ^{12/}
Objetivo 2: Atingir o ensino primário universal						
Rácio líquido de total de inscritos no ensino primário, ambos os sexos	--	--	89,5 ^{4/}	99,3	98,6	--
Percentagem de alunos que iniciam a 1ª classe e que atingem o último ano de escolaridade primária, ambos os sexos	--	--	58,8 ^{5/}	68,9 ^{7/}	68,0 ^{10/}	--
Taxa de alfabetização de 15 a 24 anos, ambos os sexos (%)	93,8 ^{1/}	--	95,4 ^{5/}	--	95,3	--
Objetivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher						
Índice de paridade de género dos inscritos no ensino primário	--	--	0,97 ^{4/}	0,97	1,00	0,97 ^{12/}
Índice de paridade de género dos inscritos no ensino secundário	--	--	--	1,07	1,03	1,15 ^{12/}
Índice de paridade de género dos inscritos no ensino terciário	--	--	--	--	0,98	--
Parcela de mulheres assalariadas no sector não agrícola	32 ^{1/}	--	--	--	--	--
Assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	11,8	7,3 ^{3/}	9,1	9,1	7,3	18,2
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil						
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por mil nados vivos)	96,0	94,1	92,5	90,8	89,1	88,8 ^{12/}
Taxa de mortalidade infantil (0 a 1 ano) por mil nados vivos	62,2	61,2	60,3	59,3	58,3	58,2 ^{12/}
Crianças menores de 1 ano imunizadas contra o sarampo (%)	71,0	74,0	69,0	88,0	92,0	--
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna						
Taxa de mortalidade materna por mil nados vivos	150	120	110	87	70	--
Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (%)	--	--	79	81 ^{5/}	82 ^{10/}	--
Atual uso de contraceptivos entre mulheres casadas de 15 a 49 anos, qualquer método (%)	--	--	29	31 ^{5/}	38 ^{11/}	--
Taxa de fertilidade de adolescentes, por mil mulheres	107 ^{1/}	--	91 ^{5/}	110 ^{8/}	--	--
Atendimento pré-natal, pelo menos uma consulta (%)	--	--	91	97 ^{8/}	98 ^{11/}	--
Atendimento pré-natal, pelo menos quatro consultas (%)	--	--	--	--	72 ^{11/}	--
Necessidades não satisfeitas de planeamento familiar, total (%)	--	--	--	--	38 ^{11/}	--
Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças						
Uso de preservativos na última relação de alto risco, 15 a 24 anos, mulheres (%)	--	--	--	56 ^{8/}	54 ^{11/}	--
Uso de preservativos na última relação de alto risco, 15 a 24 anos, homens (%)	--	--	--	--	64 ^{11/}	--
Homens de 15 a 24 anos com conhecimento cabal e correto do VIH/SIDA (%)	--	--	--	--	43 ^{11/}	--
Mulheres de 15 a 24 anos com conhecimento cabal e correto do VIH/SIDA (%)	--	--	11	44 ^{8/}	43 ^{11/}	--
Casos notificados de malária por 100 mil habitantes	--	--	--	--	2 ^{11/}	--
Taxa de mortalidade por malária por 100 mil habitantes, todas as idades	--	--	--	--	8 ^{11/}	--
Taxa de mortalidade por malária por 100 mil habitantes, 0 a 4 anos	--	--	--	--	3 ^{11/}	--
Crianças menores de 5 anos dormindo sob mosquiteiros tratados com inseticidas (%)	--	--	23	42 ^{8/}	56 ^{11/}	--
Crianças menores de 5 anos com febre que recebem medicamentos antimalária (%)	--	--	61	25 ^{8/}	8 ^{11/}	--
Incidência de tuberculose por 100 mil habitantes (ponto médio)	258	253	189	134	141	--
Taxa de mortalidade anual de tuberculose por 100 mil habitantes (ponto médio)	28	29	18	10	13	--
Incidência anual de tuberculose por 100 mil habitantes (ponto médio)	135	124	114	105	96	--
Taxa de deteção de casos de tuberculose através de DOTS (%) (ponto médio)	11	--	60	85	76	--
Taxa de sucesso no tratamento tuberculose através de DOTS (%)	--	--	78	98	98 ^{11/}	--
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental						
Proporção de área florestal (%)	28	--	28	28	28	--
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂), em toneladas de CO ₂ (CDIAC)	66	77	88	128	128 ^{11/}	--
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂), em toneladas de CO ₂ per capita (CDIAC)	0,57	0,60	0,62	0,84	0,79 ^{11/}	--
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂), kg CO ₂ por USD 1 PIB (PPC) (CDIAC)	--	--	0,51	0,50	0,63 ^{11/}	--
Consumo de todas as substâncias que destroem o ozono em toneladas PDO	2,5	4,8	4,0	2,3	0,2	--
Proporção dos recursos hídricos totais utilizados (%)	--	0,3	--	--	--	--
Áreas terrestres e marinhas protegidas em relação à área territorial total (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Proporção da população que utiliza água potável melhorada, total	--	75	79	85	89	--
Proporção da população que utiliza saneamento melhorado, total	--	20	21	24	26	--
Objetivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento						
Compromisso de alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC, milhões de USD acumulados no fim de 2009 em termos de VAL	--	--	--	--	--	171
Alívio da dívida cumprido na totalidade ao abrigo da Iniciativa MDRI, milhões de USD acum. no fim de 2009 em termos de V/	--	--	--	--	--	38
Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços e rendimento líquido	29	27 ^{3/}	22	61	3	--
Linhas de telefone fixo por 100 habitantes	1,9	2,0	3,3	4,7	4,7	4,7 ^{12/}
Assinaturas de telemóvel por 100 habitantes	--	--	--	8	62	68 ^{12/}
Utilizadores de Internet por 100 habitantes	--	--	5	14	19	20 ^{12/}
AOD líquida recebida per capita (USD correntes)	466	657	247	213	298	--
AOD recebida por pequenos estados insulares em desenvolvimento como percentagem do seu RNB	--	--	--	29	25	--
Import. dos países desenvolvidos provenientes de países em desenvolvimento, sem direitos de importação (%)	--	--	97	100	100	--
Importações dos países desenvolvidos provenientes de PBR, sem direitos de importação (%)	--	--	97	100	100	--
Outros						
Taxa de fertilidade, total (partos por mulher)	5,4	5,0	4,6	4,1	3,7	3,5
RNB per capita, método Atlas (em USD correntes)	--	--	--	750	1240	1350 ^{11/}
RNB, método Atlas (em milhões de USD correntes)	--	--	--	114	205	227 ^{11/}
Esperança de vida à nascença, total (anos)	61	62	62	63	64	65
População, total (milhares)	116	128	141	153	165	169 ^{11/}
Comércio (% do PIB)	--	--	79	67	76	69 ^{11/}

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento, do Banco Mundial.

 1/ Corresponde a 1991 2/ Corresponde a 1992 3/ Corresponde a 1997 4/ Corresponde a 1999 5/ Corresponde a 2001 6/ Corresponde a 2002
 7/ Corresponde a 2004 8/ Corresponde a 2006 9/ Corresponde a 2007 10/ Corresponde a 2008 11/ Corresponde a 2009 12/ Corresponde a 2011

Appêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 19 de junho de 2015

Exma. Sra. Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, N.W.
Washington, D.C. 20431
Estados Unidos

Exma. Sra. Christine Lagarde:

1. São Tomé e Príncipe viveu uma mudança de governo pacífica e bem-sucedida em novembro de 2014, na sequência das eleições gerais de outubro de 2014 que foram ganhas, com uma maioria parlamentar absoluta, pelo principal partido da oposição (ADI-Ação Democrática Independente), liderado pelo antigo Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada.
2. No dia 20 de julho de 2012, o Conselho Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), tendo como objetivo apoiar o programa de reforma económica do Governo de São Tomé and Príncipe para fomentar o crescimento sustentável e reduzir a pobreza, apoiado pela Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (ENRP II) de São Tomé e Príncipe. O programa apoiado no âmbito deste acordo derrapou após a conclusão da segunda avaliação em dezembro de 2013 devido à contração de um empréstimo concedido por Angola com um nível de concessionalidade inferior ao limiar de 50% estabelecido nos termos do programa e aos atrasos na introdução de medidas corretivas decorrentes das eleições gerais em outubro do mesmo ano e a subsequente mudança de governo.
3. O Governo de São Tomé e Príncipe deseja cancelar o atual acordo de ECF, que deverá terminar em julho de 2015. Em seu lugar, solicitamos um novo acordo de ECF de três anos para apoiar o nosso programa de reforma económica de médio prazo para o período de 2015 a 2018. O novo acordo de ECF permite ao Governo conceber um novo programa que não pressuponha perspectivas relativas à produção futura de petróleo devido aos significativos atrasos e reveses nas atividades de prospeção de petróleo. Isto possibilitará ao novo governo começar do zero para restabelecer a credibilidade na implementação do programa.
4. Para apoiar a consecução dos objetivos deste programa, o Governo solicita o acesso a DSE 4.440.000 (60% da quota) incluindo um primeiro desembolso de DSE 634.285 no momento da aprovação do acordo por parte do Conselho de Administração do FMI. Tal acordo será utilizado para ancorar as políticas macroeconómicas do Governo. As avaliações semestrais no âmbito do acordo servirão também para enviar um sinal claro a todos os

parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe acerca da qualidade das políticas macroeconómicas e financeiras implementadas pelo Governo.

5. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descreve os desenvolvimentos recentes na economia de São Tomé e Príncipe e os progressos realizados na implementação do nosso programa em 2013–14. Conforme explicado no MPEF, foram cumpridos quase todos os indicadores do programa para o final de dezembro de 2014, e foram implementadas muitas das medidas sujeitas a indicadores de referência estruturais.

6. O MPEF define ainda as políticas económicas e financeiras que o Governo de São Tomé e Príncipe pretende implementar de agora até ao final deste ano e durante os próximos três anos para preservar a estabilidade macroeconómica, impulsionar o crescimento económico, melhorar a gestão das finanças públicas e do sistema financeiro e facilitar o desenvolvimento do sector privado vocacionado para as exportações.

7. O MPEF e o Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresentam critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais a utilizar para monitorizar a implementação do programa. O Governo acredita que as medidas e políticas descritas no MPEF em anexo são adequadas à consecução dos objetivos deste programa e tomará quaisquer medidas adicionais para este fim. O Governo consultará o FMI sobre a adoção dessas medidas antes de realizar qualquer alteração nas políticas descritas no MPEF em anexo, de acordo com as políticas do FMI sobre essa consulta.

8. O Governo fornecerá ao corpo técnico do FMI todas as informações pertinentes mencionadas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) acerca dos progressos realizados no âmbito do programa. Durante a vigência do programa, o Governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais, práticas de moedas múltiplas ou restrições às importações para fins de balança de pagamentos, bem como a não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI.

9. O Governo de São Tomé e Príncipe autoriza o FMI a tornar pública esta carta e o MPEF e MTE em anexo, assim como o relatório do corpo técnico do FMI e a atualização da Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD), incluindo através do sítio web do FMI.

Com os melhores cumprimentos,

/s/

Américo d'Oliveira Ramos

Ministro das Finanças e Administração
Pública

/s/

Maria do Carmo Trovoada Silveira

Governadora do Banco Central de São Tomé
e Príncipe

Anexos:

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.
2. Memorando Técnico de Entendimento.

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2015–18

INTRODUÇÃO

- 1. O presente Memorando de Políticas Económicas e Financeiras descreve os principais objetivos do programa de reforma económica do Governo de São Tomé e Príncipe para o período de julho de 2015–junho de 2018**, para o qual o Governo está a procurar o apoio do Fundo Monetário Internacional através de um novo acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa). O novo acordo de ECF sucede ao aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em julho de 2012. Esse programa derrapou após a conclusão da segunda avaliação em dezembro de 2013 devido à contração de um empréstimo concedido por Angola com um nível de concessionalidade inferior ao limiar de 50% estabelecido nos termos do programa e aos atrasos na introdução de medidas corretivas decorrentes das eleições gerais em outubro desse mesmo ano e a subsequente mudança de governo.
- 2. O Governo de São Tomé e Príncipe está empenhado na prossecução de um programa de reforma económica para fomentar o crescimento sustentável e reduzir a pobreza.** O Partido de Ação Democrática Independente, liderado por Patrice Trovoada, conquistou uma maioria absoluta nas eleições parlamentares de 2014. Mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza e o acesso a água limpa e eletricidade, bem como a serviços como educação e cuidados de saúde é limitado. A ausência de infraestruturas básicas limita o nosso desenvolvimento económico e a melhoria dos padrões de vida. As perspetivas agravaram-se ligeiramente ao longo dos últimos anos com a terrível situação de endividamento e as escassas oportunidades de descobrir quantidades de petróleo em quantidade comercialmente viável nas nossas águas territoriais.
- 3. O novo Governo considera o programa apoiado pelo FMI como uma plataforma apropriada para a continuação das reformas e para catalisar o apoio e a participação de doadores em São Tomé e Príncipe.** O programa económico de médio prazo do Governo tem por base o documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (ENRP II) e a declaração de visão do novo Governo, os quais procuram consolidar os progressos feitos no âmbito do programa apoiado pela ECF com o FMI. Em particular, os objetivos de médio prazo visam continuar com a consolidação orçamental para ancorar ainda mais a sustentabilidade da dívida, ao mesmo tempo que criam espaço suficiente para apoiar o tão necessário programa de investimento público (PIP) para promover um crescimento sustentado e partilhado e a redução da pobreza.
- 4. A conceção do programa de médio prazo do Governo não pressupõe nenhuma produção futura de petróleo.** Com a retirada da Total Oil Company da zona de desenvolvimento conjunto em 2013, as perspetivas de produção de petróleo num futuro próximo deixaram de ser viáveis. Por conseguinte, o Governo encara este novo acordo de ECF como uma oportunidade para reformular um programa com menor probabilidade de incluir a produção de petróleo. Em resposta, o Governo identificou opções alternativas de

criar espaço orçamental (interno e externo) para apoiar as despesas identificadas que potenciam o crescimento e apoiam o programa de médio prazo.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E DESEMPENHO DO PROGRAMA APOIADO PELA ECF

5. **O desempenho macroeconómico desde 2012** tem sido positivo, mas não conduziu a um crescimento económico mais forte e mais diversificado, capaz de produzir melhorias permanentes nas perspetivas económicas e nos padrões de vida na generalidade:

- De 2012 a 2014, o crescimento do PIB real foi, em média, 4½%, inferior à aceleração do crescimento prevista no âmbito do atual acordo de ECF, principalmente devido aos reveses na produção de petróleo e à complexa conjuntura externa, em especial nos principais parceiros comerciais europeus. No entanto, a atividade económica parece estar a melhorar em 2015 impulsionada por um aumento superior ao antecipado do investimento direto estrangeiro que se iniciou em 2014, ao arranque de novos projetos financiados por doadores e a melhores rendas do turismo. Após a adoção da paridade cambial com o euro em janeiro de 2010, a inflação tem registado uma queda significativa de 16% para 6,5% em março de 2015 – a taxa mais baixa de 12 meses registada em duas décadas – mas ainda não se convergiu com a inflação da área do euro.
- O esforço de consolidação orçamental tem sido inconstante. O défice primário interno, que melhorou para 0,8% em 2013, por conta da entrada de receitas extraordinárias de cerca de 1,7% do PIB, aumentou acentuadamente de novo para 3,4% do PIB em 2014, em virtude do fraco desempenho das receitas (não pagamento dos direitos de importação pela ENCO, o principal importador de petróleo) e do excesso de despesas no período que antecedeu as eleições gerais de outubro de 2014. Verificou-se também uma acumulação de atrasados do Governo em base líquida em todos os anos desde 2012, não obstante os esforços para os regularizar.
- O crescimento do agregado monetário continua a diminuir. Por outro lado, após registar um aumento em 2010-12, o crédito bancário ao sector privado começou a contrair em 2013 na medida em que empresas e famílias fortemente endividadas não conseguiram obter novos empréstimos e os bancos se viram às voltas com créditos mal parados e uma escassez de projetos suscetíveis de obter financiamento bancário.
- Entre 2012 e 2014, o défice da conta corrente externa diminuiu lentamente para 30,3%, em linha com a fraca atividade económica, mas o défice comercial permaneceu inalterado em cerca de 37,4% do PIB, não obstante o crescimento encorajador das exportações de cacau. As reservas internacionais do banco central permaneceram em níveis confortáveis, situando-se em 3,8 meses de cobertura das importações no final de março de 2015, apesar de se situarem abaixo do que é considerado adequado para uma pequena economia exportadora de matérias-primas com um regime de taxa de câmbio fixa.

- O sistema financeiro tem estado sob pressão ao longo dos últimos anos na sequência de uma acentuada expansão do crédito e débil aplicação das normas prudenciais face a uma acentuada expansão do crédito durante o período de 2010-12, em que havia boas perspectivas de petróleo. Os créditos mal parados aumentaram para 18% em 2014 e o banco central teve de intervir em dois bancos em dois anos, ao passo que anos sucessivos de prejuízos corroeram o capital do sistema bancário.

6. **Desempenho do programa.** O programa do Governo apoiado pela ECF foi aprovado em 20 de julho de 2012 (com 35% de acesso de quota) e deve terminar em 19 de julho de 2015. Todos os critérios de desempenho quantitativos para o final de 2013 foram cumpridos, alguns por uma larga margem, e as duas primeiras avaliações foram concluídas no prazo. Em 2014, porém, a implementação do programa sofreu algumas derrapagens e atrasos. Embora as metas monetárias quantitativas tenham continuado a ser cumpridas com folga, o défice primário interno excedeu a meta do programa para o final do ano pela margem de 0,4 pontos percentuais (p.p.) do PIB, devido principalmente a baixa performance das receitas, aumento de custo com o pessoal e acumulação de significantes atrasados de pagamento das faturas de energia e comunicação pelos órgãos do Governo. Foram registados atrasos na implementação das reformas estruturais e algumas medidas não foram implementadas, em especial o plano tripartido de regularização dos atrasados entre o Tesouro, a ENCO e a EMAE (Quadros 1 e 2).

7. **Interrupção do programa.** A contratação em março de 2014 de um empréstimo de Angola, com um elemento concessional inferior a 50%, adiou a conclusão da terceira avaliação da ECF. O Governo conseguiu renegociar os termos do empréstimo em condições quase concessionais (elemento concessional de 46%) em julho de 2014. No entanto, foram realizadas eleições nacionais em outubro de 2014 e o governo cessante adiou as decisões seguintes sobre o programa até à tomada de posse do novo governo. Isto resultou numa perda de impulso na implementação das políticas, o que contribuiu para a decisão do novo governo de retomar as relações do programa com o FMI, solicitando um novo acordo em vez de prosseguir o acordo de ECF existente, que deverá terminar em breve.

8. **Perspetivas para 2015 e além.** As perspetivas para 2015 são de retoma da atividade económica, dadas as tendências iniciais favoráveis nas áreas de agricultura, turismo e construção impulsionada pelo investimento estrangeiro. Algumas empresas petrolíferas de menor porte permanecem ativas nas atividades de prospeção; porém, mesmo que encontrem petróleo em quantidade comercialmente viável, o início efetivo da produção levaria ainda vários anos. A atual conjuntura de baixa dos preços internacionais do petróleo é outro fator a prejudicar as perspetivas de produção. Como resultado, as políticas e perspetivas económicas de São Tomé e Príncipe continuarão a ser condicionadas pela escassez aguda de recursos orçamentais.

QUADRO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO

9. **No médio prazo, projeta-se que a atividade económica se expanda impulsionada pelo aumento do investimento e a expansão no turismo e na agricultura.** Por conseguinte, o crescimento deverá ser de cerca de 5% em 2015, subindo progressivamente para 5,5% até 2017. Espera-se que o aumento do investimento em

infraestruturas tire partido do potencial de turismo de São Tomé e Príncipe, abordando a produção de energia mais barata e fiável, melhorando os aeroportos e assegurando os transportes para ligar os locais turísticos em todo o país. Melhores condições macroeconómicas contribuirão também para o crescimento económico do país. Os investimentos para melhorar os equipamentos portuários e a energia deverão igualmente beneficiar a agricultura. Neste contexto de pressões internacionais sobre os preços, a meta para a inflação é de 3% em 2018, em linha com a inflação da área do euro. A expansão dos agregados monetários será coerente com a sustentabilidade da paridade cambial. O saldo primário interno servirá como âncora para a política orçamental e deverá diminuir para cerca de 1,5% do PIB até 2018.

10. **O programa económico de médio prazo do Governo será apoiado por uma ENRP atualizada (documento de estratégia nacional).** Num futuro previsível, São Tomé e Príncipe continuará a enfrentar os desafios de superar a sua insularidade, as reduzidas proporções do seu mercado, a escassez de capital humano e a limitação de recursos comerciáveis para gerar um crescimento sustentável e inclusivo. A atual Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II), adotada em julho de 2012, bem como as diretrizes económicas do Programa do XVI Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe, aprovadas pela Assembleia Nacional em dezembro de 2014, servirão como referência para as políticas económicas e financeiras para 2015–18. Os objetivos económicos, sociais e de governação inscritos na ENRP II permanecem válidos, e continuar-se-á a privilegiar os seus quatro eixos estratégicos, nomeadamente: i) promover a boa governação e a reforma do sector público, ii) apoiar o crescimento económico sustentável e inclusivo, iii) aperfeiçoar o capital humano e alargar os serviços sociais básicos e iv) reforçar a coesão social e as proteções sociais, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Uma vez que a ENRP II apenas cobre o período 2012–16, o Governo pretende elaborar um documento de estratégia nacional em 2016 que abranja o período até 2018, o qual beneficiará do exercício de avaliação da implementação da ENRP II, recentemente concluído, e, se necessário, de novas consultas com os parceiros.

APOIO À ESTABILIDADE MACROECONÓMICA ATRAVÉS DA SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL E DA DÍVIDA

11. **O Governo permanece comprometido em manter a sustentabilidade orçamental e da dívida para apoiar o crescimento sustentável e a redução da pobreza.** Com as perspetivas de produção de petróleo atualmente muito baixas, a política orçamental continuará a aprofundar a consolidação orçamental para ancorar a sustentabilidade da dívida, criando simultaneamente espaço para as muito necessárias despesas que potenciam o crescimento e as prioridades sociais. Tal exigirá um esforço vigoroso de mobilização de receitas internas e reformas para melhorar a eficácia da despesa pública. Por conseguinte, o Governo procurará reduzir a meta do saldo orçamental primário interno para 1,5% até 2018, e manter o saldo orçamental global (incluindo donativos para projetos, apoio orçamental sectorial e despesas de capital custeadas por recursos externos) num nível compatível com a sustentabilidade da dívida.

12. **Os principais objetivos macroeconómicos para 2015–18 serão:** i) o reforço da mobilização de receitas internas e a racionalização das despesas para restaurar a disciplina orçamental e reduzir o risco de sobre-endividamento; ii) a melhoria do ambiente de negócios para diversificar a economia e fomentar o crescimento; iii) a manutenção da estabilidade do sector financeiro e iv) o reforço das capacidades de instituições governamentais chaves, através da busca mais ativa de assistência técnica (AT), entre outros fatores. A consecução desses resultados exigirá reformas orçamentais para reforçar a mobilização de receitas internas para criar o espaço necessário ao aumento das despesas de capital e a melhoria da gestão das finanças públicas, reformas do sector financeiro para melhorar a sua função na facilitação do crescimento liderado pelo sector privado, a modernização do sector agrícola e outras reformas específicas destinadas a melhorar o ambiente de negócios e a competitividade externa e promover o investimento privado para alargar a base de exportação.

POLÍTICA ORÇAMENTAL

13. **O orçamento para 2015 visa restaurar a essência da orientação fiscal no âmbito do programa apoiado pela ECF original,** ao eliminar as derrapagens orçamentais incorridas em 2014, em particular no que respeita à cobrança de impostos, aumento de custos com pessoal e um aumento líquido de atrasados.

14. **A despesa social em 2015 e no médio prazo será, contudo, salvaguardada.** O alinhamento do orçamento à ENRP II do Governo continua a ser essencial para a realização de novos progressos rumo aos ODM. O Governo está empenhado em aumentar a despesa social (meta indicativa) relativamente aos níveis de 2014 (Quadro 3).

15. **Em linha com esses compromissos, o Governo propõe o seguinte quadro orçamental de médio prazo (2015-18):**

- A meta para o défice primário interno é de 2,7% do PIB (critério de desempenho) em 2015, e será reduzida para 1,5% do PIB até 2018.
- A meta para as receitas fiscais é de 15% do PIB em 2015, e o Governo procurará aumentar tais receitas em 1,5% acumulados do PIB para 16,5% do PIB até 2018. Para o efeito, e com base nas recomendações da assistência técnica, o Governo tomará as medidas necessárias para melhorar a administração fiscal e mobilizar novas fontes de receitas.
- Os custos com pessoal serão redimensionados para a sua média histórica de 8,5% do PIB ao longo da vigência do programa. Para 2015, o Governo prevê uma redução dos custos com pessoal de 0,3 p.p. do PIB em relação a 2014, através da concessão do aumento salarial geral anual e da eliminação de remunerações não salariais não orçamentadas, nomeadamente com horas extraordinárias e ajudas de custos.
- As despesas com bens e serviços, que foram comprimidas nos últimos anos para compensar os excessos noutras categorias de despesas, serão mantidas em 3,2% do PIB.

- Prevê-se um aumento de 29% nas transferências em 2015 para suprir as necessidades sociais prementes e a descentralização das funções do governo, devendo abrandar ao longo do período de vigência do programa.
- Para fomentar o desenvolvimento do mercado de bilhetes do Tesouro, o Governo planeia a sua primeira emissão de bilhetes do Tesouro em 2015 num montante máximo de 75 mil milhões de dobras para financiar o orçamento em caso de atrasos e/ou défices do financiamento de doadores. Para além desta contingência, o Governo não recorrerá ao financiamento bancário interno a não ser para o levantamento do seu nível de acesso à Conta Nacional do Petróleo relativo a 2015.
- O Governo preparou e apresentou ao FMI um plano completo (ação prévia) para a regularização dos atrasados internos de longa data que continuam a travar a consolidação orçamental.

16. **O apoio orçamental relativo a 2015, que ascende a USD 10 milhões foi identificado na forma de donativos.** Com base nas tendências atuais, esperam-se USD 30,6 milhões adicionais em 2016–18. O apoio orçamental adicional para o período 2016–18 e para intensificar o investimento público e programas sociais será definido numa conferência de doadores a ser coorganizada com o PNUD em São Tomé em setembro de 2015.

17. **Empréstimo de Angola. A maior parte da primeira tranche do empréstimo de Angola (USD 17 milhões), desembolsada em março de 2014, foi usada para financiar projetos de investimento público.** Contudo, cerca de USD 4,3 milhões foram usados como apoio orçamental para contrabalançar o défice do apoio dos doadores. A segunda tranche de USD 17 milhões foi desembolsada em março de 2015 para apoiar os projetos de investimento público do Governo.

POLÍTICA MONETÁRIA E REFORMAS DO SECTOR FINANCEIRO

18. **A política monetária continuará ancorada na paridade cambial das dobras face ao euro,** o que permitiu ao Governo reduzir a inflação e manter uma taxa de câmbio estável e um nível razoável de reservas cambiais. O crescimento do agregado monetário largo deverá ser ligeiramente moderado de 14,7% em 2015, consentâneo com o objetivo de reduzir a inflação ao abrigo da paridade cambial. O BCSTP está a procurar inverter a diminuição no crédito ao sector privado, reduzindo os requisitos de reservas mínimas de depósitos em moeda local para 15% para bancos com taxa de intermediação superior a 80%.

19. **A gestão da liquidez continua a ser uma prioridade-chave.** O BCSTP introduziu um mercado monetário interbancário e operações de mercado aberto (OMO) para gerir eficazmente o crescente excesso de liquidez. Além disso, no final de junho de 2016, será introduzida uma facilidade permanente de depósito como medida provisória para, de forma passiva, gerir o excesso de liquidez no sistema bancário.

20. **O sector bancário está sob alguma pressão, mas o Governo está a introduzir medidas para salvaguardar a estabilidade financeira.** Um sector financeiro sólido e mais inclusivo é um elemento indispensável para manter São Tomé e Príncipe na senda do crescimento sustentável. Nesse contexto, o Governo elaborará até ao final de junho de 2016, em consulta com o FMI (MCM), uma análise das causas do volume relativamente grande de empréstimos vencidos e mal parados nos balanços dos bancos, bem como uma estratégia pormenorizada para ajudar os bancos a lidar com esses empréstimos mal parados até ao final de junho de 2016 (indicador de referência estrutural).

21. **O Governo reforçou a sua aplicação de requisitos prudenciais.** No dia 27 de janeiro de 2015, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) iniciou uma intervenção no Banco Equador, de propriedade angolana. Desde 2013, o banco não tem cumprido o rácio mínimo de 12% dos fundos próprios em relação aos ativos ponderados pelos riscos, e os seus créditos mal parados ascenderam a 43% em 2014. O banco não cumpriu o prazo de 27 de abril de 2015 para proceder à recapitalização e o período de intervenção foi alargado até meados do mês de agosto de 2015. Entretanto, o BCSTP, com a ajuda da assistência técnica do FMI, preparou uma proposta de nova Lei de Resolução Bancária a ser apresentada à Assembleia Nacional antes do final de setembro de 2015 (indicador de referência estrutural). Além disso, três bancos foram instruídos a aumentar os seus capitais acima dos requisitos mínimos para operar um banco até final de dezembro de 2015. O BCSTP implementará um plano completo para ajudar os bancos a lidar com créditos mal parados elevados nos seus balanços até ao final de junho de 2016 (indicador de referência estrutural). As inspeções *in situ* de todos os bancos foram terminadas com a inspeção concluída do último banco em maio de 2015.

22. **Em termos prospetivos, o BCSTP continuará a reforçar a sua supervisão de todos os bancos comerciais.** O BCSTP tomará outras providências para reforçar a supervisão bancária, de modo a detetar e corrigir eventuais fragilidades persistentes no sistema. É nossa intenção realizar, com o apoio do FMI, uma avaliação detalhada da conformidade dos princípios fundamentais de Basileia por parte dos bancos até final de dezembro de 2016 (indicador de referência estrutural). Os planos para rever os quadros jurídicos e regulamentares com vista a melhorar o mandato do BCSTP estão avançados. As versões revistas das Leis do Banco Central e das Instituições Financeiras serão apresentadas à Assembleia Nacional até final de dezembro de 2015. Espera-se que estas leis colmatem, de forma abrangente, uma série de lacunas da legislação existente, algumas das quais estão a ser colmatadas por regulamentos de aplicação geral.

REFORMAS ESTRUTURAIS

23. **O Governo está empenhado na mobilização de recursos internos para apoiar as muito necessárias despesas que potenciam o crescimento.** A prioridade imediata do Governo em 2015 é prevenir o défice de arrecadação de receitas verificado em 2014 e no primeiro semestre de 2015, em especial, o não pagamento dos direitos sobre as importações de combustíveis pela ENCO (estimado em cerca de 1,2% do PIB). Com a conclusão do plano de regularização dos atrasados em junho de 2015, espera-se que a

ENCO retome o pagamento integral dos direitos aduaneiros, que deverão render o 1% adicional do PIB em receitas previsto para 2015 e 2016.

24. Além disso, as seguintes medidas serão introduzidas para aumentar as receitas internas de 2016:

- O Governo concluiu o inquérito “Operação Inclusão de Contribuintes” em todos os distritos de São Tomé e na Região Autónoma de Príncipe, tendo incluído 16.000 novos contribuintes. O inquérito ainda deverá ser terminado na região autónoma de Príncipe. Na sequência da “Operação Inclusão de Contribuintes”, o Governo introduzirá o valor de imposto mínimo no orçamento de 2016. Isto ajudará a alargar a base tributária e a aumentar, permanentemente, as receitas fiscais.
- O Governo irá também finalizar o plano de maximização fiscal (desenvolvido no âmbito da operação de crédito do PAGEF do BAD) a tempo de incluir eventuais medidas no orçamento de 2016.
- O Governo já iniciou as discussões para preparar o terreno para a introdução do imposto de valor acrescentado (IVA), através da unificação dos impostos ISGPL e ISGPS. O Governo está a procurar assistência técnica do FMI para ajudar na conceção e introdução do IVA numa fase posterior e ao longo do período de vigência do programa.

25. Regularização dos atrasados internos. No final de março de 2015, os montantes reivindicados pela ENCO (decorrentes de subsídios implícitos ao combustível) e de fornecedores internos colocam o stock de atrasados internos do Governo em 1,352 mil milhões de dobras (15,9% do PIB). A maior parte destes atrasados, cerca de 944 mil milhões de dobras, é reivindicada pela ENCO do Governo por conta da manutenção dos preços na bomba abaixo dos custos de importação e distribuição desde 2011. O saldo corresponde a 148 mil milhões em contas de serviços e comunicações por pagar e 50 mil milhões devidos a outros fornecedores internos por dívidas em aberto desde antes de 2012. O Governo começou a regularizar esses atrasados aos fornecedores em linha com acordos celebrados com os fornecedores. Existe também uma reivindicação adicional da ENCO de 842 mil milhões em atrasados (12% do PIB) devida pela empresa pública EMAE em função do não pagamento de remessas de combustíveis. Por conseguinte, desde 2014, a ENCO parou de pagar os impostos de importação e impostos sobre os combustíveis devidos ao Governo. Uma equipa ministerial constituída pelo Governo elaborou um plano completo (ação prévia) para abordar o problema dos atrasados internos. A equipa auditará e confirmará também estes atrasados e encetará negociações para procurar concessões por parte dos credores, o apoio dos doadores e elaborará um calendário para a regularização dos atrasados. O Governo irá rever o quadro macroeconómico para refletir o resultado da auditoria e da negociação do stock de atrasados no momento da primeira avaliação do programa.

26. Eliminação do diferencial de preço dos combustíveis e introdução de um reajuste automático dos preços. A queda recente nos preços internacionais do petróleo oferece uma oportunidade para suprimir o diferencial entre custos e preços. A partir de abril de 2015, o custo dos combustíveis importados caiu o suficiente para permitir a restauração, aos níveis dos atuais preços na bomba, da recuperação plena de custos para o importador e

da arrecadação de impostos pelo Governo. Com os preços do petróleo atualmente alinhados com o custo, o Governo permanece empenhado em conservar os preços futuros para se manter em linha com a recuperação de custos, enquanto o governo desenha e estabelece um mecanismo de reajuste automático dos preços até final de junho de 2016 (indicador de referência estrutural). No entanto, o Governo procederá à sua implementação através da avaliação das consequências sociais de preços na bomba mais elevados sobre os segmentos mais pobres, de modo a assegurar um mecanismo de segurança orientado para os mais pobres e vulneráveis.

27. **Reformar a EMAE.** O Governo está a receber assistência do Banco Mundial para abordar os problemas estruturais da EMAE para conseguir a recuperação plena de custos nas tarifas de eletricidade e água, bem como para gerar o fluxo de caixa para financiar as reparações e melhorias no sistema. Para o efeito, o Governo introduzirá um plano de reestruturação até final de dezembro de 2016 (indicador de referência estrutural).

28. **Entretanto, o Governo introduzirá medidas de “correção rápida” para melhorar a eficiência na EMAE.** Medidas há muito necessárias serão tomadas para solucionar alguns dos problemas mais prementes da EMAE. O Governo redigirá a legislação apropriada para abordar a perda generalizada decorrente de ligações clandestinas de eletricidade e água. O Governo procurará também apoiar a EMAE a instalar medidores de água para aumentar as suas receitas e impedir o desperdício que se verifica com as tarifas fixas.

REFORÇAR A GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

29. **Gestão das finanças públicas (GFP).** As tentativas de aperfeiçoar e modernizar a GFP empreendidas desde 2012 estão condicionadas à adoção de um novo sistema de administração da informação – SAFEe – que foi recomendado pelos doadores e adaptado às necessidades específicas de São Tomé e Príncipe, mas que ainda não está em plena operação. A fase experimental de implementação abrangeu quatro ministérios, mas não cumpriu o objetivo inicial de consolidação e produção dos resultados da execução orçamental de 2012. À medida que a informação remanescente é processada e as questões de segurança abordadas, o Governo pretende utilizar o sistema para produzir as contas finais de 2013 e de 2014 e para alargar o uso do SAFEe a todos os restantes ministérios e agências governamentais a partir do orçamento de 2016.

30. **Controlo das despesas.** Para além do reforço da capacidade de monitorização do SAFEe, serão introduzidos procedimentos mais rigorosos de controlo das despesas para garantir a não execução de despesas fora do orçamento, especialmente no que respeita aos custos não salariais com pessoal, como horas extraordinárias e ajudas de custos, que nos últimos anos têm excedido as dotações orçamentais anuais.

31. **Cenário orçamental de médio prazo.** Até final de 2016, o Governo irá implementar cabalmente um quadro orçamental compreensivo de médio prazo, consolidando o quadro existente. Além disso, o governo poderá, caso necessário, solicitar assistência técnica do FAD do FMI e de uma ação de formação na qual os principais passos para o desenvolvimento desse quadro serão implementados.

32. **Gestão da dívida.** O Governo continuará a reforçar a gestão da dívida, inclusive com a melhoria dos relatórios e das previsões do serviço da dívida. Os novos empréstimos em perspectiva serão cuidadosamente avaliados em termos das suas implicações para a sustentabilidade da dívida antes da contratação dos mesmos.

MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA A DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO

33. **Ambiente de negócios.** O Governo procurará estimular o investimento do sector privado e as exportações através de melhorias no ambiente de negócios visando facilitar o comércio, reforçar os direitos de propriedade e dos investidores, facilitar o acesso ao crédito, simplificar o pagamento de impostos e reduzir a burocracia administrativa de modo geral. O êxito na introdução de um guiché único em 2011, que reduziu os custos e os trâmites para os investidores estrangeiros, foi complementado em 2014 com o lançamento de um outro guiché único para o comércio internacional que apoiará os esforços dos produtores nacionais de acesso aos mercados estrangeiros.

34. **Diversificação das exportações.** A aceleração e sustentação do crescimento económico de São Tomé e Príncipe em níveis capazes de resultar na redução estrutural do desemprego e na melhoria das condições sociais só serão possíveis tirando proveito do potencial para expandir a produção para os mercados de exportação. Para o efeito, o Governo desenvolverá e apresentará à Assembleia Nacional uma estratégia nacional de diversificação das exportações e um plano de ação (final de dezembro de 2016, indicador de referência estrutural), focalizado no sector do turismo e na produção hortícola de valor elevado, que têm reconhecidamente o maior potencial.

35. **Reforma do funcionamento da Central de Risco de Crédito.** O BCSTP lançou a Central de Risco de Crédito (CRC) em 2011 para assegurar um reporte sólido e abrangente de crédito de modo a apoiar a apreciação e a avaliação de riscos. Contudo, o potencial da CRC não tem sido plenamente aproveitado devido a deficiente cobertura e qualidade dos dados imperfeitos. O BCSTP pretende investir recursos adicionais (tanto humanos como em termos de infraestruturas) para alargar a sua cobertura e melhorar a sua utilização. Em termos prospetivos, o BCSTP aplicará rigorosamente o requisito de que o reporte das instituições financeiras forneça informação relevante, rigorosa, completa e atempada à CRC e aplicará sanções em caso de infração.

36. **Abordar os desafios no sistema judicial para melhorar a aplicação de garantias.** O Governo preparará um plano de ação de reformas jurídicas para tornar o sistema judicial mais ágil e previsível no que se refere à aplicação de contratos e à execução de garantias.

OPÇÕES DE EMPRÉSTIMO

37. **Prioridades em termos de investimentos.** Não obstante os ganhos recentes com as exportações de cacau e receitas do turismo, São Tomé e Príncipe apresenta ainda um alto risco de sobre-endividamento, e o Governo continuará a adotar políticas compatíveis com a sustentabilidade da dívida. O programa de 2012-15 apoiado pela ECF manteve uma orientação orçamental cautelosa no pressuposto de que, a médio prazo, seriam auferidas

receitas petrolíferas em apoio às necessidades sociais e em matéria de infraestruturas. Hoje, porém, a produção de petróleo é considerada improvável por muitos anos, sendo necessário considerar opções para criar o espaço para apoiar o programa de investimento público do Governo.

38. **Restrições ao endividamento externo.** Os programas de 2015-18 do Governo dão margem à contratação de alguns empréstimos em condições concessionais adicionais, perfazendo uma média de 6,6% do PIB ao ano nos três anos de vigência do programa ECF, sujeitos a um limiar reduzido de condicionalidade de 35%, em linha com outros países de baixo rendimento. Tal redução do limiar parece justificada em vista do atual cenário de baixas taxas de juros a nível internacional, que reduziu o diferencial entre as taxas concessionais e não concessionais. O exercício de ASD conduzido pelo corpo técnico do FMI indica que existe margem para a contratação de empréstimos adicionais e para a redução do elemento concessional de 50% para 35% sem alterar de maneira significativa a dinâmica da sustentabilidade da dívida.

39. **Reforçar a capacidade de gestão da dívida.** O Governo está a atualizar a estratégia de médio prazo de gestão da dívida que se espera seja apresentada ao gabinete para aprovação até ao final de junho de 2016. Esta estratégia atualizada é fundamental para apoiar a meta de redução da dívida do Governo, contemplada no programa.

ESTATÍSTICAS

40. **O Governo continuará a realizar progressos para reforçar o sistema estatístico.** O Instituto Nacional de Estatística (INE) está a tomar medidas, com a ajuda da assistência técnica do FMI e de doadores, para melhorar o IPC e as contas nacionais. O inquérito às famílias concluído em 2011 proporcionará as bases para a reponderação das componentes do IPC e a introdução de novos bens e serviços no seu cabaz. Até final de dezembro de 2015, o Governo iniciará a compilação mensal do novo IPC e publicará as séries das contas nacionais revistas (indicador de referência estrutural).

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

41. O programa será avaliado com base em critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência estruturais (Quadros 3 e 4 no Anexo I), e avaliações semestrais. As definições dos conceitos e indicadores-chave, assim como os requisitos de reporte estão estabelecidos no respetivo Memorando Técnico de Entendimento (MTE). A conclusão da primeira, da segunda e da terceira avaliações está programada para ou até 15 de abril de 2016, 15 de outubro de 2016 e 15 de abril de 2017, respetivamente, com base em datas de análise para os critérios de desempenho periódicos de final de dezembro de 2015, final de junho de 2016 e final de dezembro de 2016, respetivamente.

Quadro 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2014
(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2014													
	March			June				September			December			
	Indicative Target	Indicative Targets		Performance Criteria ¹	Performance Criteria			Indicative Target	Indicative Targets		Performance Criteria ¹	Performance Criteria		
		w/adjustment	Actual		w/adjustment	Actual	Status		w/adjustment	Actual		w/adjustment	Actual	Status
31-Mar-14	31-Mar-14	31-Mar-14	30-Jun-14	30-Jun-14	30-Jun-14	30-Jun-14	30-Sep-14	30-Sep-14	30-Sep-14	31-Dec-14	31-Dec-14	31-Dec-14	31-Dec-14	
Performance criteria:														
Floor on domestic primary balance (as defined in the TMU) ²	-50	-86	-79	-119	-169	-165	Not Met	-159	-159	-167	-198	-198	-210	Not Met
Ceiling on changes in net bank financing of the central government (at program exchange rate) ^{3,4,5}	0	18	-15	0	-56	-129	Met	0	-56	-54	0	-56	-9	Not Met
Floor on net international reserves of the central bank (US\$ millions) ^{2,4}	27.50	26.55	47.04	27.50	30.50	55.56	Met	27.50	30.50	49.76	27.50	30.50	50.88	Met
Ceiling on central government's outstanding external payment arrears (stock, US\$ millions) ^{5,6,7,8}	0	...	0	0	...	0	Met	0	...	0	0	...	0	Met
Ceiling on the contracting or guaranteeing of new nonconcessional external debt with original maturity of more than one year by the central government or the BCSTP (US\$ millions) ^{5,6,7,8,9,10}	0	...	40	0	...	40	Not Met	0	...	40	0	...	40	Not Met
Ceiling on the outstanding stock of external debt with original maturity of up to and including one year owed or guaranteed by the central government or the BCSTP (stock, US\$ millions) ^{5,7,8,9,10}	0	...	0	0	...	0	Met	0	...	0	0	...	0	Met
Indicative targets:														
Ceiling on central government's outstanding domestic arrears (stock)	0	...	90	0	...	129	Not Met	0	...	75	0	...	129	Not Met
Ceiling on central government's outstanding arrears to EMAE (stock)	0	...	-5	0	...	18	Not Met	0	...	56	0	...	71	Not Met
Ceiling on dobra base money (stock)	954	...	757	1,030	...	868	Met	1,071	...	886	1,145	...	971	Met
Floor on pro-poor expenditures	110	...	n.a	219	...	n.a	Unknown	329	...	n.a	438	...	n.a	Unknown
Memorandum items:														
Transfer from NOA to the budget (US\$ millions)	2.5	...	0.0	2.5	...	0.0		2.5	...	0.0	2.5	...	2.4	
Net external debt service payments ¹¹	24	...	48	59	...	86		97	...	23	139	...	160	
Official external program support ¹¹	0	...	36	36	...	152		172	...	0	246	...	183	
Treasury-funded capital expenditure	28	...	6	72	...	33		102	...	43	111	...	58	

Sources: São Tomé and Príncipe authorities; and IMF staff estimates and projections.

¹ Performance at the December 2013, June 2014, and December 2014 test dates are assessed on the third, fourth, and fifth reviews respectively.

² The floor will be adjusted upward or downward according to definitions in the TMU.

³ The ceiling will be adjusted downward or upward according to definitions in the TMU.

⁴ Excluding the National Oil Account (NOA) at the Central Bank.

⁵ The term "government" is defined as in ¶ 3 of the TMU, which excludes the operations of state-owned enterprises.

⁶ This criterion will be assessed as a continuous performance criterion.

⁷ The term "external" is defined in accordance with the residency of the creditor as indicated in point 2 of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective December 1, 2009).

⁸ This performance criterion applies not only to debt as defined in point 9 of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective December 1, 2009) but also to commitments contracted or guaranteed for which value has not been received. For further details on the definition of debt and external arrears refer to the TMU, ¶ 15-17.

⁹ Only applies to debt with a grant element of less than 50 percent as defined in point 8 g (i) of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective October 11, 2013). For further details on the definition of concessionality refer to the TMU, Footnote 4.

¹⁰ Debt is defined as in point 9 of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective December 1, 2009). For further details on the definition of debt refer to the TMU, ¶ 15-17.

¹¹ As defined in the TMU, valued at the program exchange rate.

Quadro 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais, 2013–14
(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

Category	Structural Benchmarks	Economic rationale	Original timeframe	Revised or set at 2 nd review timeframe	Implementation Status
Strengthening Public Finances					
External control	i. Strengthen external control by: Preparing the general government accounts for 2012 and sending them to the Court of Audit.	Strengthen PFM	End-June. 2013	End-Dec. 2013	Not met. Implemented January 2015
Internal control	ii. Strengthen internal control by: Finalizing a plan to clear over time EMAE's arrears to ENCO and to avoid a recurrence in the future of the problem of cross arrears. Eliminating all arrears between the Treasury and EMAE.	Strengthen PFM	End-Sep. 2013 End-Dec. 2013	End-Mar. 2014 Not revised	Not met Not met
Tax administration	iii. Improve taxpayer management and compliance with tax obligations by: Enhancing the security of the Taxpayer Registry, creating a dedicated large taxpayer unit, and creating a single taxpayer computerized file system. iv. Expand the tax base by launching the "Operation Taxpayer Inclusion" project and:	Strengthen revenue administration Strengthen revenue administration	End-Dec. 2013	Not revised	Not met.
	Registering 500 new tax payers from the date of the program's launch.		Set at 2 nd review only	End-Jun. 2014	Met
	Registering 800 new tax payers from the date of the program's launch.		Set at 2 nd review only	End-Dec. 2014	Met
Customs administration	v. Complete the second phase of ASYCUDA WORLD implementation by: Activating all the functionalities and the establishing a fully computerized procedure for customs clearance.	Strengthen revenue administration	End-Dec. 2013	Deemed "On-going"	Met
	vi. Undertake preparatory arrangements for the installation of a One-Stop-Shop for foreign trade by: Establishing the connectivity and management of customs/Tax NIF. Eliminating hardcopy documents and introducing electronic signing and approval of documents.	Strengthen revenue administration and trade facilitation	Set at 2 nd review only Set at 2 nd review only	End-Jun. 2014 End-Dec. 2014	Met Met
Enhancing Monetary Management and Financial Stability					
Bank supervision	vii. Strengthen banking supervision and regulation by: Completing the on-site supervision process for the largest commercial bank. Ensuring that all commercial banks that are open to the public have a capital-to-risk-weighted-asset ratio of at least 12 percent. Completing the on-site supervision process for the remaining two commercial banks. Ensuring that all commercial banks publish audited financial accounts for 2013, or applying penalties for non-compliance. Preparing a revised draft Central Banking Law that strengthens autonomy of the central bank in line with international standards, including in the resolution of problem banks.	Ensure financial stability and transparency and enhance the effectiveness of	End-June 2013 End-Mar. 2014	End-June 2014 End-June 2014	Met Met Not met. Not met. Implemented May 2015. Met Not met
Statistics					
CPI Statistics	viii. Improve consumer price index statistics by: Reweighting the CPI components and introducing new goods and services to the CPI basket.	Strengthen statistical system	End-Dec. 2013	Deemed "On-going"	Not met

Quadro 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2015–16

(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2015		2016			
	September	December	March	June	September	December
	Indicative Target	Performance Criteria ¹	Indicative Target	Performance Criteria ¹	Indicative Target	Performance Criteria ¹
	30-Sep-15	31-Dec-15	31-Mar-16	30-Jun-16	30-Sep-16	31-Dec-16
Performance criteria:						
Floor on domestic primary balance (as defined in the TMU) ²	-153	-190	-23	-54	-100	-154
Ceiling on changes in net bank financing of the central government (at program exchange rate) ^{3,4,5}	0	0	0	0	0	0
Floor on net international reserves of the central bank (US\$ millions) ^{2,4}	50	50	62	62	62	62
Ceiling on central government's outstanding external payment arrears (stock, US\$ millions) ^{5,6,7,8}	0	0	0	0	0	0
Ceiling on the contracting or guaranteeing of new nonconcessional external debt with original maturity of more than one year by the central government or the BCSTP (US\$ millions) ^{5,6,7,8,9}	0	0	0	0	0	0
Ceiling on the outstanding stock of external debt with original maturity of up to and including one year owed or guaranteed by the central government or the BCSTP (stock, US\$ millions) ^{5,7,8,9}	0	0	0	0	0	0
Indicative targets:						
Ceiling on change of central government's new domestic arrears	0	0	0	0	0	0
Ceiling on dobra base money (stock)	990	1,113	1,062	1,085	1,052	1,237
Floor on pro-poor expenditures	357	447	168	289	409	481
Floor on tax revenue	732	1,073	181	422	783	1,209
Memorandum items:						
New concessional external debt contracted or guaranteed with original maturity of more than one year by the central government or the BCSTP (US\$ millions) ^{5,7,8,10,12}	19	35	14	14	14	14
Transfer from NOA to the budget (US\$ millions)	2.0	2.0	1.6	1.6	1.6	1.6
Net external debt service payments ¹¹	106	143	18	43	81	125
Official external program support ¹¹	192	220	20	47	88	219
Treasury-funded capital expenditure	48	63	12	28	50	78

Sources: São Tomé and Príncipe authorities; and IMF staff estimates and projections.

¹ Performance at the December 2015 test date is assessed on the first review and the June and December 2016 test dates are assessed on the second and third reviews respectively.

² The floor will be adjusted upward or downward according to definitions in the TMU.

³ The ceiling will be adjusted downward or upward according to definitions in the TMU.

⁴ Excluding the National Oil Account (NOA) at the Central Bank.

⁵ The term "central government" is defined as in ¶ 3 of the TMU, which excludes the operations of state-owned enterprises.

⁶ This criterion will be assessed as a continuous performance criterion.

⁷ The term "external" is defined in accordance with the residency of the creditor as indicated in point 2 of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective December 1, 2009).

⁸ This performance criterion or memo item applies not only to debt as defined in point 9 of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective December 1, 2009) but also to commitments contracted or guaranteed for which value has not been received. For further details on the definition of debt and external arrears refer to the TMU, ¶ 4 and 14.

⁹ Only applies to debt with a grant element of less than 35 percent as defined in point 8 g (i) of the IMF Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt in Fund Arrangements adopted by the Decision No. 6230-(79/140) of the Executive Board of the IMF (as amended effective October 11, 2013). For further details on the definition of concessionality refer to the TMU, ¶ 20.

¹⁰ Only applies to debt with a grant element of at least 35 percent.

¹¹ As defined in the TMU, valued at the program exchange rate.

¹² Cumulative from December 2014 and December 2015 respectively.

Quadro 4. São Tomé e Príncipe: Ação Prévia e Indicadores de Referência Estruturais no âmbito do Programa Proposto Apoiado pela ECF

Policy Objectives and Measures	Timing	Macro Rationale	TA involved
Strengthening Public Finances			
Prepare, in consultation with ENCO and EMAE, and submit to the Fund, a comprehensive plan with a clear timeline to regularize all arrears outstanding and prevent the accumulation of new ones.	Prior action	To restore timely financial flows between all parties concerned, in particular the timely payment of all applicable taxes.	Team worked with authorities.
Adopt an automatic fuel price adjustment mechanism that allows timely pass-through of import costs with a view to its gradual introduction in 2016.	End-June 2016	To remove implicit fuel price subsidies and loss of fiscal revenues.	TA to be sought on design of automatic price adjustment mechanism.
Adopt a plan to reform EMAE (state-owned electricity and water utilities company) to ensure full cost-recovery.	End-December 2016	To support arrears clearance plan	With World Bank and EU support
Enhancing Financial Stability			
Submit to the National Assembly a new Bank Resolution Law.	End-September 2015	To improve soundness of financial system	Forthcoming MCM TA
Complete detailed assessment of compliance with Basel Core Principles.	End-December 2016	To improve soundness of financial system	Forthcoming MCM TA
Prepare and submit to staff a comprehensive strategy to help banks deal with high NPLs on their balance sheets.	Ecd-June 2016	To support financial sector stability and growth	Forthcoming MCM TA
Improving National Statistics			
Start monthly compilation of the new reweighted and expanded CPI series.	End-December 2015	To make available more representative statistics for policy evaluation and design.	Ongoing AfDB TA
Publish revised national accounts series through 2013.	End-December 2015		Ongoing STA TA
Facilitating Business Activities			
Develop and submit to the National Assembly a National Export Diversification Strategy document.	End-December 2016	To promote economic diversification and employment opportunities	TA yet to be identified by authorities

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e os mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos no Quadro 3, anexo ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2015 e 2016. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início de cada ano civil.
2. **A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE¹ será de 20,299 dobras por dólar dos Estados Unidos, 24,500 dobras por euro e 29,236 dobras por DSE para 2015 e 2016.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

3. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas aos critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo (parágrafo 27), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Todas as revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. Para as variáveis relevantes para avaliar o desempenho em relação aos objetivos do programa mas que não constem especificamente no presente Memorando, as autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre o modo da sua aferição e reporte. Os critérios de desempenho incluídos no programa são definidos abaixo e referem-se ao piso do saldo primário interno; ao teto da variação do financiamento bancário líquido ao Governo Central; ao piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central; ao teto dos atrasados de pagamentos externos do Governo Central; ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP e ao teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP.

DEFINIÇÕES

4. Para efeitos do presente MTE, **externo** e **interno** serão definidos com base no princípio de residência.
5. **Governo Central**, para efeitos do presente MTE, refere-se ao Governo Central, que inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades, e outros organismos que constituam agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O Governo Central não inclui as operações das empresas públicas.

¹ Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página web do BCSTP no último dia de 2014.

6. O termo **dívida** define-se em conformidade com o Ponto 9 das *Diretrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adotadas através da Decisão N.º 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI*, conforme alteradas, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2009. Por “dívida” entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.

7. **Receitas internas do Governo (excluindo receitas petrolíferas)** incluem todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), à exceção de: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) todos os fluxos brutos de entradas para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado no Quadro de Operações Financeiras do Estado elaborado pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

8. **Despesa primária interna** abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação das despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

10. **Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno.** Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (excluindo receitas petrolíferas) e despesa primária interna do Governo. Como referência, no final de dezembro de 2014 este saldo ascendia a 226 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

Receita interna do Governo:	973 mil milhões
<i>Menos:</i> Despesa primária do Governo: (conforme definida no parágrafo 8)	<u>1.184 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Saldo primário interno:	210 mil milhões

11. **Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do Governo Central (CLG):** Este critério de desempenho mede o aumento (diminuição) do stock de todos os créditos concedidos ao Governo Central pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos todos os depósitos detidos pelo Governo Central no BCSTP e nas OSD, conforme reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP) não está incluído no crédito líquido ao Governo Central. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão

convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa. Como referência, no final de dezembro de 2014, o saldo do crédito do financiamento bancário líquido ao Governo Central (excluindo a CNP) ascendia a -9 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	255 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo no BCSTP (excluindo a CNP)	140 mil milhões
<i>D/q:</i>	Contas do Tesouro em dobras	18 mil milhões
	Contas do Tesouro em divisas	29 mil milhões
	Depósitos de contrapartida	<u>93 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Crédito líquido concedido ao Governo pelo BCSTP	116 mil milhões
<i>Mais:</i>	Crédito das OSD ao Governo	3 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida)	<u>127 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Financiamento bancário líquido do Governo (excl. CNP)	9 mil milhões

12. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. As RIL do BCSTP são definidas, para efeitos de monitorização do programa, como ativos externos transacionáveis de curto prazo (ou seja, vencimentos originais iguais ou inferiores a um ano) do BCSTP menos obrigações externas de curto prazo, incluindo obrigações em relação ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente convertíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Qualquer título cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original será avaliado pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de capital ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira não está incluído na definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado prevalecentes na data de análise. Como referência, no final de dezembro de 2014, as RIL ascendiam a 999 mil milhões de dobras, calculadas da seguinte forma:

	Reservas internacionais brutas:	1.282 mil milhões
<i>D/q:</i>	Numerário	28 mil milhões
	Depósitos à ordem	129 mil milhões
	Depósitos a prazo (incl. depósitos dos bancos em moeda estrangeira)	692 mil milhões
	Títulos exceto ações	412 mil milhões
<i>D/q:</i>	Obrigações do Tesouro Português	100 mil milhões
	Obrigações da Rede Ferroviária Nacional	123 mil milhões
	Títulos CDG garantidos por hipotecas	189 mil milhões
	Juros decorridos de títulos	8 mil milhões
	Posição de reserva no FMI	0 mil milhões
	Haveres em DSE	14 mil milhões

<i>Menos.:</i>	Obrigações de curto prazo (incl. obrigações com o FMI)	116 mil milhões
<i>Menos:</i>	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	165 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	<u>2 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Reservas internacionais líquidas	999 mil milhões
<i>Mais:</i>	Outros ativos externos	313 mil milhões
<i>Menos:</i>	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	<u>207 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Ativos externos líquidos	1.104 mil milhões
<i>Por memória:</i>	Conta Nacional do Petróleo (CNP)	200 mil milhões

13. **Critério de desempenho relativo ao teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP.** Este critério de desempenho refere-se ao stock da dívida externa com vencimento original igual ou inferior a um ano (“dívida de curto prazo”) (incluindo posições a descoberto mas excluindo o crédito normal à importação), devido ou garantido pelo Governo e/ou pelo BCSTP. Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal em apoio à paridade fixa da dobra em relação ao euro, os montantes por pagar nos primeiros três trimestres de determinado ano serão excluídos deste teto. No entanto, os montantes por pagar no final de determinado ano civil serão incluídos na avaliação do cumprimento deste critério de desempenho. Como referência, no final de dezembro de 2014, o stock de dívida externa de curto prazo era zero.

14. **Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP.** Trata-se de um critério de desempenho contínuo que se refere à contratação ou garantia de nova dívida externa com vencimento original superior a um ano (“dívida de médio ou longo prazo”) pelo Governo e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal do empréstimo e o seu valor líquido atualizado, expresso como percentagem do valor nominal. O valor líquido atualizado da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando-se os pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Este critério de desempenho não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI. A dívida em processo de reescalonamento e reestruturação está excluída deste teto. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças e da Administração Pública (consoante o caso) e pelo BCSTP, calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio prevalentes. O Governo deverá consultar o corpo técnico do FMI antes da contratação ou garantia de novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

15. **Critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do Governo Central.** Trata-se de um critério de desempenho contínuo. Os atrasados de pagamentos externos do Governo Central são constituídos por obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este

critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido acordado um quadro de regularização ou para o qual o Governo esteja ativamente à procura de um acordo de reescalonamento.

METAS INDICATIVAS

16. **Teto relativo a novos atrasados internos do Governo Central** é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

17. **Teto relativo à base monetária em dobras** é definido como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes – e reservas bancárias em dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais – em dobras – detidas no Banco Central e incluem as reservas em excesso relativamente às reservas mínimas de caixa. Como referência, no final de dezembro de 2014, a base monetária em dobras ascendia a 971 mil milhões, calculada da seguinte forma:

Emissão de moeda:		267 mil milhões
<i>D/q:</i>	Numerário nos cofres-fortes	44 mil milhões
	Notas e moedas em poder do público	222 mil milhões
<i>Mais:</i>	Reservas bancárias expressas em dobras	704 mil milhões
Igual a:	Base monetária em dobras	971 mil milhões

18. Dentro da despesa primária interna, **o piso relativo às despesas a favor dos pobres** diz respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de capital, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes a favor dos pobres:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz abaixo:

Code	Economic classification of current expenditure	Education	Health	Social Security and Assistance	Housing and Community Services	Culture and Sport	Fuel and Energy	Agriculture and Fisheries
310000	Personnel Expenses	x	x					
331210	Specialty Durable Goods	x	x					
331290	Other Durable Goods	x	x					
331120	Fuels and Lubricants ¹	x	x					
331130	Foodstuffs, Food ¹ and Accommodation	x	x					
331140	Specialized Current Consumable Materials (Specific to Each Sector)	x	x					
331190	Other Consumer Non Durable Goods	x	x					
332110	Water and Energy Services	x	x					
332120	Communication Services	x	x					
332130	Health services	x	x					
332220	Maintenance and Conservation Services	x	x					
353900	Other Miscellaneous Current Expenses	x	x	x				
352200	Transfers to non-profit institutions (private)		x	x				
352310	Retirement Pension and Veterans		x	x				
352320	Family Benefit		x	x				
352330	Scholarships	x						
352390	Other Current Transfers to Families		x	x				
353100	Unemployment Fund		x	x				
Code	Economic classification of capital expenditure							
411110	Feasibility Study and Technical Assistance	x	x	x	x	x	x	x
411120	Procurement and Construction of Real Estate	x	x	x	x	x	x	x
411200	Rehabilitation Works and Facilities	x	x	x	x	x	x	x
411300	Means and Equipments of Transportation	x	x	x	x	x	x	x
411400	Machinery and Equipment	x	x	x	x	x	x	x
411900	Other Fixed Capital Goods	x	x	x	x	x	x	x
412000	Stocks	x	x	x	x	x	x	x

Source: Diário da República de São Tomé e Príncipe No. 21 - May 7, 2008, pages 12-13.
¹Expenditures on fuels and lubricants (combustíveis e lubrificantes) that are affected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (alimentação) and clothing and shoes (roupas e calçados) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital a favor dos pobres financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de apoio social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

19. **O piso relativo às receitas fiscais** refere-se a receitas fiscais que incluem impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de atrasados fiscais e esforços de arrecadação adicionais.

POR MEMÓRIA

20. **A nova dívida externa concessional com vencimento original superior a um ano contraída ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP** mede essa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%.

21. **Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pagos pelo Governo Central** são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do Governo Central.

22. **Apoio externo oficial ao programa** é definido como donativos e empréstimos, incluindo apoio em espécie quando os produtos sejam vendidos pelo Governo e as receitas sejam consignadas a uma rubrica orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento.

23. **Despesas de capital custeadas pelo Tesouro** classificam-se como parte da despesa primária interna e cobrem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem empréstimos concessionais ou que tenham de ser parcialmente cofinanciados por recursos públicos. Incluem gastos em construções novas, reabilitação e manutenção. As despesas com ordenados e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

FATORES DE AJUSTAMENTO

24. **O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento.** O limite do saldo primário interno será ajustado em alta se o Governo encontrar apoio orçamental e receitas de privatização em 2015 e 2016 para além do descrito no MPEF; este ajustamento será limitado a 62 mil milhões de dobras (cerca de 1% do PIB de 2014) em 2015 e 2016.²

25. **Os critérios de desempenho relativos ao financiamento bancário líquido do Governo Central e às reservas internacionais líquidas serão** ajustados em linha com os desvios aos montantes previstos no programa para as transferências a partir da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos desencadearão ajustamentos aos critérios de desempenho referidos acima. Esses desvios serão calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2014 ou final de dezembro de 2015, conforme apropriado (MPEF, Quadro 3). Segue-se uma explicação desses ajustamentos:

- Ajustamentos aos tetos da variação do financiamento bancário líquido ao Governo Central (CLG): As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados no recebimento das transferências da CNP para o orçamento, no apoio externo oficial ao programa, nos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e nos atrasados internos serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2014 ou do final de dezembro de 2015, conforme for apropriado, à data de análise. Os tetos serão ajustados em baixa (em alta) pelo valor dos desvios acumulados em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa, e pelo valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP, no apoio externo oficial ao programa e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada ao equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa.
- Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP: As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em dobras, serão convertidas em dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de

² Os donativos e as despesas relacionadas com custos de realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

dezembro de 2014 ou do final de dezembro de 2015, conforme for apropriado, à data de teste. Os pisos serão ajustados em alta (em baixa) pelo valor dos desvios acumulados em baixa (em alta) entre os valores efetivos e projetados dos pagamentos do serviço da dívida externa do Governo Central, e pelo valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP para o orçamento, no apoio externo oficial ao programa e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada de modo a que o piso ajustado não seja inferior a USD 47 milhões em 2015 e a USD 59 milhões em 2016.

REPORTE DE DADOS

26. A informação seguinte será fornecida ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** A Direção do Tesouro e a Direção do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, à exceção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:
 - Dados mensais sobre as operações do Governo Central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição pormenorizada dos recursos líquidos consignados, em base de compromissos e de caixa;
 - Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
 - Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais;
 - Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de capital com financiamento interno em base de compromissos e de caixa;
 - Dados mensais sobre atrasados internos por tipo e credor;
 - Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho não abrangendo, consequentemente, custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis.
 - Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO.
 - Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos);
 - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e fontes de financiamento;

- Dados trimestrais sobre a execução das despesas de capital financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
- Dados trimestrais sobre donativos para projetos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
- Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC;
- Estruturas de preços de petróleo pendentes mais recentes e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).

2) **Dados monetários:** O BCSTP fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês, as suas contas monetárias. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, para os dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
- Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
- Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo base monetária em dobras e moeda em circulação, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
- Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
- Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas);
- Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
- Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
- Orçamento cambial mensal do Banco Central;
- Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
- Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).

- 3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças e da Administração Pública fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor: montante pago, programado e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
 - Dados trimestrais sobre desembolsos de projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa.
 - Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.
- 4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados seguintes serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças e da Administração Pública, no prazo de dois meses após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PEDIDO DE ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E CANCELAMENTO DO ATUAL ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA¹

24 de junho de 2015

Aprovado por

David Owen e Chris Lane (FMI)
e Mark Roland Thomas e
John Panzer (AID)

Elaborado por:

Corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe apresenta um risco elevado de sobre-endividamento, segundo esta análise de sustentabilidade da dívida (ASD) de países de baixo rendimento, efetuada em conjunto pelo Banco Mundial e o FMI. A despeito da expressiva revisão em alta das exportações em 2013–14, não houve alteração na avaliação de risco elevado de sobre-endividamento em relação à ASD concluída em junho de 2014. Todavia, projeta-se agora que o rácio VA da dívida externa/exportações sofra uma queda acentuada e ultrapasse os limiares indicativos específicos ao país por um período mais curto, enquanto o rácio serviço da dívida/exportações já não ultrapassa o limiar. Assim como na ASD anterior, os rácios VA da dívida/PIB e VA da dívida/receitas encontram-se acima dos limiares no início do período projetado, em parte devido a uma depreciação nominal significativa (um total acumulado de 21% desde 2013) da moeda nacional frente ao dólar. Os indicadores da dívida pública pioraram em relação à ASD anterior, mas isso não altera fundamentalmente a avaliação da sustentabilidade da dívida de São Tomé e Príncipe. Alcançar um perfil projetado de endividamento que seja coerente com uma dinâmica de dívida manejável, ainda que de alto risco, exige um esforço contínuo de consolidação orçamental, o reforço da credibilidade da paridade cambial, o forte recurso, em base contínua, aos donativos e empréstimos em condições altamente concessionais e novos esforços para diversificar a economia e alargar a base de exportação no médio prazo.

¹ A atualização da ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe. A análise atualiza a anterior ASD conjunta, datada de 30 de junho de 2014. A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 5 de novembro de 2013 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*). A ASD utiliza a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15462 (11/10/2013). Para fins da determinação dos limiares da carga da dívida nos termos do quadro de sustentabilidade da dívida, São Tomé e Príncipe é classificado como um país de desempenho fraco em matéria de políticas, com uma notação de 3,05 segundo os critérios da Avaliação Institucional e de Políticas (CPIA) do Banco Mundial.

CONTEXTO

1. A ASD completa anterior para São Tomé e Príncipe foi realizada em 2013 como parte das consultas ao abrigo do Artigo IV e da segunda avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês)². Uma atualização da ASD foi concluída em 30 de junho de 2014, após a contratação de uma linha de crédito não concessional junto a Angola no montante de USD 40 milhões. Ambas as ASD anteriores concluíram que São Tomé e Príncipe apresentava um risco elevado de sobre-endividamento, porém a atual ASD mostra que o endividamento futuro sofreu uma ligeira redução.

2. São Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada em março de 2007, recebeu complementação (*topping-up*) da assistência em dezembro de 2007 e beneficiou do alívio da dívida das iniciativas HIPC/MDRI. A MDRI, em especial, permitiu uma economia substancial do serviço da dívida, uma vez que 54% do total da dívida antes do ponto de conclusão HIPC referia-se à AID, ao BAfD e ao FMI. O alívio da dívida junto aos credores do Clube de Paris também ajudou a melhorar o perfil de endividamento do país.

3. Estima-se que o total da dívida pública, que engloba os atrasados internos junto a fornecedores, cifre-se em 74,5% do PIB (USD 254 milhões) em 2014, com a dívida externa pública e com garantia pública de médio e longo prazo a ascender a 68% do PIB (USD 233 milhões)

Tabela 1).³ A carga da dívida externa aumentou de USD 216 milhões no final de 2013 para USD 233 milhões em 2014 (devido aos desembolsos do empréstimo de Angola) mas continua muito abaixo do pico de USD 359,5 milhões verificado antes do alívio da dívida, no final de 2006. O total da dívida do sector público refere-se unicamente à dívida contraída ou garantida pelo governo central, e no presente não há qualquer dívida externa das empresas públicas. A composição da dívida mudou após o ponto de conclusão HIPC. A participação da dívida multilateral caiu de quase 60% antes do ponto de conclusão para 19%. Angola é hoje o principal

Tabela 1 do Texto. São Tomé e Príncipe: Stock da Dívida Pública

(No fim de dezembro de 2014)		
	Milhões de USD	Parcela
Credores multilaterais	43,4	17%
AID	14,0	6%
FIDA	7,8	3%
BADEA	7,1	3%
FMI	4,6	2%
OPEP	4,0	2%
BAfD	5,4	2%
BEI	0,3	0%
Credores bilaterais	189,6	75%
Portugal	47,5	19%
Angola ¹	52,4	21%
Nigéria ^{1,2}	30,0	12%
Itália ^{1,3}	24,3	10%
China ¹	18,8	7%
Jugoslávia ¹	8,8	3%
Brasil ^{1,3}	4,3	2%
Bélgica	1,4	1%
Guiné Equatorial	2,1	1%
Atrasados internos	21,0	8%
Total	253,9	100%

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida em litígio.

² Adiantamentos sobre as receitas petrolíferas.

³ Dívida comercial garantida pelo governo.

² Relatório do FMI n.º 14/2 sobre São Tomé e Príncipe (FMI, 2013).

³ Deste total, USD 77 milhões se referem a atrasados técnicos (incluindo juros corridos), com a Itália (USD 24 milhões), Angola (USD 25 milhões, China (USD 19 milhões) e a antiga Jugoslávia (USD 9 milhões). Os atrasados com a antiga Jugoslávia resultaram de uma dívida garantida por Angola herdada pela Sérvia, que a vendeu a uma entidade privada. A entidade privada processou Angola por causa dessa dívida, a qual está agora a ser tratada como atrasado com Angola. Os atrasados com Angola estão a ser objeto de discussões, e existe a expectativa de que venham a receber tratamento comparável ao do Clube de Paris. A China não respondeu ao ofício das autoridades solicitando tratamento comparável ao do Clube de Paris. Os atrasados com a Itália resultam de uma dívida comercial que não é reconhecida por São Tomé e Príncipe.

credor bilateral do país, e o maior credor multilateral é a AID. No plano interno, foram acumulados atrasados de pagamentos no montante de USD 21 milhões (6% do PIB), na sua maioria junto a fornecedores.⁴

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

4. Os principais pressupostos do cenário de base para o período 2015–35 sofreram poucas alterações em relação à atualização da ASD do ano passado. A principal diferença em relação à ASD anterior resulta de um declínio significativo do valor das importações projetadas em 2015, devido à descida dos preços do petróleo e dos produtos primários não combustíveis, de um expressivo aumento de base nas exportações de bens e serviços em 2013–14, devido ao dinamismo da produção e ao preço elevado do cacau, bem como das melhorias na cobertura dos dados sobre as exportações de serviços. Por tudo isso, projeta-se uma melhoria ligeiramente maior do défice da balança corrente a longo prazo. **Os principais pressupostos são os seguintes:**

- Embora **os pressupostos sobre o crescimento sejam semelhantes aos da ASD anterior**, as fontes de financiamento alteraram em favor dos fluxos não geradores de dívida, com um volume maior de entrada de IDE em relação às projeções da ASD anterior. O crescimento deve acelerar para 5% em 2015 e 5,5% em 2016. No longo prazo, projeta-se que o crescimento se sustente numa faixa próxima aos 5,6% ao ano, semelhante à norma histórica e sem alteração em relação aos pressupostos para o cenário de base da ASD anterior. Espera-se que os motores do crescimento sejam a construção, o turismo, a agricultura e as pescas. No horizonte de longo prazo, a manutenção do crescimento no nível de 5,5% ao ano exigirá políticas macroeconómicas mais sólidas, novas medidas para melhorar o clima de negócios e o êxito na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo.
- A **inflação** média anual **cai** de 7% em 2014 para 5,8% em 2015, e para cerca de 4,6% em 2016. Presume-se que em seguida a inflação se mantenha ao redor dos 3% no longo prazo, o que reflete a constante prudência orçamental e os efeitos da paridade da dobra ao euro, que está em vigor desde janeiro de 2010. Projeta-se que o deflator do PIB em termos de dólares sofra uma contração de 6,1% em 2015. Deve, porém

Tabela 2 do Texto. Principais Pressupostos Macroeconómicos (médias)

	EBS/13/148 2013-2033	ASD junho 2014 2014-2034	ASD de 2015 2014-2034 2015-2035	
Crescimento do PIB real (%)	5,55	5,62	5,51	5,56
Inflação (média)	3,56	3,30	3,42	3,23
Défice primário interno (% do PIB)	-1,14	-1,09	-1,41	-1,30
Donativos (% do PIB)	2,06	1,94	2,48	2,51
Novos empréstimos (% do PIB)	2,41	1,95	1,76	1,53
IDE (% do PIB)	7,17	7,40	9,53	9,72
Crescimento das export. em USD (%)	9,34	9,39	10,67	7,16
Crescimento das import. em USD (%)	5,99	6,34	6,91	6,00
Saldo da balança corrente, excl. donativos (% do PIB)	-23,41	-22,58	-25,79	-24,99
Saldo da balança corrente, incl. donativos (% do PIB)	-11,51	-10,77	-13,40	-12,66

Fonte: Dados das autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

⁴ Os dados sobre os atrasados cruzados entre o Tesouro, a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) não foram incluídos nesta análise uma vez que está a ser formulado um plano para a eliminação dos mesmos.

recuperar-se pra cerca de 3% em 2016 antes de estabilizar em cerca de 1,7% a longo prazo.

- **Um declínio constante do défice primário interno** de 3,5% do PIB em 2014 para 1,5% do PIB até 2018, um nível correspondente a disponibilidade de financiamento não gerador de dívida e, ao mesmo tempo que gera poupanças com vista a aumentar as despesas de investimento. Presume-se que todas as necessidades de financiamento serão atendidas através de transferências anuais provenientes dos depósitos na Conta Nacional do Petróleo (CNP) e donativos em apoio ao orçamento. O ajustamento orçamental a médio prazo ocorreria sobretudo através de medidas de reforço da mobilização de receitas e de controlo dos gastos com pessoal. No longo prazo, as despesas suportam o ónus do ajustamento numa medida que é proporcional à diminuição dos donativos. Não há previsão de endividamento interno.
- **Projeta-se que o total de donativos aumente** do seu nível atual de cerca de 10% do PIB em 2014 para uma média de 16,4% do PIB ao ano no período 2015–18. Após atingir um pico de mais de 17% do PIB em 2019, os donativos passarão a ter menor importância, registando uma média de cerca de 10% do PIB ao ano no longo prazo.
- Diferentemente da ASD anterior, a presente avaliação presume limiares **mais baixos de concessionalidade dos empréstimos**, da ordem de 35% (o limiar anterior era de 50%). Para 2015, projeta-se um montante adicional de empréstimos de cerca de 12,1% do PIB para financiar o programa de investimento de capital do Governo. Os novos empréstimos ascenderão em média a cerca de 4,2% do PIB ao ano no período 2016–18 e cerca de 0,4% do PIB nos anos subsequentes. Em todo o período projetado na ASD, presume-se que o país não recorrerá ao financiamento proveniente das futuras operações de privatização e nem a empréstimos comerciais, endividamento interno ou empréstimos de curto prazo.
- Uma recuperação das entradas de capitais, à medida que a economia europeia melhora. A expectativa das autoridades é de investimento contínuo em projetos de infraestruturas para apoiar o desenvolvimento do turismo e da agricultura. **Projeta-se que o IDE estabilize em cerca de 9,6% do PIB** no longo prazo.
- A expectativa é que o **defícite da conta corrente excluindo juros** (incluindo donativos oficiais) diminua à medida que o Governo continue a consolidar a sua posição. Tal défice situa-se hoje acima dos 27% do PIB, e projeta-se que decline gradualmente para uma média de 16% do PIB a mais longo prazo. O crescimento das exportações será impulsionado pelo aumento da produção de cacau, o início da produção de óleo de palma e a intensificação do turismo, à medida que São Tomé e Príncipe reabilita as suas infraestruturas e beneficia do aumento da frequência dos voos provenientes da Europa desde 2014.
- Os **riscos adversos aos** pressupostos macroeconómicos abrangem um excesso significativo de despesas no período que antecede as eleições presidenciais de 2016. As perspetivas poderiam também sofrer os efeitos de choques na oferta (levando a um aumento da inflação e à desaceleração do crescimento). Um período prolongado de crescimento mais fraco na Europa poderia reduzir consideravelmente as exportações, o turismo e os fluxos de IDE.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

A. Cenário de base

5. No cenário de base, três dos cinco indicadores da dívida externa (contra quatro dos cinco na ASD anterior) permanecem *muito acima dos seus limiares indicativos pertinentes nos próximos anos* (Figura 1, linhas azuis).⁵ ***Contudo, uma diferença bastante significativa*** em relação às ASD anteriores é que o rácio entre o VA da dívida pública e com garantia pública (PGP) e as exportações baixou de quase três vezes o limiar indicativo de 100% na ASD anterior para menos de 50% acima do limiar. Tal queda deve-se em grande medida a um expressivo aumento de base nas exportações em 2013–14 devido à melhor cobertura dos dados. Os rácios VA da dívida externa/receitas e VA da dívida PGP/PIB sofreram um forte aumento em 2015 em parte devido à depreciação nominal da moeda nacional frente ao dólar, que somou 21% desde 2013. Tais rácios permanecem acima dos limiares até 2020 e 2021. Ao contrário da ASD anterior, todos os indicadores do serviço da dívida (rácios entre o serviço da dívida e as exportações e o serviço da dívida e as receitas) permanecem abaixo dos limiares durante todo o horizonte de previsão. Todos os indicadores exibem melhorias ao longo do tempo, como resultado do crescimento, da consolidação orçamental, da menor acumulação de dívida e do aumento da base de exportação.

6. As contas externas devem melhorar através de uma combinação de melhoria na competitividade e menor absorção interna para manter a dívida numa trajetória sustentável. Eventuais derrapagens — por exemplo, pressupor que o défice da balança corrente excluindo juros e que o IDE permaneçam nos seus níveis históricos — pioraria drasticamente a trajetória da dívida em relação ao cenário de base (Figura 1, linha vermelha pontuada).

B. Análise de Sensibilidade

7. Os testes de stress mostram que a vulnerabilidade mais acentuada para a sustentabilidade da dívida estende o período de ultrapassagem dos limiares em alguns anos além daqueles observados no cenário de base (Figura 1, linhas negras sólidas).⁶ Os indicadores da solvência são mais vulneráveis aos choques nos fluxos não geradores de dívida, enquanto os indicadores de liquidez são mais vulneráveis aos choques nas exportações e aos choques de depreciação pontual. Isto salienta a necessidade de limitar o endividamento futuro, preservar a credibilidade da paridade cambial fixa e manter as reservas internacionais em níveis prudentes. Uma depreciação pontual provocaria uma alteração significativa do VA da dívida, resultando na

⁵ A qualidade das políticas e instituições de São Tomé e Príncipe no período 2011–13, segundo a média do índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais, recebeu notação de 3,05 (fraco desempenho). Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são: 30% para o rácio VAL da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

⁶ Na ASD anterior, o país era mais vulnerável a um choque de depreciação pontual de 30%.

ultrapassagem dos limiares de cada um dos indicadores por períodos adicionais além daqueles observados no cenário de base. Os resultados do teste de stress do rácio dívida/exportações estendem em mais 4 anos o período de ultrapassagem do limiar. Os indicadores do serviço da dívida nunca ultrapassam os seus respetivos limiares nos testes de stress.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

8. Os indicadores da dívida pública pioraram em comparação à ASD anterior, mas isso não altera fundamentalmente a avaliação da sustentabilidade da dívida de São Tomé e Príncipe (Figura 2, linha azul clara sólida). O indicador VA da dívida/PIB ultrapassa o limiar nos dois primeiros anos das projeções, para em seguida registar melhorias rápidas e sustentáveis conforme ilustrado no cenário de base. Contudo, a dinâmica da dívida parece insustentável em dois cenários alternativos. Os indicadores da dívida continuam a subir durante todo o período de projeção nos cenários de crescimento do PIB real e saldo primário se manterem às médias históricas (Figura 2, linha cinza pontilhada) ou de saldo primário inalterado do seu nível em 2015 (Figura 2, linha vermelha tracejada). Tais choques salientam a importância de prudência orçamental permanente para garantir a sustentabilidade da dívida e de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e, assim, apoiar o crescimento suportado pelo sector privado. A dívida pública é mais sensível ao teste-limite sobre o saldo primário, em 2016–17, fixado à média histórica menos um desvio-padrão. O rácio serviço da dívida pública/receitas é mais sensível a um choque de depreciação pontual de 30% da dobra.

QUALIFICAÇÃO DO SOBRE-ENDIVIDAMENTO E CONCLUSÕES

9. São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobre-endividamento.

Contudo, o país está em condições de cumprir as suas obrigações correntes e, embora as projeções indiquem que alguns indicadores da dívida externa permanecerão acima dos seus respetivos limiares, eles apresentam uma tendência claramente descendente no longo prazo. A atual avaliação mostra uma dinâmica da dívida mais favorável em comparação à ASD anterior, em parte devido ao declínio do endividamento futuro. O rácio VA da dívida/exportações regista uma melhoria expressiva devido à revisão em alta das exportações. Nesse contexto, a ASD sublinha a necessidade das seguintes medidas para atenuar os riscos:

- Empenho contínuo na manutenção da paridade cambial fixa e de um nível suficiente de reservas internacionais para reforçar a confiança em face da diminuição das perspectivas petrolíferas;
- Manter a prudência orçamental ao reforçar a mobilização de receitas e o controlo sobre as despesas;
- Acelerar as reformas para a melhoria do desempenho das políticas e instituições de modo a alargar o potencial de crescimento do país;

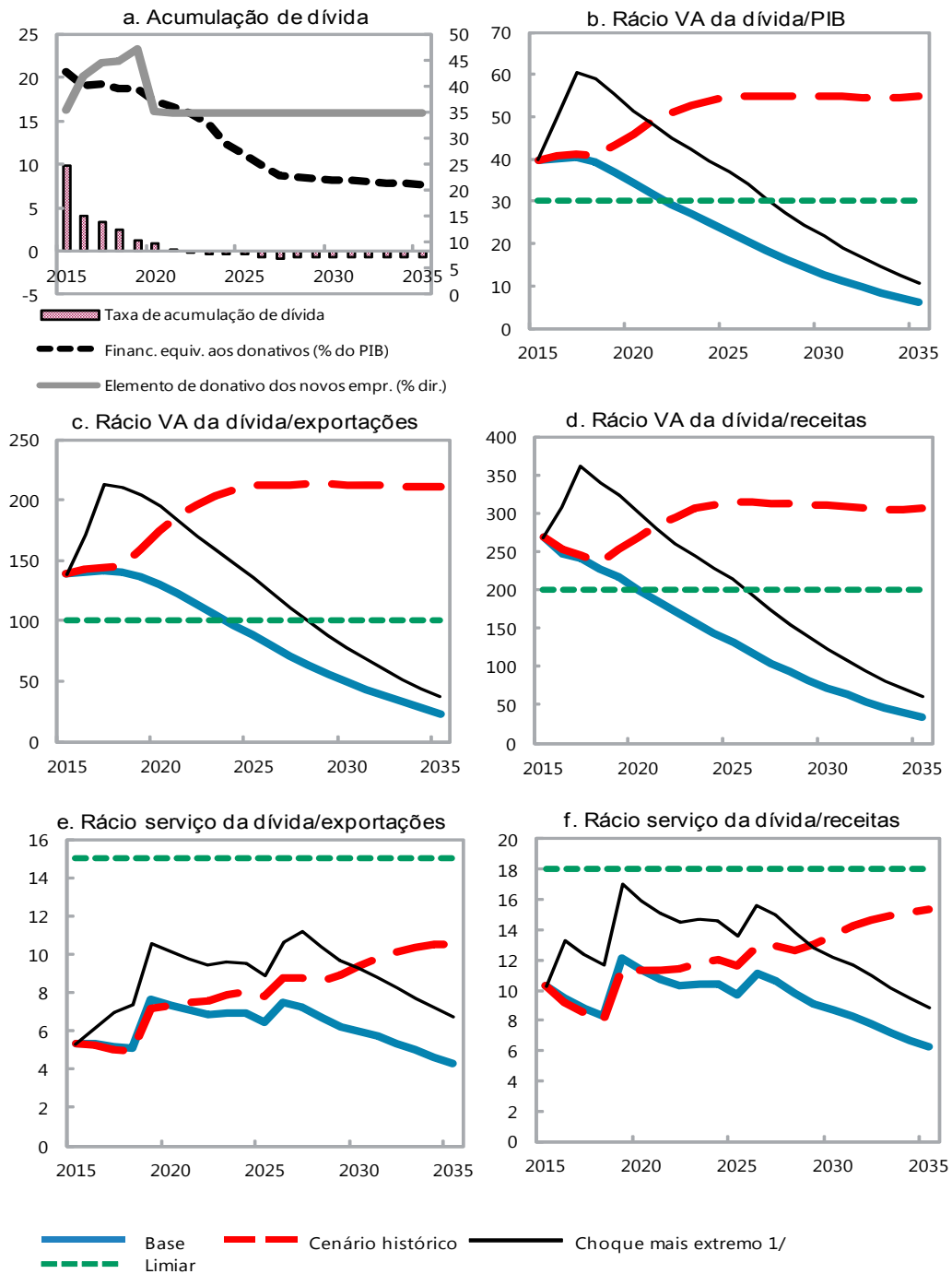
- Garantir condições de financiamento favoráveis em forma de donativos ou empréstimos em condições altamente concessionais; e
- Formular e implementar uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios e atrair investimentos privados tendentes a alargar a base exportadora.

10. Os maiores riscos à sustentabilidade da dívida externa provêm de choques cambiais, das exportações e do saldo primário. A sustentabilidade da dívida poderia deteriorar se um período prolongado de crescimento mais baixo na Europa reduzir consideravelmente as exportações, o turismo e os fluxos de IDE. Os riscos parecem ser administráveis no médio prazo caso as autoridades consigam avançar com ajustamento orçamental planeado nos próximos anos e salvaguardar as reservas internacionais. Estas vulnerabilidades também salientam a importância de políticas macroeconómicas sólidas para realizar o potencial de crescimento do país numa base sustentada. A criação de um bom sistema de gestão da dívida pública, assente numa estratégia de médio prazo para a gestão da dívida e num quadro orçamental de médio prazo, será essencial para guiar as futuras decisões em matéria de financiamento do desenvolvimento. Adicionalmente, no que respeita ao plano de investimento público, deve-se dar prioridade aos projetos que contribuam para o alto crescimento, a geração de empregos e as exportações, para ajudar a garantir a capacidade do serviço da dívida no futuro.

11. A ASD foi apresentada às autoridades e foi bem recebida de modo geral.

As autoridades ficaram especialmente satisfeitas em ver que os resultados da ASD suportam a redução do limiar de concessionalidade, de 50% para 35% (ver Figura 4) e expressaram sua preocupação com a falta de espaço para captar empréstimos para fins de investimento, em vista das restrições ao endividamento em condições não concessionais que resulta da classificação de alto risco de sobre-endividamento.

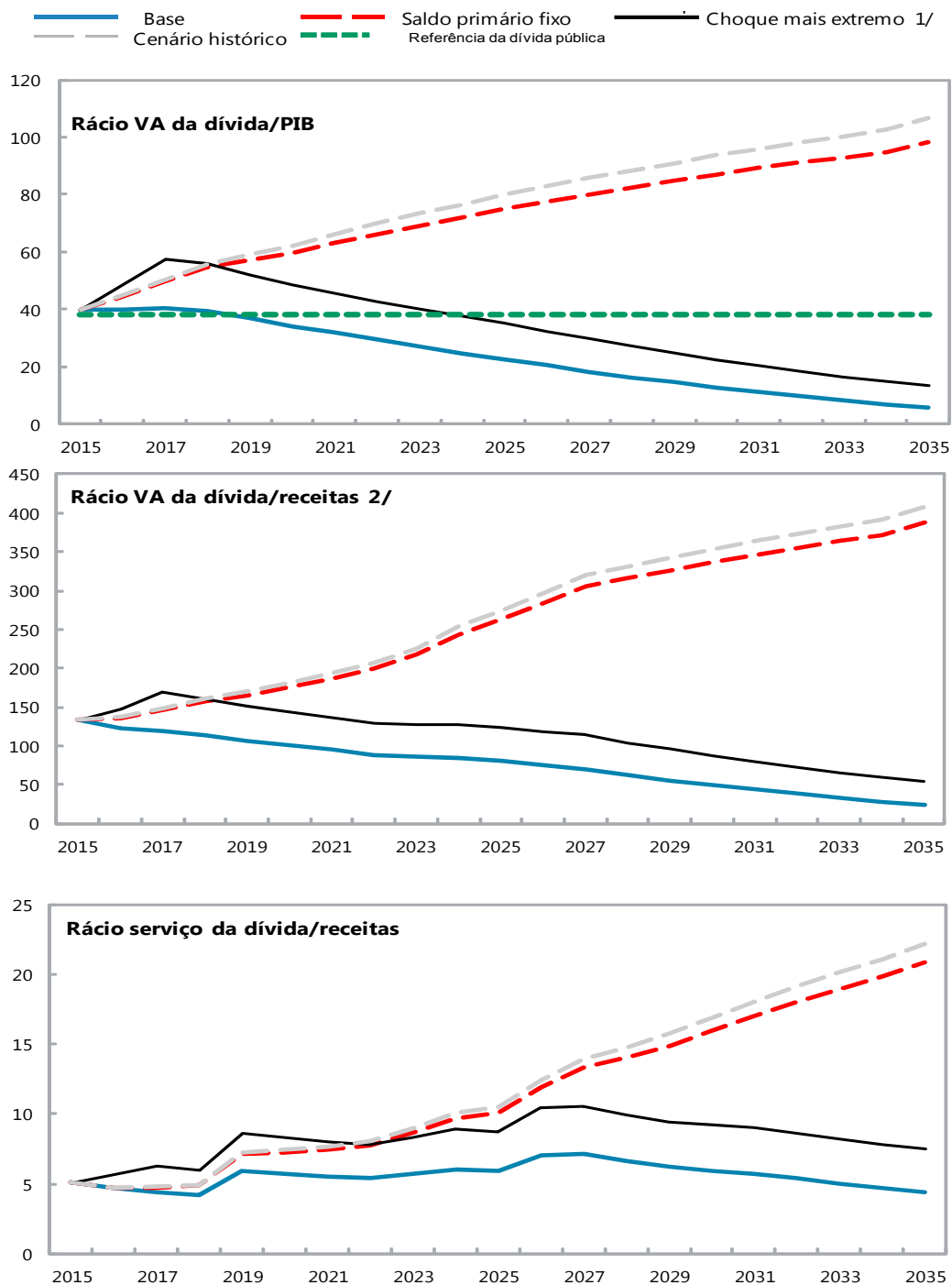
Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2015–2035 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/O teste de stress mais extremo é o que produz o maior rácio em ou antes de 2025. Em b. corresponde ao choque de fluxos não geradores de dívida; em c. ao choque de exportações; em d. ao choque de fluxos não geradores de dívida; em e. ao choque de exportações e em f. ao choque de depreciação pontual.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2015–2035 1/

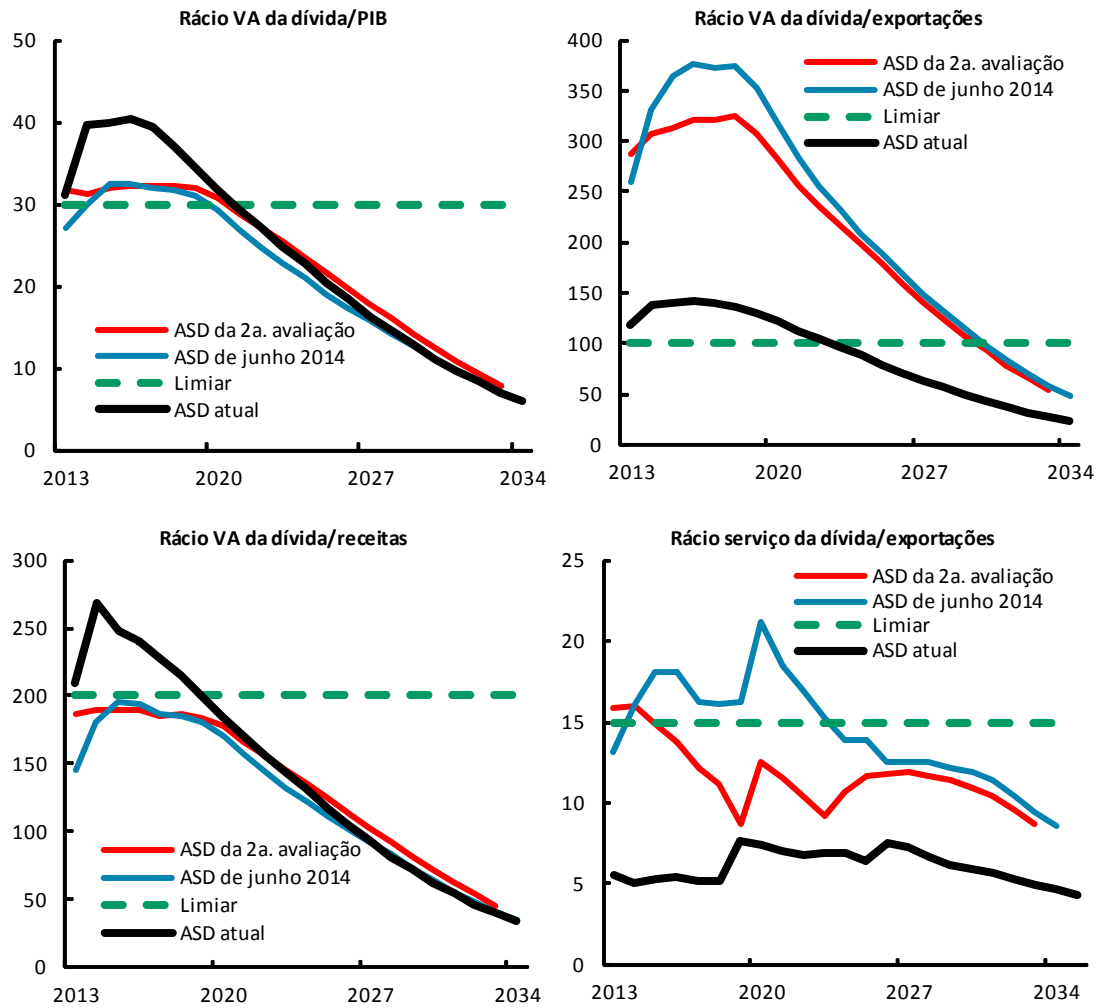


Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2025.

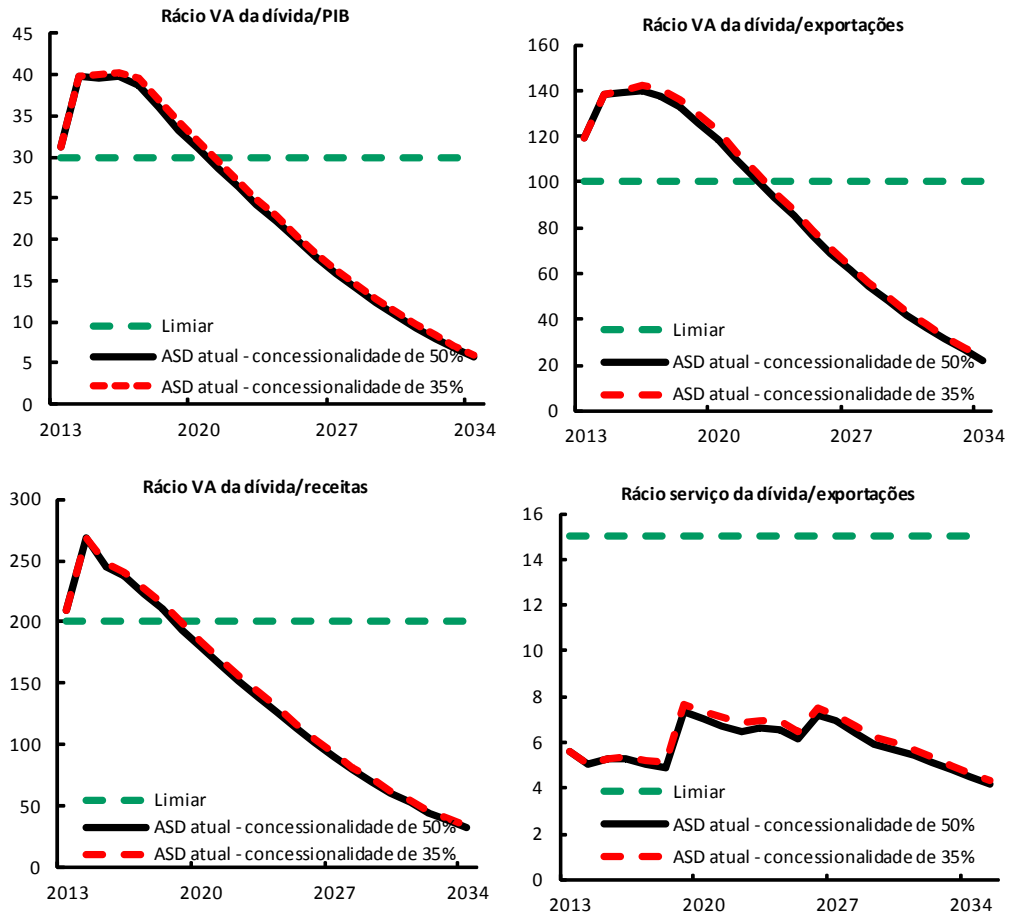
2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Comparação dos Indicadores dos Rácios da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Comparação dos Indicadores dos Rácios da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, Concessionalidade de 50% x 35%



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2012–2035 1/
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média histórica ^{6/}	Desvio padrão ^{6/}	Projeções						Média 2015-2020	2025	2035	Média 2021-2035
	2012	2013	2014			2015	2016	2017	2018	2019	2020				
Dívida externa (nominal) 1/	67,8	61,8	68,5			79,6	77,7	76,8	73,5	68,0	62,0		39,0	12,0	
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	67,8	61,8	68,5			79,6	77,7	76,8	73,5	68,0	62,0		39,0	12,0	
Variação da dívida externa	-1,8	-6,0	6,7			11,1	-1,8	-1,0	-3,2	-5,6	-6,0		-4,0	-1,5	
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	11,3	10,4	14,8			3,8	4,9	4,6	4,2	-1,7	-2,6		-0,6	1,1	
Défice da conta corrente, excl. juros	20,9	23,1	27,2	25,0	4,5	11,7	14,3	15,5	16,2	11,8	10,7		11,5	12,1	11,7
Déficit da balança de bens e serviços	39,8	47,3	45,2			39,2	43,2	44,6	45,2	40,7	38,3		32,6	29,6	
Exportações	12,7	16,1	26,2			28,7	28,5	28,4	28,1	27,1	26,4		25,9	26,0	
Importações	52,5	63,4	71,4			67,9	71,7	73,0	73,3	67,8	64,7		58,5	55,7	
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-20,3	-23,0	-15,8	-18,7	3,2	-24,3	-25,6	-26,0	-26,0	-26,1	-25,1		-19,2	-16,5	-18,6
<i>d/q: oficiais</i>	-18,4	-14,9	-8,9			-16,0	-17,5	-17,9	-18,0	-18,2	-17,3		-11,1	-7,6	
Outros fluxos de transações correntes (negativo = ing. liq.)	1,4	-1,2	-2,2			-3,3	-3,2	-3,1	-3,0	-2,8	-2,6		-1,9	-1,0	
IDE líquido (negativo = ingresso)	-8,3	-3,4	-6,5	-14,5	12,6	-5,1	-6,5	-7,8	-8,9	-10,3	-10,3		-10,3	-10,4	-10,3
Dinâmica endógena da dívida 2/	-1,2	-9,2	-6,0			-2,7	-2,9	-3,1	-3,1	-3,2	-3,0		-1,8	-0,6	
Contributo da taxa de juro nominal	0,4	0,4	0,5			0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7		0,4	0,1	
Contributo do crescimento do PIB real	-3,1	-2,3	-2,5			-3,6	-3,8	-4,0	-3,9	-4,0	-3,7		-2,2	-0,7	
Contributo das variações cambiais e de preços	1,4	-7,3	-3,9			
Resíduo (3-4) 3/	-13,1	-16,4	-8,1			7,3	-6,8	-5,6	-7,4	-3,9	-3,4		-3,4	-2,6	
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
VA da dívida externa 4/	31,2			39,7	39,9	40,3	39,5	36,9	34,2		22,8	6,1	
Em percentagem das exportações	119,4			138,4	140,1	141,9	140,6	136,2	129,7		88,0	23,3	
VA da dívida externa PGP	31,2			39,7	39,9	40,3	39,5	36,9	34,2		22,8	6,1	
Em percentagem das exportações	119,4			138,4	140,1	141,9	140,6	136,2	129,7		88,0	23,3	
Em percentagem da receita pública	209,3			267,8	247,4	240,8	227,2	216,1	199,4		131,1	33,9	
Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)	7,3	5,6	5,0			5,3	5,4	5,2	5,1	7,6	7,3		6,5	4,3	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)	7,3	5,6	5,0			5,3	5,4	5,2	5,1	7,6	7,3		6,5	4,3	
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)	6,2	4,9	8,8			10,3	9,5	8,8	8,3	12,1	11,3		9,6	6,3	
Total da necessidade bruta de financiamento (mil milhões de USD)	0,0	0,1	0,1			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	22,7	29,1	20,6			0,6	16,2	16,5	19,4	17,3	16,6		15,5	13,5	
Principais pressupostos macroeconómicos															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	4,5	4,0	4,5	5,1	2,4	5,0	5,2	5,5	5,5	6,0	6,0	5,5	5,5	5,5	5,6
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-2,0	12,0	6,8	6,9	8,2	-8,2	4,0	1,6	2,5	3,6	4,1	1,3	1,7	0,7	1,7
Taxa de juro efetiva (em percentagem) 5/	0,6	0,6	0,9	0,5	0,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,0	1,1
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	12,5	48,0	80,8	21,8	27,0	5,8	8,5	6,9	6,9	5,9	7,4	6,9	7,2	7,2	7,3
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	-7,3	40,8	25,7	17,0	20,5	-8,3	15,5	9,1	8,5	1,6	5,4	5,3	5,8	6,6	6,3
Elemento concessional do novo endivid. do sector público (%)	35,4	41,9	44,4	44,8	47,2	35,3	41,5	34,9	34,9	34,9
Receita pública (excl. donativos, percentagem do PIB)	15,0	18,3	14,9			14,8	16,1	16,7	17,4	17,1	17,1		17,4	17,9	17,6
Fluxos da ajuda financeira (em mil milhões de USD) 7/	0,1	0,1	0,1			0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	
<i>d/q: Donativos</i>	0,0	0,0	0,0			0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	
<i>d/q: Empréstimos concessionais</i>	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Financiamento equivalente aos donativos (% do PIB) 8/			20,6	19,0	19,3	18,7	18,7	17,3		11,2	7,6	10,3
Financiamento equivalente aos donativos (% do financ. externo) 8/			67,2	85,0	87,6	91,5	93,6	94,3		98,8	98,3	98,5
<i>Por memória:</i>															
PIB nominal (mil milhões de USD)	0,3	0,3	0,338			0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5		0,7	1,4	
Crescimento do PIB nominal em USD	2,4	16,5	11,6			-3,6	9,4	7,2	8,1	9,8	10,3	6,9	7,3	6,2	7,4
VA da dívida externa PGP (em mil milhões de USD)	0,1			0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2		0,2	0,1	
(VAT-VAT-1)/PIBt-1 (em percentagem)			9,8	4,0	3,3	2,4	1,1	0,9	3,6	-0,4	-0,7	-0,6
Remessas brutas de trabalhadores (em mil milhões de USD)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,1	0,1	
VA da dívida externa PGP (% do PIB + remessas)	29,2			36,7	36,9	37,3	36,5	34,2	31,7		21,1	5,6	
VA da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	94,5			107,5	108,8	110,5	109,4	105,4	100,1		67,1	17,3	
Serviço da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	4,0			4,1	4,2	4,1	4,0	5,9	5,7		4,9	3,2	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa pública, com garantia pública e do sector privado.

2/ Derivado como $(r - g - \rho(1+g))/(1+g+\rho+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de juro nominal; g = a taxa de crescimento do PIB real e ρ = a taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos ativos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projeções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via direta e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2015–2035 1/ (Percentagem)

	Projeções							2035
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	40	40	40	39	37	34	23	6
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2015-2035 1/	40	41	41	41	43	46	55	55
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2015-2035 2/	40	42	43	43	41	39	27	10
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	40	41	43	42	39	36	24	6
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 3/	40	42	47	46	43	40	27	8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	40	42	44	43	40	37	25	6
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 4/	40	50	60	59	55	52	37	11
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	40	46	52	51	48	45	31	9
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	40	56	57	56	52	48	32	8
Rácio VA da dívida/exportações								
Base	138	140	142	141	136	130	88	23
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2015-2035 1/	138	143	145	145	159	174	212	211
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2015-2035 2/	138	146	152	153	151	146	103	38
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	138	141	143	141	137	131	88	23
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 3/	138	170	213	210	204	195	136	37
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	138	141	143	141	137	131	88	23
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 4/	138	175	213	210	204	196	143	41
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	138	158	177	175	170	163	115	32
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	138	141	143	141	137	131	88	23
Rácio VA da dívida/receitas								
Base	268	247	241	227	216	199	131	34
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2015-2035 1/	268	252	245	235	253	268	315	307
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2015-2035 2/	268	257	258	248	240	225	153	55
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	268	255	255	240	229	212	137	35
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 3/	268	263	280	264	252	233	157	42
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	268	262	262	247	236	218	141	36
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 4/	268	308	361	339	324	301	213	60
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	268	286	313	294	281	260	179	49
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	268	350	340	321	306	283	183	47

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2015–2035 (conclusão) 1/
(Percentagem)

	Projeções							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	2035
Rácio serviço da dívida/exportações								
Base	5	5	5	5	8	7	6	4
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2015-2035 1/	5	5	5	5	7	7	8	11
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2015-2035 2/	5	5	5	5	8	7	7	3
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	5	5	5	5	8	7	6	4
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 3/	5	6	7	7	11	10	9	7
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	5	5	5	5	8	7	6	4
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 4/	5	5	6	7	9	9	8	7
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	5	5	6	6	8	8	7	6
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	5	5	5	5	8	7	6	4
Rácio serviço da dívida/receitas								
Base	10	9	9	8	12	11	10	6
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2015-2035 1/	10	9	8	8	11	11	12	15
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2015-2035 2/	10	9	8	8	12	11	10	5
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	10	10	9	9	13	12	10	7
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 3/	10	9	9	9	13	12	10	8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	10	10	10	9	13	12	10	7
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017 4/	10	9	10	11	15	14	12	10
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	10	10	10	10	14	13	11	9
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	10	13	12	12	17	16	14	9
<i>Por memória:</i>								
Elemento concessional presumido sobre o financiamento residual (ou seja, o fin. necessário acima do cenário de base) 6/	35	35	35	35	35	35	35	35
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.								
1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros como % do PIB e os fluxos não geradores de dívida.								
2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empr. seja 2 p.p. superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.								
3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).								
4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.								
5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.								
6/ Aplica-se a todos os cenários de stress, exceto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.								

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de Base, 2012–2035
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média	s/	Desvio padrão	s/	Estimado					Projeções			
	2012	2013	2014					2015	2016	2017	2018	2019	2020	Média 2015-20	2025	2035
Dívida do sector público 1/	67,8	61,8	68,5					79,6	77,7	76,8	73,5	68,0	62,0		39,0	12,0
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	67,8	61,8	68,5					79,6	77,7	76,8	73,5	68,0	62,0		39,0	12,0
Variação da dívida do sector público	-1,8	-6,0	6,7					11,1	-1,8	-1,0	-3,2	-5,6	-6,0		-4,0	-1,5
Fluxos geradores de dívida identificados	4,0	-9,9	7,1					7,0	-3,5	-2,2	-4,5	-5,6	-5,5		-2,8	-0,5
Défice primário	11,9	0,0	5,7	10,4		5,6		9,9	2,6	2,2	0,4	0,3	0,2	2,6	-0,3	0,0
Receita e donativos	32,7	31,2	25,3					29,9	32,7	33,9	34,7	34,6	33,9		28,5	25,4
<i>d/q: donativos</i>	17,7	12,9	10,3					15,1	16,6	17,1	17,3	17,6	16,7		11,1	7,6
Despesas primárias (excl. juros)	44,6	31,2	31,0					39,8	35,3	36,0	35,1	34,9	34,0		28,2	25,4
Dinâmica automática da dívida	-7,8	-9,9	1,4					-2,9	-6,1	-4,4	-4,9	-5,9	-5,6		-2,5	-0,5
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-3,8	-3,2	-3,1					-3,6	-4,3	-4,9	-4,7	-4,8	-4,4		-2,7	-0,8
<i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	-0,8	-0,6	-0,4					-0,3	-0,4	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6		-0,4	-0,1
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	-3,0	-2,6	-2,7					-3,3	-3,9	-4,1	-4,0	-4,2	-3,8		-2,2	-0,7
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-4,0	-6,7	4,5					0,7	-1,8	0,5	-0,2	-1,1	-1,2	
Outros fluxos geradores de dívida identificados	0,0	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Receita de privatizações (negativa)	0,0	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0,0	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Alívio da dívida (HIPCC e outros)	0,0	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Resíduo, incl. variação dos ativos	-5,8	3,9	-0,5					4,1	1,7	1,2	1,3	0,1	-0,5		-1,1	-0,9
Outros indicadores de sustentabilidade																
VA da dívida do sector público	31,2					39,7	39,9	40,3	39,5	36,9	34,2		22,8	6,1
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	31,2					39,7	39,9	40,3	39,5	36,9	34,2		22,8	6,1
<i>d/q: externa</i>	31,2					39,7	39,9	40,3	39,5	36,9	34,2		22,8	6,1
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do sector público)
Necessidade bruta de financiamento 2/	12,8	0,9	7,0					11,4	4,1	3,6	1,9	2,3	2,1		1,3	1,1
Rácio VA da dívida do sector público/receitas e donativos (em %)	123,6					132,7	121,8	119,0	113,8	106,5	101,0		79,9	23,8
Rácio VA da dívida do sector público/receitas (em %)	209,3					267,8	247,4	240,8	227,2	216,1	199,4		131,1	33,9
<i>d/q: externa 3/</i>	209,3					267,8	247,4	240,8	227,2	216,1	199,4		131,1	33,9
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	2,8	2,9	5,2					5,1	4,7	4,4	4,1	6,0	5,7		5,9	4,4
Rácio serviço da dívida/receitas (em %) 4/	6,2	4,9	8,8					10,3	9,5	8,8	8,3	12,1	11,3		9,6	6,3
Défice primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	13,7	6,0	-1,0					-1,2	4,4	3,1	3,6	5,8	6,1		3,6	1,5
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais																
Crescimento do PIB real (em %)	4,5	4,0	4,5	5,1		2,4		5,0	5,2	5,5	5,5	6,0	6,0	5,5	5,5	5,5
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	0,6	0,6	0,9	0,5		0,2		1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,0
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-6,1	-10,4	7,7	-3,5		7,0	
Taxa de inflação (deflator do PIB, em %)	6,0	8,4	6,9	13,7		7,6		9,5	3,3	0,4	1,3	2,5	2,5	3,2	2,7	2,7
Cresc. da desp. prim. real (deflacionado pelo deflator do PIB, em %)	-2,4	-27,2	3,7	-2,5		8,8		35,1	-6,7	7,6	2,8	5,4	3,4	7,9	1,5	5,3
Elemento concessional do novo endividamento externo (em %)		35,4	41,9	44,4	44,8	47,2	35,3	41,5	34,9	34,9

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa pública, com garantia pública e do sector privado.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2015–2035

	Projeções							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	2035
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	40	40	40	39	37	34	23	6
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	40	45	51	56	59	62	80	106
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2015	40	45	50	55	57	60	75	98
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	40	40	41	40	38	36	27	17
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	40	41	43	43	41	38	29	15
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	40	48	57	56	52	49	35	14
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	40	47	55	54	51	48	35	17
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2016	40	55	54	52	48	45	32	12
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2016	40	46	46	45	42	39	27	9
Rácio VA da dívida/receitas 2/								
Base	133	122	119	114	106	101	80	24
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	133	137	149	160	169	181	275	407
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2015	133	136	147	157	165	176	264	387
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	133	122	120	116	109	105	92	65
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	133	124	124	121	114	110	98	57
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	133	148	169	161	151	144	123	54
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	133	143	160	153	145	139	123	65
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2016	133	168	160	151	140	132	112	48
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2016	133	141	137	131	123	117	96	35
Rácio serviço da dívida/receitas 2/								
Base	5	5	4	4	6	6	6	4
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	5	5	5	5	7	7	11	22
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2015	5	5	5	5	7	7	10	21
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	5	5	4	4	6	6	6	6
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	5	5	4	4	6	6	6	6
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2016-2017	5	5	5	5	7	7	7	7
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	5	5	5	5	7	7	7	7
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2016	5	6	6	6	9	8	9	7
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2016	5	5	5	5	6	6	6	5

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projeção.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PEDIDO DE ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E CANCELAMENTO DO ATUAL ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANEXO INFORMATIVO

24 de junho 2015

Elaborado por:

Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	6
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	8
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	10

RELAÇÕES COM O FMI

(em 30 de abril de 2015)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:

	Milhões de DSE	% da quota
Quota	7,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	7,40	100,05
Posição na tranche de reservas	0,00	0,00

Departamento de DSE:

	Milhões de DSE	% da afetação
Afetação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,21	3,02

Saldo de compras e empréstimos:

	Milhões de DSE	% da quota
Acordos ECF	2,96	40,00

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF ¹	20/07/2012	19/07/2015	2,59	1,11
ECF ¹	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74
ECF ¹	01/08/2005	31/07/2008	2,96	2,96

¹Antigo PRGF.

Projeção dos pagamentos ao FMI¹

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital	0,37	0,61	0,44	0,39	0,33
Comissões/juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Total	0,37	0,62	0,45	0,39	0,34

¹Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros	0,04
Total dos desembolsos	0,87

¹ A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

² No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) 1/	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

Data da prestação	Dívida habilitada		
	GRA	PRGT	Total
Março de 2007	N/A	1,05	1,05
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38

^{1/} A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliação das salvaguardas:

Uma atualização da avaliação das salvaguardas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) foi concluída em maio de 2013. Constatou-se que o BCSTP enfrenta graves restrições em matéria de capacidades e não dispõe de supervisão independente. Os exames de auditoria externa conduzidos por firmas de auditoria de renome continuam a servir como um mecanismo essencial de salvaguarda, e a avaliação recomendou o reforço da coordenação da auditoria pela administração superior do BCSTP para assegurar a aplicação imediata de medidas corretivas para sanar os problemas detetados durante a auditoria. O fortalecimento da função de auditoria interna e a implementação de políticas formais de investimento também figuram entre as recomendações. O BCSTP tomou medidas de seguimento para corrigir as falhas na auditoria interna, nas diretrizes sobre a gestão da carteira de activos financeiros e na auditoria das contas de 2014 por um auditor externo.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como regime convencional de paridade fixa ao euro. Desde janeiro de 2010, São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro, à taxa de Db 24.500 por euro. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão sobre a venda de divisas não pode ser superior a 2% no caso do euro e 4% no caso das outras moedas. As compras de euros devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. A taxa oficial cruzada entre o euro e o dólar baseia-se na taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) no dia anterior. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito às instituições que apresentam uma posição líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição líquida em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os regulamentos do banco central sobre liquidez bancária e adequação dos fundos próprios. As instituições financeiras terão acesso às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens e serviços em períodos de crise ou na importação de combustíveis. Os bancos comerciais que cumprirem esses requisitos podem comprar divisas diretamente ao banco central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre as vendas de euros e de até 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras. O atual regime cambial eliminou efetivamente a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes taxas de câmbio para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei N.º 7/2008), que condicionam a transferência desses lucros ao pagamento dos impostos e outras obrigações devidas ao Estado. A restrição refere-se ao facto de que a exigência estende-se ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

O Conselho de Administração concluiu as últimas consultas com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 13 de dezembro de 2013.

Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhum.

Representante residente:

Desde outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência Técnica:

Data da prestação	Departamento/finalidade
Abril de 2015	Missão do FAD sobre cenários de médio prazo
Março de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Março de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2014	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Setembro de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Abril de 2014	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Março de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Fevereiro de 2014	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Dezembro de 2013	Visita de curto prazo de um perito do FAD em contabilidade pública
Novembro de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2013	Missão do FAD sobre administração da receita
Agosto de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Março de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2013	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Janeiro de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Novembro de 2012	Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo
Novembro de 2012	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Novembro de 2012	Missão de seguimento do LEG sobre CBC/FT
Outubro de 2012	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Outubro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre as alfândegas

Data da prestação	Departamento/finalidade
Outubro de 2012	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2012	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Julho de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Abril de 2012	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2012	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2012	Missão do STA sobre a balança de pagamentos
Fevereiro de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Fevereiro de 2012	Missão do FAD sobre implementação do SAFE-e
Janeiro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre administração fiscal
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre avaliação das necessidades de AT
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Novembro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Outubro de 2011	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Agosto de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Junho de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Junho de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Janeiro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2010	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Agosto/setembro de 2010	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Dezembro de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2009	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Maio de 2009	Missão do FAD sobre gestão financeira pública

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano Executivo de Ação Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(Em maio de 2015)

1. As equipas do FMI e do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe mantêm reuniões regulares para discutir os seus respetivos programas de trabalho e as reformas estruturais macrocríticas para o país. As equipas de ambas as instituições reuniram-se no contexto dos

preparativos para o novo programa ECF para discutir as políticas e o financiamento durante a vigência do programa em perspectiva, entre 2015 e 2018.

2. O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado por uma Estratégia de Assistência ao País (CAS) para os exercícios de 2014 a 2018, aprovada em 2014, a qual incide sobre o apoio ao crescimento e à criação de empregos no contexto de duas linhas gerais: estabilidade macroeconómica e competitividade nacional, e redução da vulnerabilidade e desenvolvimento da capacidade humana. As questões de género, parcerias e capacitação inserem-se em todas as áreas propostas de atuação. Um relatório de Avaliação do Desempenho e da Gestão da Dívida (DeMPA) foi concluído em outubro de 2011, e um plano de reformas para aperfeiçoar a gestão da dívida, em complemento ao DeMPA, foi concluído em março de 2012.
3. O programa de trabalho do FMI prevê a discussão no Conselho de Administração da segunda avaliação do acordo trienal ao abrigo da ECF, juntamente com as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV; uma visita do corpo técnico em fevereiro de 2015, uma missão em abril de 2015 para negociar um novo programa apoiado pela ECF e a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, administração da receita, estatísticas, gestão de liquidez monetária e supervisão bancária.
4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar São Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram em conjunto uma atualização da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2014, e uma nova atualização foi concluída recentemente para acompanhar o pedido de um novo programa apoiado pela ECF.

Programa de trabalho para o período 2015–16			
<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Data prevista de conclusão</i>
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de recuperação do sector energético de STP • Governação económica e competitividade II DPO • ITIE • Sector financeiro • Ambiente de negócios • Apoio à colaboração sul-sul 	N.D. Julho de 2015 N.D. N.D. N.D. N.D.	EF 2016 EF 2016 EF 2015 N.D. N.D. EF 2016

Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira avaliação do acordo ECF e Artigo IV • Segunda avaliação do acordo ECF • Assistência técnica do STA: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contas nacionais ○ Balança de pagamentos e PII • Assistência técnica do FAD: <ul style="list-style-type: none"> ○ Administração fiscal ○ GFP ○ GFP (SAFE-e e contas públicas) ○ Elaboração do orçamento e prestação de informações financeiras • MCM: <ul style="list-style-type: none"> ○ Planeamento de emergências e gestão de crises ○ Supervisão bancária 	Março de 2016	Maio de 2016
		Setembro de 2016	Novembro de 2016
		Novembro de 2015	
		Junho de 2015	
		Julho de 2015	
		Julho de 2015	
		Outubro de 2015	
		Novembro de 2015	
		Julho de 2015	
		Julho de 2015	
B. Solicitações de contributos para o programa de trabalho			
Solicitações do FMI ao Banco	<ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre as operações do Banco em apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos 	Em apoio ao programa orçamental de 2015–16	Novembro de 2015
Solicitações do Banco ao FMI	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração no fornecimento de um conjunto completo de mapas e quadros macroeconómicos 		Em curso

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em maio de 2015)

1. São Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) em 1976. Até à data, o BAfD financiou 30 operações no país. Este total abrange 24 projetos, alguns deles de apoio institucional, e seis estudos, para um total de compromissos líquidos de UC 113,099 milhões no âmbito do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (98,9%), bem como uma operação especial de apoio de UC 1 milhão no âmbito do Nigeria Trust Fund (NTF). A grande maioria dessas operações (94%) foi financiada através de empréstimos, e os restantes 6% através de donativos.

2. Em 31 de março de 2015, a carteira do BAfD abrangia cinco projetos ativos, para um total de compromissos de UC 13,2 milhões, nomeadamente: o projeto de reabilitação das infraestruturas para a segurança alimentar (PRIASA); o recenseamento geral da população e habitação; o projeto de

apoio à gestão económica e financeira (PAGEF)¹; e a assistência técnica e capacitação para o Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal²; o estudo sobre o programa de abastecimento de água e saneamento rural (Tabela 1). Em junho de 2014, o Banco realizou a sua avaliação do desempenho da carteira de projectos do país. A avaliação concluiu que o desempenho da carteira foi satisfatório, com uma pontuação de 2,16 numa escala de 0 a 3, que é inferior aos 2,18 reportados em 2013. O declínio deveu-se, sobretudo, aos atrasos dos projetos no cumprimento das condições e ao fraco desempenho dos subcontratados locais em concluir as atividades programadas. Durante o período da avaliação, a taxa média de desembolso da carteira foi de 31%, em comparação a 28,8% em 2013. A idade média da carteira ativa é de 2,2 anos, que é inferior aos 2,4 anos registados em 2013. Tal melhoria refere-se sobretudo aos novos projetos aprovados no primeiro trimestre de 2013. Em termos de distribuição sectorial, destaca-se a participação expressiva dos projetos plurissectoriais, que representam 56,8% do valor total da carteira, seguidos pelo sector da agricultura (37,8%) e água e saneamento (5,4%). Não há projetos multinacionais ou do sector privado em curso.

3. O atual envolvimento do BAfD em STP é regido pelo novo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012–2016, aprovado em julho de 2012. O principal objetivo do CSP é preparar as autoridades para a nova era de produção de petróleo e os desafios e riscos que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país. Uma avaliação intercalar da estratégia foi concluída em 2014. Durante o processo de análise, o BAfD e o Governo concordaram em acrescentar um segundo pilar à estratégia, de modo a atender às necessidades do país em termos de desenvolvimento. Por conseguinte, a estratégia do BAfD incide sobre o **Pilar I** – Reforço da Governação; e o **Pilar II** – Promoção da Infraestrutura Agrícola. Ambos os pilares são coerentes com as prioridades das autoridades, bem como com as prioridades do BAfD tal como descritas na estratégia de 2013–2022 para o continente. Mais especificamente, a estratégia busca melhorar a capacidade das principais instituições da administração pública, inclusivamente no que respeita ao desenvolvimento dos recursos humanos, sistemas nacionais e quadros jurídicos e regulamentares de importância estratégica, até ao início da era do petróleo. Para além disso, ajudará a abordar as questões da segurança alimentar, criação de empregos, transformação dos produtos locais e cadeias internacionais de valor.

4. Como parte da sua estratégia e dos seus produtos do conhecimento, o BAfD pretende também desenvolver os seguintes trabalhos económicos e sectoriais: i) estudo da transformação agrícola; ii) estudo do mecanismo nacional de planificação; e iii) estudo sobre o credenciamento do Centro de Investigação Agrícola e Tecnológica (CIAT). O BAfD iniciou ainda os preparativos para a elaboração de uma estratégia para o sector privado de STP. São Tomé e Príncipe alcançou os

¹ O PAGEF foi aprovado em 14 de janeiro de 2013, no contexto do novo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012–2016, e tem como objetivos a melhoria da governação económica e financeira, a planificação estratégica e a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento do sector privado.

² Aprovada em 4 de março de 2013, a assistência conjunta será prestada pelo Departamento Regional Sul (ORSB) e pela Facilidade Africana de Apoio Jurídico, instituída pelo BAfD para prestar aconselhamento jurídico aos países africanos e contribuir para a capacitação neste domínio.

pontos de decisão e de conclusão da Iniciativa HIPC para os países pobres muito endividados em 2000 e 2007, respetivamente. Na sequência, o país qualificou-se para a MDRI, e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em USD 99,56 milhões. A assistência total do BAfD no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI ascendeu a USD 187,92 milhões em alívio da dívida. No final de dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de USD 13,33 milhões no âmbito da HIPC e USD 99 milhões no âmbito da MDRI.

Tabela 1. Projetos em curso do BAfD (Milhões de UC)

Título dos projetos	Facilidade	Compromisso	Taxa de desembolso (%)
PRIASA	Donativo FAfD	5,0	69,5
Estudo sobre o programa de abastecimento de água e saneamento	Fundo RWSSI	0,7	2,6
PAGEF	Donativos FAfD + FSF	7	11,5
Capacitação	ALSF/ORSB	0,2	NA
Recenseamento geral da população e habitação	FSF III	0,5	86,8
Total		13,4	42,6 (média)

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(em abril de 2013)

I. Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão

Geral: Embora os dados económicos sejam apropriados na generalidade para fins de monitoração, os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos têm retardado os esforços no sentido de fortalecer o sistema estatístico.

Contas nacionais: As estatísticas sobre o PIB/PNB são compiladas em base anual e fornecidas aquando das consultas do Artigo IV e das missões de avaliação dos programas. O STA prestou assistência técnica na área de contas nacionais ao Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2005, 2006, 2008, 2009, 2013 e 2014. A fragilidade dos dados de base afeta a qualidade das estimativas das contas nacionais. Uma missão de assistência técnica está programada para novembro de 2015 para ajudar a: i) mudar o ano de base da série do PIB para 2008; ii) melhorar as estimativas rápidas do PIB com base em indicadores de alta frequência; e iii) migrar a série do PIB para uma plataforma estatística aperfeiçoada que melhore a captura da informação de inquéritos e do mercado e que inclua estimativas sobre o sector informa

Em meados de 2011 foi divulgada uma nova série do PIB para o período 2007–10, com ano base 2001. As novas estimativas cobrem: i) o PIB pela óptica da produção a preços correntes e constantes e ii) mapas de classificação transversal por sector industrial. As séries revisadas refletem com mais exatidão os desenvolvimentos económicos recentes. Tal sistema tornou-se a base para a elaboração de estimativas rápidas do PIB assentes no mais recente censo populacional, censo empresarial e sondagem das condições de vida, passando-se a atribuir maior peso aos sectores que apresentaram crescimento mais rápido, tais como comércio, transportes, comunicações e serviços. Ainda que a revisão da série do PIB represente uma melhoria significativa, ainda há várias deficiências. Novas melhorias dependerão dos dados do inquérito ao orçamento familiar concluído recentemente (e não do inquérito às condições de vida), utilizando preços no produtor, e de melhores estimativas da produção agrícola.

Estatísticas de preços no consumidor: Desde 1997 as ponderações do IPC são baseadas num inquérito de três meses aos agregados familiares conduzido em 1995. Foi realizado um inquérito ao orçamento familiar em 2010 e o AFRISTAT auxiliou o INE a alterar o cabaz de produtos e atualizar as ponderações. As atuais sondagens de preços cobrem apenas a capital, mas há planos para utilizar os resultados do inquérito ao orçamento familiar de 2010 para alargar a cobertura para todo o país, desde que o INE tenha recursos para apoiar o trabalho de campo.

Estatísticas das finanças públicas: Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos a projetos financiados por doadores estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida.

As contas públicas de 2010 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas em junho de 2013 (a primeira vez em mais de duas décadas que as contas do Governo foram elaboradas e submetidas). As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2011 e 2012, mas a elaboração destas usando o recurso de contabilidade do SAFE-e está a consumir mais tempo do que inicialmente previsto, o que ressalta a necessidade de mais assistência técnica e capacitação nessa área.

Uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) de outubro de 2004 auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar EFP do governo geral segundo as diretrizes do *GFSM 2001* (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001). A missão preparou quadros de transição entre a classificação nacional do orçamento e as classificações segundo o *GFSM 2001*; tais quadros serão utilizados para compilar as EFP que serão reportadas ao STA e ao AFR, bem como para informar as decisões do Ministério das Finanças. A missão examinou também a classificação das receitas do petróleo nos termos da Lei de Gestão da Receita Petrolífera e fez recomendações sobre a classificação dessas transações. Uma missão de seguimento, em setembro de 2007, verificou que houve alguns progressos em relação às recomendações da missão de 2004. Em especial, em janeiro

de 2007 foi aprovada uma nova lei do orçamento que promoveu melhorias significativas nas classificações nacionais do orçamento. Mais recentemente, as autoridades empreenderam uma revisão de todas as demonstrações financeiras das operações do governo entre 2010 e 2014, e espera-se que as séries das EFP estejam alinhadas até julho. Apesar desses esforços, a tentativa de acelerar os progressos estatísticos esbarra na ausência de um sistema contabilístico apropriado. Missões sucessivas do FAD visando a melhoria da contabilidade pública começaram a tratar dessa questão.

Estatísticas monetárias e financeiras: Missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em dezembro de 2004, abril/maio de 2006, junho de 2007 e setembro de 2010, em resultado das quais melhorou-se a exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos (OSD). O BCSTP transmite regularmente dados mensais ao STA sobre o banco central e as OSD.

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *MFSM* (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras).

Um novo plano de contas para as OSD foi introduzido em janeiro de 2010. A missão de setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correta classificação, sectorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSM*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adotada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. Seguindo as recomendações da missão, o BCSTP empenhou-se em corrigir esses problemas. O banco central já começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas atividades nos últimos anos. O volume de ativos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira. Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. A compilação dessas informações adicionais permitiria ao país começar a realizar exercícios de testes de esforço no futuro próximo.

Estatísticas do sector externo: O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos que são coerentes com a sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (*BPM6*), que foi adotado em 2014. O BCSTP ainda não compila dados sobre a posição de investimento internacional (PII).

A cobertura das transações externas do sector privado não financeiro é fraca. O BCSTP começou recentemente a realizar inquéritos trimestrais para recolher dados da balança de pagamentos e da PII junto ao sector privado e melhorar a abrangência das estatísticas do sector externo (ESE).

Uma missão de abril de 2015 constatou incoerências na classificação das operações da balança de pagamentos e que alguns componentes continuam a ser em grande medida estimados. A missão

recomendou melhorias na coordenação e na partilha de dados entre os órgãos produtores de dados; o reforço do pessoal do BCSTP dedicado à compilação e à recolha de ESE; discussões com a Agência Nacional do Petróleo e a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto sobre a definição de mecanismos para o recebimento de dados regulares sobre os contratos de partilha de produção; o desenvolvimento de novos inquéritos para melhorar a cobertura das ESE; e o desenvolvimento de uma declaração da PII com base no *BPM6*. A missão auxiliou as autoridades na implementação das normas do *BPM6* e elaborou um conjunto de recomendações e um plano de trabalho detalhado para reforçar a capacidade de compilação. As limitações de recursos do BCSTP também impediram o desenvolvimento de dados da posição de investimento internacional.

Uma missão de seguimento está programada para junho de 2015 para analisar os dados recolhidos recentemente junto ao sector do petróleo e gás; auxiliar no desenvolvimento de uma declaração da PII coerente com a conta financeira da balança de pagamentos; identificar as possíveis razões para os números relativos aos erros e omissões líquidos e analisar os resultados, em termos de qualidade e cobertura, dos novos inquéritos conduzidos pelo BCSTP para recolher dados da balança de pagamentos e da PII junto ao sector privado.

As autoridades deram continuidade aos esforços anteriores para fortalecer a gestão de dados da dívida, e uma nova unidade foi criada no final de 2003 no Ministério das Finanças para este fim. O sistema de registo e gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth está a ser posto em operação.

II. Normas e Qualidade dos Dados

O país participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de abril de 2004. Os metadados e planos para melhorias não foram atualizados desde a publicação original dos metadados no Boletim Eletrónico sobre Normas de Difusão (DSBB). No período 2003–09, o país beneficiou de assistência técnica do STA e de outros provedores, em grande medida no âmbito do Projeto do GDDS para os PALOP.

Indicadores mais comuns exigidos para fins de supervisão

(Em 10 de junho de 2015)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Maio 2015	Jun. 2015	D	D	D
Ativos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Maio 2015	Jun. 2015	D	D	D
Reserva/base monetária	Maio 2015	Jun. 2015	D	D	D
Massa monetária	Abril 2015	Jun. 2015	M	M	M
Balanço do banco central	Abril 2015	Jun. 2015	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Abril 2015	Jun. 2015	M	M	M
Taxas de juro ²	Abril 2015	Jun. 2015	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Abril 2015	Jun. 2015	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Março 2015	Abril 2015	T	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Março 2015	Abril 2015	T	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Março 2015	Abril 2015	T	I	T
Balança de transações correntes externas	Março 2015	Abril 2015	A	I	A
Exportações e importações de mercadorias	Março 2015	Abril 2015	M	M	A
PIB/PNB	2012	Jan. 2015	A	I	A
Dívida externa bruta	Março 2015	Abril 2015	T	I	A

¹ Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



Comunicado de Imprensa nº 15/336 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
13 de julho de 2015

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, N.W.
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI aprova acordo trienal de USD 6,2 milhões ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado para a República Democrática de São Tomé e Príncipe

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje um novo acordo trienal para a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), no montante de DSE 4,44 milhões (cerca de USD 6,2 milhões, ou 60% da quota). A aprovação do Conselho permite o desembolso imediato de um montante equivalente a DSE 634.285 (cerca de USD 887.308).

O novo acordo ECF busca apoiar o programa de reformas económicas do governo virado para o fortalecimento das finanças públicas, a redução das vulnerabilidades da balança de pagamentos e a regularização do grande volume de atrasados internos. O programa lança também as bases para o crescimento mais forte e mais inclusivo e servirá para catalisar a assistência bilateral e multilateral.

Ao concluírem-se as discussões, o Sr. Mitsuhiro Furusawa, Subdiretor-Geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, fez o seguinte pronunciamento:

“A economia de São Tomé e Príncipe tornou-se mais robusta nos últimos anos, mas a dívida pública elevada e a pobreza generalizada continuam a representar desafios para as políticas. O crescimento do PIB real começou a acelerar; a inflação manteve-se baixa e as reservas internacionais aumentaram. As perspetivas a médio prazo são favoráveis na generalidade, com um crescimento mais vigoroso liderado pelo aumento do investimento direto estrangeiro relacionado ao turismo e dos projetos financiados por doadores.

O novo programa apoiado pelo FMI visa consolidar a estabilidade macroeconómica e financeira e constitui a base da atual estratégia do governo para a redução da pobreza. A implementação firme do programa será fundamental para reforçar a credibilidade das políticas e catalisar novos financiamentos.

O programa está ancorado na manutenção da dívida numa trajetória sustentável através da consolidação orçamental contínua, aliada à criação de espaço para despesas sociais e que

potenciem o crescimento. Busca também abordar o problema persistente e crescente dos atrasados internos.

A política monetária das autoridades e o regime de câmbio fixo contribuíram para baixar a inflação. Abordar os problemas do excesso de liquidez no sistema bancário reforçará o processo de desinflação e o regime cambial. O fortalecimento da supervisão regulamentar e a melhor fiscalização das normas prudenciais contribuirão para eliminar as fragilidades que ainda restam no sector bancário.

As autoridades tencionam aplicar reformas estruturais abrangentes para aperfeiçoar o mecanismo de fixação dos preços internos dos combustíveis, diversificar e alargar a base de exportação, facilitar o acesso ao crédito e promover o crescimento liderado pelo sector privado.”

Evolução económica recente

O desempenho macroeconómico desde 2012 tem sido positivo, com um crescimento sustentado e a inflação em declínio, mas a pobreza e a dívida permanecem elevadas. O crescimento do PIB acelerou ligeiramente em 2014, para 4,5%, impulsionado pelo aumento do investimento direto estrangeiro, o arranque de novos projetos financiados por doadores e o aumento das receitas do turismo. Com o apoio da paridade cambial com o euro, a inflação atingiu o nível historicamente baixo de 6,4% no final de 2014, e projeta-se que continue a cair em 2015, para 5,2%.

A consolidação orçamental continuou a representar um desafio em 2014, em função do fraco desempenho das receitas e do excesso de despesas no período que antecedeu as eleições parlamentares de outubro de 2014. O défice primário interno, que havia melhorado para 0,8% do PIB em 2013 (abaixo do programado) subiu em flecha para 3,4% do PIB em 2014. Verificou-se também uma acumulação líquida de atrasados internos do governo. O crescimento dos agregados monetários arrefeceu desde 2013, como era esperado. Todavia, o crédito bancário ao sector privado está a contrair desde 2013, com os bancos a enfrentar um grande volume de empréstimos malparados e uma escassez de projetos suscetíveis de obter financiamento bancário.

A posição externa está a melhorar. O défice da balança corrente (excluindo transferências) registou uma melhoria de 1,2% do PIB em 2014 graças às fortes exportações de cacau e ao aumento das receitas do turismo, e as reservas internacionais do Banco Central ascenderam a 3,8 meses de cobertura das importações.

Resumo do Programa

O programa das autoridades para 2015–18 permanece alinhado com a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de 2012 (ENRP II), que será atualizada em 2016.

O programa centra-se na manutenção da dívida em níveis sustentáveis através da continuação da consolidação orçamental, em simultâneo à criação de espaço para despesas de capital que potenciem o crescimento. O programa inclui medidas para: i) abordar o problema crescente dos atrasados internos, que está a impedir a consolidação orçamental; ii) alargar a mobilização de receitas internas e melhorar a gestão das finanças públicas, para criar espaço para o aumento das despesas sociais e de capital; iii) promover reformas do sector financeiro para aperfeiçoar a sua função na facilitação do crescimento liderado pelo sector privado; e iv) introduzir reformas no sector energético e na agricultura, bem como outras reformas específicas destinadas a melhorar o ambiente de negócios e promover o investimento privado para alargar a base de exportação.

As reformas estruturais serão intensificadas progressivamente, ao longo do programa, em sintonia com a capacidade de implementação.

**Declaração do Sr. Yambaye, Director Executivo, e do Sr. Diakite, Conselheiro do
Director Executivo, sobre a República Democrática de São Tomé e Príncipe
Reunião do Conselho de Administração
13 de julho de 2015**

1. Em julho de 2012, o Conselho Administração aprovou um acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), em apoio ao programa de reforma económica do Governo de São Tomé e Príncipe. No primeiro ano e meio do programa, foram obtidos ganhos macroeconómicos importantes. Contudo, em 2014, o programa sofreu uma derrapagem devido a uma série de fatores, nomeadamente as perspetivas reduzidas de produção de petróleo, uma conjuntura externa complexa, atrasos na aplicação de medidas por causa das eleições gerais de outubro de 2014 e a contratação de empréstimos externos com um nível de concessionalidade inferior ao limiar de 50% estabelecido nos termos do programa.

2. Na sequência das eleições gerais, que foram vencidas pelo principal partido de oposição por uma larga maioria, o novo Governo expressou o seu empenhamento em prosseguir as reformas antes iniciadas para abordar os desafios económicos e financeiros que São Tomé e Príncipe enfrenta, colocar a economia numa trajetória de crescimento vigoroso e, em simultâneo, atacar a questão da pobreza.

3. As autoridades consideram que não seria realista esperar a aplicação de medidas corretivas antes do término do atual acordo ECF em julho de 2015. Por conseguinte, decidiram cancelar o acordo ECF vigente e solicitar um novo acordo ECF trienal para apoiar o seu programa de reforma económica a médio prazo. O novo programa apoiado pela ECF deve abordar as prioridades do novo Governo, especialmente nos sectores sociais, bem como consolidar os ganhos já obtidos. Ele terá também um papel crítico na catalisação do apoio da comunidade de doadores.

Evolução económica recente e desempenho ao abrigo do acordo ECF

4. A economia de São Tomé e Príncipe é altamente vulnerável aos desenvolvimentos ao nível da economia mundial. O desempenho macroeconómico tem sido positivo desde 2012, porém não foi forte e diversificado o suficiente para melhorar as perspetivas económicas e reduzir a pobreza de forma significativa. O PIB real cresceu em média 4,5% entre 2012 e 2014, mas foi menor do que o previsto no programa ECF em razão da conjuntura externa complexa e das perspetivas menos favoráveis para a produção de petróleo. Contudo, a atividade económica parece estar em aceleração em 2015, impulsionada por um aumento superior ao antecipado do investimento direto estrangeiro, pelo arranque de novos projetos financiados por doadores e pelo melhor desempenho no sector de turismo. Graças à paridade cambial com o euro desde 2010, a inflação registou uma queda significativa, de 16% para 6,5% até março de 2015, a mais baixa taxa de 12 meses registada em duas décadas.

5. Relativamente às contas públicas, as autoridades prosseguiram nos seus esforços para melhorar o défice primário interno, que cifrou-se em 0,8% do PIB em 2013. Em 2014, porém, o défice voltou a subir, para 3,4% do PIB, em função do fraco desempenho das receitas e do excesso de despesas. Não obstante os esforços das autoridades, desde 2012 verifica-se uma acumulação de atrasados do Governo em base líquida. As autoridades estão preocupadas com os atrasados e tomaram medidas para avançar na resolução dos atrasados cruzados entre o Tesouro, a empresa importadora de petróleo e a empresa estatal de eletricidade. Para o efeito, formaram uma equipa ministerial em abril de 2015 para realizar a auditoria e confirmar os créditos dos credores, e elaboraram um plano pormenorizado para regularizar o stock de atrasados nos próximos cinco anos. Tal plano constitui uma medida prévia do novo programa apoiado pela ECF.

6. No sector monetário, o crescimento dos agregados monetários permanece coerente com as exigências para a manutenção da paridade cambial. Após ter registado forte expansão em 2010–12, o crédito bancário ao sector privado começou a contrair em 2013, como resultado do sobre-endividamento das empresas e famílias, do aumento dos empréstimos malparados e da ausência de projetos suscetíveis de obter financiamento bancário.

7. Em linha com a atividade económica mais fraca, o défice da conta corrente externa caiu para 30,3% do PIB em 2012–14, mas o défice da balança comercial manteve-se próximo dos 37,4%, a despeito do crescimento auspicioso das exportações de cacau. As reservas internacionais do Banco Central permaneceram em níveis confortáveis, situando-se em 3,8 meses de cobertura das importações no final de março de 2015.

8. Nos últimos anos, o sector financeiro foi negativamente afetado pela orientação frouxa na concessão de crédito e pela aplicação fraca das normas prudenciais durante a explosão das perspetivas de petróleo entre 2010 e 2012. Os empréstimos malparados subiram para 18% em 2014 e o Banco Central teve de intervir em dois bancos.

9. O desempenho do programa apoiado pelo acordo ECF aprovado em 2012 foi desigual. Foram cumpridas todas as metas quantitativas e critérios de desempenho para 2013, e as duas primeiras avaliações foram concluídas conforme programado; contudo, a implementação do programa sofreu algumas derrapagens e atrasos em 2014, sobretudo em relação às metas orçamentais e reformas estruturais. Acresce que a contratação, em março de 2014, de um empréstimo para financiar projetos de investimento público não cumpriu o nível de concessionalidade exigido no âmbito do programa, o que atrasou as avaliações subsequentes e resultou numa perda de ímpeto.

Agenda de políticas e reformas a médio prazo

10. As autoridades estão empenhadas em prosseguir nos esforços para alcançar a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico sustentável e a redução da pobreza, conforme estipulado na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II), que abrange o período de 2012–16, e no Programa do Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe, aprovado em 2014. A ENRP II será atualizada para que ambos os documentos continuem a servir como referência para as políticas económicas e financeiras para o período 2015–18.

Política orçamental e sustentabilidade da dívida

11. As autoridades continuarão a utilizar um cenário de base não petrolífero cauteloso. O orçamento de 2015 foi elaborado tendo em conta essa preocupação e visa restaurar a essência da orientação orçamental do programa anterior, ao eliminar as derrapagens orçamentais ocorridas em 2014. Nesse sentido, o foco das autoridades será a baixa cobrança de impostos, a elevação dos custos com pessoal e o aumento líquido dos atrasados.

12. A meta para o défice primário será de 2,7% do PIB em 2015, com reduções progressivas até 1,5% em 2018. As autoridades estão cientes de que, para alcançar esses resultados, será preciso promover melhorias na administração tributária e reforçar a mobilização de receitas. Nesse contexto, a meta para as receitas fiscais é de 15% do PIB em 2015, e o Governo procurará elevar tais receitas cumulativamente em 1,5% do PIB, para 16,5% do PIB até 2018. As autoridades adotaram um plano abrangente para resolver o problema dos atrasados cruzados, e a implementação do plano deve também resultar num aumento das receitas aduaneiras cobradas da ENCO, a empresa de importação de combustíveis. Outras medidas previstas para continuar a alargar a base de tributação são o inquérito aos contribuintes, que deve resultar na inclusão de 16 mil novos contribuintes, e a introdução do IVA durante a vigência do programa, para o qual foi solicitada a assistência técnica do FMI.

13. Do lado das despesas, as autoridades tencionam redimensionar os custos com pessoal para a sua média histórica de 8,5% do PIB ao longo da vigência do programa. Para o efeito, pretendem tomar medidas em 2015 que reduzirão os custos com pessoal em 0,3% do PIB em relação a 2014. As despesas com bens e serviços, que foram comprimidas nos últimos anos, serão limitadas a 3,2% do PIB. As autoridades estão empenhadas em fazer progressos nos sectores sociais e, por isso, elevarão e protegerão os gastos sociais ao alinhar o orçamento com os objetivos da ENRP II. Para o efeito, continuarão a aperfeiçoar e modernizar a gestão das finanças públicas, especialmente com a operacionalização do SAFE-e, o sistema de administração da informação.

14. No que respeita ao financiamento, as autoridades tencionam angariar apoio ao orçamento para alargar o investimento público e os programas sociais, no contexto de uma conferência de doadores a ser coorganizada com o PNUD em setembro de 2015. Entretanto, irão fomentar o desenvolvimento do mercado interno de bilhetes do Tesouro, que poderia proporcionar recursos de emergência em caso de atrasos ou insuficiência de financiamento dos doadores.

15. No tocante ao endividamento externo, o Governo continuará a adotar políticas compatíveis com a sustentabilidade da dívida ao implementar o seu programa de investimento público. Os planos das autoridades dão margem à contratação de alguns novos empréstimos em condições concessionais, perfazendo uma média de 6,6% do PIB ao ano durante a vigência do programa e com um elemento de concessionalidade de 35%. Esta alternativa de contratação de empréstimos é coerente com a análise de sustentabilidade da dívida e não altera de maneira significativa a dinâmica da sustentabilidade da dívida. As autoridades reforçarão também a capacidade de gestão da dívida, a qual será essencial para cumprir o objetivo de redução da dívida no âmbito do programa. Nesse sentido, a

estratégia de gestão da dívida a médio prazo está a ser atualizada, para além das melhorias nos relatórios e previsões sobre o serviço da dívida. Os novos empréstimos em perspectiva serão cuidadosamente avaliados em termos do seu impacto sobre a sustentabilidade da dívida antes da contratação dos mesmos.

Política monetária e reformas do sector financeiro

16. As autoridades continuarão a ancorar a sua política monetária à paridade fixa entre a dobra e o euro. Esta orientação de política conseguiu baixar consideravelmente a inflação e manter uma taxa de câmbio estável e um nível apropriado de reservas internacionais. De modo a inverter a redução na oferta de crédito ao sector privado que se verificou no passado, o Banco Central pretende reduzir as reservas mínimas de caixa sobre os depósitos em dobras. O Banco Central introduziu um mercado monetário interbancário e operações de mercado aberto para gerir eficazmente o crescente excesso de liquidez no sistema bancário. Criará também, para o mesmo fim, uma facilidade permanente de depósito.

17. As nossas autoridades estão cientes de que um sector financeiro sólido e mais inclusivo é um elemento indispensável para tornar a economia mais resistente a choques e alcançar o desenvolvimento saudável. Nesse sentido, introduzirão medidas para salvaguardar a estabilidade financeira, com base na análise das causas dos montantes vencidos e empréstimos malparados nos balanços dos bancos. Será formulada uma estratégia pormenorizada para abordar essas questões, com a assistência técnica do FMI.

18. No que respeita ao quadro regulamentar e de supervisão, as autoridades continuarão a centrar-se no reforço do cumprimento das normas prudenciais. Nesse contexto, o Banco Central interveio em janeiro de 2015 num banco que deixou de cumprir os requisitos mínimos e instruiu três outros bancos a aumentar os seus fundos próprios acima do mínimo exigido para operar um banco. Concluiu ainda o processo de inspeção *in situ* de todos os bancos até maio de 2015. As autoridades elaboraram também a proposta da nova Lei de Resolução Bancária, com a assistência do FMI, a qual será submetida à Assembleia Nacional até ao final de setembro de 2015. Até 2016, será também implementado um plano completo para ajudar os bancos a lidar com o volume elevado de empréstimos malparados nos seus balanços.

19. O Banco Central continuará a reforçar a supervisão de todos os bancos comerciais. Uma avaliação pormenorizada do cumprimento dos Princípios Fundamentais de Basileia pelos bancos deverá ser realizada até ao final de dezembro de 2016, para o qual será solicitada assistência técnica do FMI. Ademais, o mandato do Banco Central será reforçado por meio da revisão da Lei do Banco Central e da Lei das Instituições Financeiras, a ser submetida à Assembleia Nacional até ao final de dezembro de 2015.

O ambiente de negócios e o desenvolvimento do sector privado

20. As nossas autoridades reconhecem a necessidade de continuar a melhorar o ambiente de negócios a fim de alargar a base de exportação e diversificar a economia. Buscarão implementar reformas viradas para a maior facilitação do comércio, a simplificação do pagamento de impostos e a redução da burocracia administrativa. As autoridades fizeram

avanços importantes nesse sentido em 2014, ao criar um guiché único para o comércio exterior que apoiará os esforços dos exportadores para aceder aos mercados estrangeiros. Para continuar a aumentar a competitividade externa da economia, formularão e apresentarão à Assembleia Nacional, até ao final de 2016, uma estratégia nacional de diversificação das exportações e um correspondente plano de ação centrado nos sectores em que o país tem maior potencial. A implementação desse plano implicará investimentos expressivos em infraestruturas, nomeadamente no porto, aeroporto, estradas e rede elétrica, para estimular o crescimento e a transformação estrutural da economia. As autoridades continuarão a trabalhar com o FMI e os outros parceiros para criar espaço para os empréstimos em condições não concessionais, sempre preservando a estabilidade da dívida.

21. Ademais, buscarão reforçar os direitos de propriedade e dos investidores ao abordar os desafios no sistema judicial, sobretudo no que respeita à execução de garantias. Para facilitar o acesso ao crédito, a Central de Risco de Crédito será reformulada e o Banco Central investirá recursos adicionais, tanto humanos como em termos de infraestruturas, para alargar a cobertura da CRC e difundir o uso desta. Serão também tomadas medidas para fiscalizar a prestação de informação relevante, rigorosa, completa e atempada à CRC pelas instituições financeiras.

Conclusão

22. As nossas autoridades são-tomenses estão a solicitar um novo acordo ECF, o qual consolidará os seus esforços para aplicar políticas macroeconómicas sólidas, fortalecer e diversificar a economia. Estão empenhadas em implementar políticas orçamentais e monetárias prudentes e em continuar a reforçar a gestão da dívida. Em apoio aos seus esforços, solicitam a assistência do FMI ao abrigo de um acordo ECF. Agradeceríamos contar com a consideração favorável dos Administradores relativamente ao pedido das autoridades.